



**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS**

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº. 01/2011

O Prefeito Municipal de Ubá - MG, no uso de suas atribuições legais, torna pública a abertura das inscrições para Concurso Público, regido pelo presente Edital, destinado ao provimento de cargos efetivos de **AGENTE ADMINISTRATIVO I, AGENTE COMUNITÁRIO I, ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I, AGENTE DE FISCALIZAÇÃO I, FISCAL DE OBRAS E POSTURAS I, FISCAL DAS RELAÇÕES DE CONSUMO I, FISCAL SANITÁRIO I, TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO I** (*Técnico em Agropecuária, Técnico em Laticínios, Técnico em Alimentos, Técnico em Contabilidade, Técnico em Segurança do Trabalho, Técnico em Enfermagem, Técnico em Informática, Técnico em Laboratório, Técnico em Meio Ambiente*), **TÉCNICO EM EDUCAÇÃO I** e **TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I** (*Advogado, Arquiteto, Assistente Social, Bacharel em Economia Doméstica, Biólogo, Bioquímico, Dentista, Enfermeiro, Engenheiro de Segurança do Trabalho, Engenheiro Agrimensor, Engenheiro Civil, Engenheiro Sanitarista/Ambiental, Farmacêutico, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Médico Angiologista, Médico Auditor, Médico Cirurgião-Geral, Médico Cirurgião Plástico, Médico Clínico Geral, Médico Dermatologista, Médico do Trabalho, Médico Gastroenterologista, Médico Ginecologista/Obstetra, Médico Hematologista, Médico Infectologista, Médico Neurologista, Médico Neuropediatra, Médico Ortopedista, Médico Otorrinolaringologista, Médico Pediatra, Médico Psiquiatra, Médico Reumatologista, Médico Urologista, Médico Veterinário, Nutricionista e Psicólogo*), cujos números de vagas, requisitos para ocupação do cargo, atribuições sumárias, vencimento inicial e taxa de inscrição se encontram estabelecidos neste Edital e em seus anexos. Legislação regulamentadora: Constituição Federal, Constituição do Estado de Minas Gerais, Lei Orgânica do Município de Ubá e Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ubá.

1 – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Concurso Público será regido por este Edital, por seus Anexos e eventuais retificações, e sua execução caberá à Fundação Arthur Bernardes – FUNARBE. Será acompanhada pela Comissão Especial de Coordenação do Concurso da Prefeitura Municipal de Ubá – MG, criada pela Portaria nº. 9.004, de 11 de agosto de 2010;

1.2. O prazo de validade deste Concurso Público será de 02 (dois) anos, contado a partir da data de publicação da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado uma vez por igual período a critério da Prefeitura Municipal de Ubá.

1.3. Toda menção a horário neste Edital terá como referência o horário oficial de Brasília-DF.

1.4. Ao número de vagas estabelecido no Anexo I deste Edital poderão ser acrescentadas novas vagas que surgirem durante o prazo de validade do concurso, observada a disponibilidade financeira e orçamentária.

1.5. O regime jurídico dos cargos oferecidos neste Edital será o Estatutário, instituído pela Lei Municipal 2071/90, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Ubá, devendo ser consideradas suas alterações e a legislação pertinente.

2 – ESPECIFICAÇÕES DOS CARGOS

2.1. As atribuições gerais, carga horária e a remuneração mensal constam do Anexo I deste Edital.

3 – REQUISITOS PARA INVESTIDURA NOS CARGOS

3.1. O candidato aprovado e classificado neste Concurso Público, na forma estabelecida neste Edital, será investido no cargo, se atendidas às seguintes exigências:

a) ser brasileiro nato, naturalizado ou estrangeiro que goze das prerrogativas do art. 12 e do Inciso I do art. 37 da Constituição da República;

b) gozar dos direitos políticos;

c) ter no mínimo 18 (dezoito) anos completos na data da posse;

d) estar quite com as obrigações eleitorais;

e) estar quite com as obrigações do Serviço Militar, quando se tratar de candidatos de sexo masculino;

f) ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, a ser aferida em perícia médica oficial, realizada pelo serviço médico oficial da Prefeitura do Município de Ubá, ou em sua falta, de quem este indicar;

g) comprovar escolaridade exigida para o cargo, conforme estabelecido no quadro constante do item 5.1 deste Edital.

3.2. Os requisitos descritos no item 3.1 deste Edital deverão ser atendidos cumulativamente e a comprovação de atendimento deverá ser feita na data da posse por meio de documentação original com fotocópias de todos os documentos exigidos para ingresso no serviço público.

3.3. A falta de comprovação de qualquer um dos requisitos especificados no item 3.1 deste Edital impedirá a investidura ou posse do Candidato.

3.4. Caberá ao candidato, quando convocado, apresentar os seguintes documentos:

3.4.1. Uma foto 3 x 4 recente.

3.4.2. Laudo médico atestando a aptidão física e mental fornecido pela Perícia Médica Oficial da Prefeitura Municipal de Ubá;

3.4.3. Declaração de que não é aposentado por invalidez.

3.4.4. Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio até a data da posse.

3.4.5. Declaração de que não foi demitido a bem do serviço público de cargo/emprego público efetivo ou destituído de função pública nos últimos 5(cinco) anos anteriores à sua nomeação.

3.4.6. Declaração de que não exerce ou se aposentou em outro cargo, emprego ou função pública, para os fins do disposto no art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal de 1988.

3.4.7. Original e fotocópia da Carteira de Identidade ou documento único equivalente, de valor legal, com fotografia.

3.4.8. Original e fotocópia do Cadastro Nacional de Pessoa Física – CPF.

3.4.9. Original e fotocópia do Título de Eleitor e certidão de quitação com a justiça eleitoral.

3.4.10. Original e fotocópia do comprovante de quitação com as obrigações do serviço militar, se candidato do sexo masculino;

3.4.11. Original e fotocópia do cartão do PIS ou PASEP, caso seja cadastrado.

3.4.12. Original e fotocópia do comprovante de residência atualizado.

3.4.13. Original e fotocópia do certificado de conclusão do ensino médio ou comprovante de curso técnico com habilitação legal para o exercício de profissão/área de atuação/especialidade, ou diploma de graduação completo reconhecido pelo Ministério da Educação, ou título de especialista, conforme exigido no quadro constante do item 5.1.

3.4.14. Original e fotocópia do registro no respectivo órgão competente, quando for o caso;

3.4.15. Para os candidatos portadores de deficiência, apresentar laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças – CID.

3.4.16. Certidão de nascimento ou casamento;

3.4.17. Certidão de nascimento dos filhos menores de 18 anos, exceto os emancipados e casados;

3.4.18. Carteira de vacinação dos filhos com idade de até cinco anos;

3.4.19 . Atestado de antecedentes com o “nada consta” fornecido pela Polícia Civil do Estado de domicílio do candidato;

3.5. Estará impedido de tomar posse o candidato que deixar de apresentar qualquer dos documentos listados acima (item 3.4).

3.6 Os Portadores de Necessidades Especiais (PNE) deverão submeter-se, sem qualquer ônus, com a presença de especialista na área da respectiva deficiência, a uma perícia para obtenção do laudo de compatibilidade da deficiência com as atribuições do emprego público/especialidade pretendido, a que se refere o preâmbulo deste Edital, além de submeter-se a exame médico para obtenção do laudo de aptidão comum a todos os candidatos.

3.7. Concluindo a Perícia Médica Oficial da Prefeitura Municipal de Ubá, ou outra indicada pela Administração, pela inexistência de necessidade especial para habilitar o candidato a concorrer às vagas reservadas, o candidato será excluído da lista de classificação de portadores de deficiência e incluído na lista de classificação geral;

3.8. O candidato Portador de Necessidades Especiais (PNE) reprovado na perícia médica em virtude de incompatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo terá sua nomeação tornada sem efeito.

3.9. O laudo de incompatibilidade deverá ser fundamentado, propiciando ao candidato portador da deficiência a oportunidade de recorrer, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir do dia subsequente à finalização da perícia.

3.10. O candidato que não apresentar, por qualquer motivo, no prazo de trinta dias, prorrogável uma vez por igual período, a documentação constante no item 3.4 deste Edital terá a sua nomeação tornada sem efeito.

3.11. A lotação do candidato aprovado neste Concurso Público será definida de acordo com a necessidade e conveniência administrativa da Prefeitura Municipal de Ubá, assegurada a nomeação de todos os candidatos classificados dentro do número de vagas constantes do item 5.1.

4 – INSCRIÇÕES

4.1. Disposições Gerais:

4.1.1. As inscrições serão efetuadas exclusivamente nas formas descritas neste Edital.

4.1.2. Antes de efetuar o procedimento de inscrição e/ou o pagamento da taxa de inscrição, o candidato deverá tomar conhecimento do disposto neste Edital e em seus Anexos e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos.

4.1.3. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e irrestrita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

4.1.4. Não haverá, sob qualquer pretexto, inscrição provisória, condicional ou extemporânea.

4.1.5. A inscrição e o valor pago referente à taxa de inscrição são pessoais e intransferíveis.

4.1.6. O candidato poderá concorrer somente para um único cargo, devendo especificá-lo no Requerimento Eletrônico de Inscrição.

4.1.7. Em nenhuma hipótese será aceita transferência de inscrições entre pessoas, alteração de locais de realização das provas e alteração de inscrição do concorrente na condição de candidato da ampla concorrência para a condição deficiente.

4.1.8. A declaração falsa ou inexata dos dados constantes no Requerimento Eletrônico de Inscrição que comprometam a lisura do certame determinará o cancelamento da inscrição e anulação de todos os atos dela decorrentes em qualquer época, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis. Caberá recurso, dirigido à comissão de concurso, no prazo de 02 (dois) dias

úteis, contados a partir da data de publicação do ato de cancelamento da inscrição do referido candidato;

4.1.9. Uma vez confirmados os dados, em nenhuma hipótese, serão aceitos pedidos de alteração do código de opção do cargo, bem como a exclusão e cancelamento do Requerimento de Inscrição;

4.1.10. A correção de eventuais erros de digitação ocorridos no nome, no número do documento de identidade utilizado na inscrição ou na sigla do órgão expedidor deverá ser solicitada pelo interessado por meio de requerimento escrito, dirigido à Comissão de Concurso, no setor de protocolo da Prefeitura Municipal de Ubá, contendo uma fotocópia do documento de identidade do candidato, até 15 dias antes da realização do concurso;

4.1.11. As informações constantes do Requerimento Eletrônico de Inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, eximindo-se a Prefeitura Municipal de Ubá e a FUNARBE de quaisquer atos ou fatos decorrentes de informações incorretas, endereço inexato ou incompleto ou código incorreto referente ao cargo pretendido fornecido pelo candidato.

4.1.12. A Prefeitura Municipal de Ubá e a FUNARBE não se responsabilizam por inscrições não recebidas por falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, falhas de impressão, problemas de ordem técnica nos computadores utilizados pelos candidatos, bem como por outros fatores alheios que impossibilitem a transferência de dados e a impressão do boleto bancário, ressalvando-se, neste caso, as falhas de responsabilidade comprovadamente atribuíveis aos organizadores.

4.1.13. Não se exigirá do candidato, no ato de inscrição, cópia de nenhum documento, sendo de sua exclusiva responsabilidade a veracidade dos dados informados no Requerimento Eletrônico de Inscrição, sob as penas da lei.

4.2. Procedimentos para inscrição, taxas e formas de pagamento:

4.2.1. Para inscrever-se, o candidato deverá acessar o endereço eletrônico www.copeve.ufv.br e, por meio do link correspondente ao Concurso Público da Prefeitura Municipal de Ubá, efetuar sua inscrição conforme os procedimentos estabelecidos a seguir:

a) ler atentamente o Edital deste Concurso Público e o Requerimento Eletrônico de Inscrição disponível no endereço eletrônico www.copeve.ufv.br;

b) preencher o Requerimento Eletrônico de Inscrição e transmitir os dados pela Internet. Caso o candidato não tenha acesso à Internet, o Município disponibilizará terminal de computador especificamente para que o mesmo realize sua inscrição nos terminais do programa “Internet Popular” da Câmara Municipal de Ubá, na Rua Santa Cruz, 301, Centro, Ubá, no horário de 8h00min às 17h30min, nos dias úteis de segunda a sexta-feira).

4.2.2. Período e Procedimento para Inscrição: de 31 de outubro a 30 de novembro de 2011, exclusivamente via internet, no site www.copeve.ufv.br ;

4.2.3. O valor da Taxa de Inscrição a ser pago para participação neste Concurso Público será o estabelecido abaixo.

Tabela 1 – Valor das Inscrições
--

Cargo	Valor da Inscrição
Nível Fundamental	R\$ 30,00
Nível Médio	R\$ 40,00
Nível Superior	R\$ 70,00

4.2.4. No ato da inscrição, o candidato portador de deficiência, sob a sua inteira e exclusiva responsabilidade, deverá informar a deficiência da qual é acometido e a necessidade de condições especiais para fazer as provas.

4.2.5. O candidato que tiver necessidade de condições especiais para fazer as provas, inclusive o que precise utilizar-se de dispositivos e equipamentos devido a condições de saúde, como, por exemplo, aparelho de auxílio à audição ou contra a asma, deverá comprovar a necessidade de seu uso, por meio de laudo médico, a ser enviado até o dia 01 de dezembro de 2011, para o seguinte endereço:

Concurso Público – Edital Nº 01/2011
Laudo Médico para Solicitação de Atendimento Especial
Prefeitura Municipal Ubá
Praça São Januário, 238 – Centro
36500-000 Ubá, MG

4.2.6. Laudos emitidos por pedagogos, fonoaudiólogos, fisioterapeutas e psicólogos, dentre outros, não possuem amparo legal para provimento de atendimento especial.

4.2.7. Aos portadores de dislexia comprovada por meio de laudo médico, será garantida a dilação de tempo para realização da prova de 1 (uma) hora.

4.2.8. Não será considerado portador de deficiência o candidato que se declarar canhoto, não fazendo, por isto, jus a solicitação de cadeira especial.

4.2.9. Não será oferecido atendimento especial por motivos religiosos.

4.2.10. Após a transmissão do requerimento de inscrição, o candidato deverá imprimir o boleto bancário e efetuar o pagamento da taxa de inscrição discriminada, em qualquer estabelecimento bancário, até o dia 01 de dezembro de 2011, seguindo os horários bancários oficiais (inclusive aqueles concernentes aos horários de quitação via sistema CE compensação bancária). Caso o boleto esteja vencido, o interessado poderá retirar uma segunda via no mesmo site utilizado para a inscrição, sem necessidade de fazer uma nova inscrição, desde que esteja dentro dos prazos previstos neste edital para inscrição.

4.2.11. Serão considerados documentos de identidade para preenchimento do requerimento de inscrição: carteiras expedidas pelos Departamentos Militares do Ministério da Defesa, pelas Secretarias de Segurança Pública pelos Corpos de Bombeiros Militares e pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional; carteiras funcionais expedidas por órgão público e

reconhecidas por lei; Carteira de Trabalho; Passaporte; e Carteira Nacional de Habilitação, modelo novo, com foto.

4.2.12. A veracidade dos dados cadastrais informados no ato da inscrição será de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2.13. A inscrição somente será deferida após a confirmação, pelo banco, do pagamento da taxa de inscrição, no prazo estabelecido no item 4.2.10 deste Edital.

4.2.13.1. Cinco dias úteis após o pagamento do boleto, deverá o candidato verificar no mesmo site onde sua inscrição foi feita (no item acompanhamento da inscrição) se o pagamento foi efetuado corretamente. Caso a inscrição não tenha sido efetivada, entrar em contato imediatamente com a instituição executora do concurso pelos telefones (31) 3899 2137 ou (31) 3899 2154 ou pelo e-mail: atendimento.pse@ufv.br.

4.2.14. Não será admitida sob qualquer pretexto, inscrição feita por fax, via postal, correio eletrônico ou outro meio que não o estabelecido neste Edital.

4.2.15. Em caso de cancelamento, suspensão ou adiamento da data do concurso, o valor da taxa de inscrição será restituído aos candidatos, devidamente atualizado, em até trinta dias da data do requerimento.

4.3. Comprovantes definitivos de inscrição.

4.3.1. O candidato deverá imprimir, no período de 15 de dezembro de 2011 a 12 de janeiro de 2012, o comprovante definitivo da inscrição exclusivamente no endereço eletrônico *www.copeve.ufv.br*;

4.3.2. No comprovante definitivo de inscrição, constarão os dados pessoais do candidato, o cargo pretendido e as informações sobre a prova (data, horário e local).

4.3.3. A apresentação do comprovante definitivo de inscrição é obrigatória para acessar o local de realização das provas, junto com o documento de identidade utilizado na inscrição.

4.4. Ao candidato portador de deficiência fica assegurado o direito de se inscrever em igualdade de condições com os demais candidatos, para provimento de cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência da qual é portador.

5 – DAS VAGAS

5.1. O número de Vagas para cada um dos cargos é a seguinte:

Tabela 2 – Número de Vagas para cada um dos cargos		
Cargo	Escolaridade	VAGAS

		Ampla concorrência	Deficientes físicos
Agente Administrativo I	Ensino Fundamental	35	03
Agente Comunitário I	Ensino Fundamental	28	02
Assistente Administrativo I	Ensino Médio	28	02
AGENTE DE FISCALIZAÇÃO I	Ensino Médio, com habilitação em Técnico de Contabilidade.	03	0
TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO I (Área de atuação: TNM-I - Técnico em Agropecuária)	Ensino Médio, com habilitação técnica adequada à respectiva função e registro profissional quando exigido por lei.	01	0
TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO I (Área de atuação: TNM-I - Técnico em Laticínios)	Ensino Médio, com habilitação técnica adequada à respectiva função e registro profissional quando exigido por lei.	01	0
TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO I (Área de atuação: TNM-I - Técnico em Alimentos)	Ensino Médio, com habilitação técnica adequada à respectiva função e registro profissional quando exigido por lei.	01	0
TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO I (Área de atuação: TNM-I - Técnico em Informática)	Ensino Médio, com habilitação técnica adequada à respectiva função e registro profissional quando exigido por lei.	04	0
TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO I (Área de atuação: TNM-I - Técnico em Contabilidade)	Ensino Médio, com habilitação técnica adequada à respectiva função e registro profissional quando exigido por lei.	01	0
TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO I (Área de atuação: TNM-I - Técnico em Segurança)	Ensino Médio, com habilitação técnica	02	0

do Trabalho)	adequada à respectiva função e registro profissional quando exigido por lei.		
TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO I (Área de atuação: TNM-I - Técnico em Enfermagem)	Ensino Médio, com habilitação técnica adequada à respectiva função e registro profissional quando exigido por lei.	04	01
TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO I (Área de atuação: TNM-I - Técnico em Laboratório)	Ensino Médio, com habilitação técnica adequada (Técnico em Laboratório ou Técnico em Análises Clínicas) e registro profissional quando exigido por lei.	01	0
TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO I (Área de atuação: TNM-I - Técnico em Meio Ambiente)	Ensino Médio, com habilitação técnica adequada à respectiva função e registro profissional quando exigido por lei.	02	0
Fiscal de Obras e Posturas I	Ensino Médio, com curso técnico registrado no CREA.	04	0
Fiscal Sanitário I	Ensino Médio	01	01
Fiscal das Relações de Consumo I	Ensino Médio	01	01
Técnico em Educação I	Curso superior. Licenciatura plena na área de educação com habilitação ou especialização em Administração Escolar ou Supervisão ou Orientação Educacional, com registro profissional.	15	01
TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I (Área de atuação: TNS-I Advogado)	Graduação em Direito e registro na OAB	02	0
TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I	Graduação em Arquitetura e registro no	02	0

(Área de atuação: TNS-I Arquiteto ou Arquiteto/Urbanista)	conselho profissional respectivo.		
TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I (Área de atuação: TNS-I Assistente Social)	Graduação em Serviço Social e registro no conselho profissional respectivo.	06	01
TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I (Área de atuação: TNS-I Bacharel em Economia Doméstica)	Graduação em Economia Doméstica e registro profissional.	01	0
TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I (Área de atuação: TNS-I Biólogo)	Graduação em Biologia e registro profissional.	01	0
TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I (Área de atuação: TNS-I Bioquímico)	Graduação em Bioquímica e registro profissional.	01	0
TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I (Área de atuação: TNS-I Dentista/Odontólogo)	Graduação em Odontologia e registro no conselho profissional respectivo.	05	01
TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I (Área de atuação: TNS-I Enfermeiro)	Graduação em Enfermagem e registro no conselho profissional respectivo.	02	0
TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I (Área de atuação: TNS-I Engenheiro de Segurança do Trabalho)	Graduação em Engenharia de Segurança do Trabalho e registro no conselho profissional respectivo.	01	0
TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I (Área de atuação: TNS-I Engenheiro Agrimensor)	Graduação em Engenharia de Agrimensura e registro no conselho profissional respectivo.	01	0
TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I (Área de atuação: TNS-I Engenheiro Civil)	Graduação em Engenharia Civil e registro no conselho profissional respectivo.	03	01
TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I	Graduação em Engenharia Sanitária ou	01	0

(Área de atuação: TNS-I Engenheiro Sanitarista/Ambiental)	Ambiental ou Civil e registro no conselho profissional respectivo.		
TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I (Área de atuação: TNS-I Farmacêutico)	Graduação em Farmácia e registro no conselho profissional respectivo.	01	0
TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I (Área de atuação: TNS-I Fisioterapeuta)	Graduação em Fisioterapia e registro no conselho profissional respectivo.	02	0
TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I (Área de atuação: TNS-I Fonoaudiólogo)	Graduação em Fonoaudiologia e registro no conselho profissional respectivo.	01	0
TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I (Área de atuação: TNS-I Médico Angiologista)	Graduação em Medicina, com residência ou especialização em Angiologia e registro no conselho profissional respectivo.	01	0
TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I (Área de atuação: TNS-I Médico Auditor)	Graduação em Medicina e registro no conselho profissional respectivo.	01	0
TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I (Área de atuação: TNS-I Médico Cirurgião Geral)	Graduação em Medicina, com residência ou especialização em Cirurgia Geral e registro no conselho profissional respectivo.	01	0
TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I (Área de atuação: TNS-I Médico Cirurgião Plástico)	Graduação em Medicina, com residência ou especialização em Cirurgia Plástica e registro no conselho profissional respectivo.	01	0
TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I (Área de atuação: TNS-I Médico Clínico Geral)	Graduação em Medicina, com residência ou especialização em Clínica Geral e registro no conselho profissional respectivo.	01	0
TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I (Área de atuação: TNS-I Médico Dermatologista)	Graduação em Medicina, com residência ou especialização em Dermatologia e registro no conselho profissional respectivo.	01	0

TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I (Área de atuação: TNS-I Médico do Trabalho)	Graduação em Medicina, com residência ou especialização em Medicina do Trabalho e registro no conselho profissional respectivo.	01	0
TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I (Área de atuação: TNS-I Médico Gastroenterologista)	Graduação em Medicina, com residência ou especialização em Gastroenterologia e registro no conselho profissional respectivo.	01	0
TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I (Área de atuação: TNS-I Médico Ginecologista/Obstetra)	Graduação em Medicina, com residência ou especialização em Ginecologia / obstetrícia e registro no conselho profissional respectivo.	01	0
TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I (Área de atuação: TNS-I Médico Hematologista)	Graduação em Medicina, com residência ou especialização em Hematologia e registro no conselho profissional respectivo.	01	0
TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I (Área de atuação: TNS-I Médico Infectologista)	Graduação em Medicina, com residência ou especialização em Infectologia e registro no conselho profissional respectivo.	01	0
TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I (Área de atuação: TNS-I Médico Neurologista)	Graduação em Medicina, com residência ou especialização em Neurologia e registro no conselho profissional respectivo.	01	0
TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I (Área de atuação: TNS-I Médico Neuropediatra)	Graduação em Medicina, com residência ou especialização em Neuropediatria e registro no conselho profissional respectivo.	01	0
TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I (Área de atuação: TNS-I Médico Ortopedista)	Graduação em Medicina, com residência ou especialização em Ortopedia e registro no conselho profissional respectivo.	01	0
TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I (Área de atuação: TNS-I Médico Otorrinolaringologista)	Graduação em Medicina, com residência ou especialização em Otorrinolaringologia e registro no conselho	01	0

	profissional respectivo.		
TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I (Área de atuação: TNS-I Médico Pediatra)	Graduação em Medicina, com residência ou especialização em Pediatria e registro no conselho profissional respectivo.	01	0
TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I (Área de atuação: TNS-I Médico Psiquiatra)	Graduação em Medicina, com residência ou especialização em Psiquiatria e registro no conselho profissional respectivo.	01	0
TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I (Área de atuação: TNS-I Médico Reumatologista)	Graduação em Medicina, com residência ou especialização em Reumatologia e registro no conselho profissional respectivo.	01	0
TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I (Área de atuação: TNS-I Médico Urologista)	Graduação em Medicina, com residência ou especialização em Urologia e registro no conselho profissional respectivo.	01	0
TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I (Área de atuação: TNS-I Nutricionista)	Graduação em Nutrição, e registro conselho profissional respectivo.	02	0
TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I (Área de atuação: TNS-I Psicólogo)	Graduação em Psicologia, e registro no conselho profissional respectivo.	03	01
TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I (Área de atuação: TNS-I Veterinário)	Graduação em Veterinária e registro no conselho profissional respectivo.	01	0
Total		187	15

6 – DOS PEDIDOS DE ISENÇÃO:

6.1. Poderão solicitar isenção do pagamento da taxa de inscrição os candidatos com limitação financeira e os doadores de sangue, na forma prevista nos itens seguintes:

6.1.1. Os pedidos de isenção deverão ser postulados, sob inteira e única responsabilidade do candidato, exclusivamente no período de 31 de outubro a 10 de novembro de 2011, junto à Prefeitura Municipal de Ubá, na Praça São Januário, 238, Centro, no horário de 12 as 17:00

horas, ou enviados pelo Correio, com Aviso de Recebimento, para o mesmo endereço e desde que postado no mesmo período.

6.1.2. Candidato doador de sangue: de acordo com a Lei Municipal nº. 3.060, de 02 de janeiro de 2001, tem direito à isenção do pagamento da taxa de inscrição os doadores de sangue que contarem o mínimo de 2 (duas) doações num período de 1(um) ano, e que a última doação tenha ocorrido em um prazo igual ou inferior a 12 (doze) meses, contados da data determinada para a inscrição. Os candidatos nesta condição, deverão anexar ao requerimento de isenção, previsto no item 6.2, cópia legível do documento de identidade e documento comprobatório da doação de sangue, expedido pela Fundação Hemominas ou outro banco de sangue oficial.

6.1.3. Candidato com limitação financeira: será garantida a isenção da taxa de inscrição aos candidatos com limitação financeira, assim compreendidos aqueles com renda mensal *per capita* até meio salário mínimo. Os candidatos nesta condição deverão anexar ao requerimento de isenção, previsto no item 6.2, cópia legível do documento de identidade e informação relativa ao número do NIS (Número de Identificação Social), que comprove sua inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, de que trata o Decreto Federal nº. 6.135, de 26/06/2007, publicado no DOU DE 27/06/2007.

6.1.4. Cada pedido de isenção será analisado e julgado de acordo com as normas deste edital e da legislação em vigor.

6.1.5. O resultado dos pedidos de isenção será publicado até o dia 17 de novembro de 2011, nos sítios de internet <www.uba.mg.gov.br> e <www.copeve.ufv.br> ;

6.1.6. O candidato cujo pedido de isenção for deferido deverá realizar a inscrição até o dia 30 de novembro de 2011, no site www.copeve.ufv.br.

6.2. Recurso contra indeferimento de pedido de isenção de taxa de inscrição:

6.2.1. O candidato poderá interpor recurso relativo à recusa de seu pedido de isenção, desde que devidamente fundamentado.

6.2.2. O recurso deverá ser protocolizado, no dia 18 de novembro de 2011, diretamente na sede da Prefeitura Municipal de Ubá, no horário das 12h00min às 17h00min ou transmitido via FAX para o número 32 3301-6108 ou 32 3301-6135. No fax, informar número de fax para o envio do comprovante do recebimento do recurso.

6.2.3. O resultado dos recursos relativos à recusa do pedido de isenção serão divulgados até o dia 22 de novembro de 2011, nos sítios de internet www.uba.mg.gov.br e www.copeve.ufv.br .

6.2.4. Os candidatos cujos recursos tenham, porventura, sido indeferidos, poderão fazer a sua inscrição até o dia 30 de novembro de 2011, conforme o item 4.2.1 deste Edital.

7 – DOS CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

7.1. Considera-se portador de deficiência o candidato que se enquadrar nas categorias discriminadas no Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, com redação dada pelo Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, o qual participará deste Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos, considerando-se as condições

especiais previstas neste edital, na Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, e na Legislação Municipal.

7.2. Nos termos da legislação, 5% (cinco por cento) das vagas de cada cargo oferecidas neste Concurso Público serão reservadas a portadores de deficiência.

7.3. Surgindo novas vagas no decorrer do prazo de validade deste Concurso Público, as quais, somadas às constantes no presente Edital, se enquadrem no percentual determinado no item 7.2 deste Edital, delas será igualmente reservado o devido percentual para candidatos portadores de deficiência aprovados neste Concurso Público.

7.4. No ato da inscrição, o candidato portador de deficiência declarará, sob a sua inteira e exclusiva responsabilidade, a deficiência da qual é acometido.

7.4.1. O candidato portador de deficiência que necessitar de condições especiais para realização das provas deverá requerê-las no ato da inscrição, marcando esta opção no formulário de inscrição, sob sua inteira e exclusiva responsabilidade;

7.4.2. A realização de provas em condições especiais para candidato portador de deficiência ou de necessidades especiais será concedida em função da deficiência ou necessidade, ficando o candidato que não requisitar tais condições especiais, impedido de fazer tal solicitação no ato das provas, seja qual for o motivo alegado.

7.4.3. O candidato que, no ato da inscrição, se declarar portador de deficiência, se aprovado neste Concurso Público e atendidos os requisitos deste Edital, além de figurar na lista geral de classificados, terá seu nome publicado em relação à parte, observada a respectiva ordem de classificação.

7.4.4. Os deficientes aprovados deverão ser nomeados, respeitado o número de vagas reservadas, sem prejuízo do disposto no item 7.3;

7.4.5. No ato da posse, o candidato deverá entregar, junto com os demais documentos exigidos no item 3.4 deste Edital, laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças - CID.

7.4.6. Para a posse, o candidato se submeterá a avaliação pela Perícia Médica Oficial da Prefeitura Municipal de Ubá, ou outra a ser indicada, que emitirá laudo pericial fundamentado sobre a qualificação como deficiente e sobre a compatibilidade da deficiência com o exercício das atribuições do cargo público efetivo, decidindo de forma terminativa sobre a caracterização do candidato como portador de deficiência.

7.4.7. Quando necessário, será garantida a presença de especialista na área de deficiência do candidato, sem qualquer ônus para o mesmo.

7.4.8. Concluída a Perícia Médica Oficial da Prefeitura Municipal de Ubá, ou outra a ser indicada, que candidato não se enquadra nas categorias discriminadas nas Leis e Decretos mencionados no item 7.1 deste Edital, o candidato será eliminado deste Concurso Público e terá seu ato de nomeação anulado.

7.4.9. Concluindo a Perícia Médica Oficial da Prefeitura Municipal de Ubá pela incompatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo pretendido, o portador de deficiência será eliminado deste Concurso Público e terá anulado o seu ato de nomeação.

7.4.10. As vagas não preenchidas por portadores de deficiência serão revertidas para os demais candidatos aprovados e classificados de ampla concorrência, observada a ordem de classificação final.

8 – DA DIVULGAÇÃO E DAS INFORMAÇÕES SOBRE ESTE CONCURSO

8.1. A divulgação oficial de todas as informações, relativas a todas as etapas deste Concurso Público se dará exclusivamente por meio de Editais e/ou Avisos publicados nos seguintes meios e locais:

8.1.1. Via internet, nos sites *www.uba.mg.gov.br* e *www.copeve.ufv.br*.

8.1.2. No quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Ubá /MG, situada na Praça São Januário, 238 – Centro, Ubá.

8.2. É de responsabilidade exclusiva do candidato o acompanhamento das etapas deste Concurso Público através dos meios de divulgação acima citados.

8.2.1. Não terá validade qualquer informação obtida pelo candidato por quaisquer outros meios além daqueles mencionados no item 8 deste edital, sendo de inteira responsabilidade do candidato eventuais prejuízos causados caso o candidato tome como verdadeiras informações prestadas por outras fontes.

9 – DO PROCESSO SELETIVO

9.1. As provas serão realizadas no dia 15 de janeiro de 2012, com início às 9h00min e término às 12h00min, sendo o local informado no Comprovante Definitivo de Inscrição (CDI), que o candidato irá imprimir, conforme item 4.3 deste edital.

9.1.1. Se por qualquer motivo ocorrer atraso no início da prova, idêntico período do atraso será acrescido no horário do encerramento, de forma que a duração não seja inferior a 3 horas;

9.2. O processo seletivo será em única etapa constituído por:

9.2.1. Prova objetiva com 40 questões e prova de produção textual para todos os cargos (nível fundamental, nível médio e nível superior).

9.2.1.1. As duas provas serão realizadas por todos os candidatos, mas as provas de produção textual somente serão corrigidas para os melhores classificados na prova objetiva, para cada um dos cargos, até os totais previstos na tabela seguinte:

Tabela 3: Número de Produções textuais a serem corrigidas por cargo

Cargo	Nº de Produções Textuais a Serem Corrigidas
--------------	--

Agente Administrativo I	148
Agente Comunitário I	112
Assistente Administrativo I	112
Técnico em educação I	60
Todos os demais cargos	8 (oito) vezes o número de vagas do cargo)

9.2.1.1.1. Havendo empate na prova objetiva, para classificação para a correção das Provas de Produção Textual, terá preferência, sucessivamente, o candidato que obtiver maior pontuação nos conteúdos da prova objetiva, na seguinte ordem: 1) Língua Portuguesa; 2) Conhecimentos Específicos; Raciocínio Lógico-Quantitativo; Noções de Informática; Conhecimentos gerais.

9.2.1.2. Os candidatos que não se classificarem para a correção da Prova de Produção Textual estarão automaticamente desclassificados no concurso.

9.2.2. As provas terão duração de 3 (três) horas, incluindo o preenchimento da Folha de Respostas e da elaboração da Produção Textual.

9.2.3. O candidato somente poderá retirar-se do recinto depois de decorridas 2 (duas) horas do início da prova.

9.2.3.1. Os dois últimos candidatos que permanecerem na sala terão que deixar o recinto simultaneamente, exceto na hipótese do item 4.2.7.

9.2.4. Na correção da Folha de Respostas da prova objetiva, será atribuída nota zero à questão que contiver mais de uma ou nenhuma resposta assinalada, emendas ou rasuras.

9.2.5. O candidato, ao encerrar a prova, entregará, obrigatoriamente, ao fiscal da sala o caderno de prova, a Folha de Respostas e a folha de produção textual devidamente assinadas.

9.2.5.1. Ao candidato que entregar a folha de produção textual com o campo para a elaboração do texto em branco será atribuída nota zero.

9.2.6. As assinaturas da lista de presença e a entrega da Folha de Respostas e da Folha de Produção Textual são de inteira responsabilidade do candidato.

9.3. Prova objetiva (eliminatória/classificatória):

9.3.1. A prova objetiva, de caráter eliminatório, será composta por questões de múltipla escolha, com 4 (quatro) alternativas de resposta, das quais apenas 1 (uma) será correta;

9.3.2. Os conteúdos, o número de questões e o peso de cada um dos conteúdos para o cômputo da nota do candidato na prova objetiva encontram-se apresentados na tabela seguinte:

TABELA 4 – NÚMERO DE QUESTÕES		
CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL:		
Prova	Número de questões	Peso
Língua Portuguesa	15	2 (dois)
Raciocínio lógico-quantitativo	15	1 (um)
Conhecimentos gerais	10	1 (um)
CARGOS DE NÍVEL MÉDIO		
Língua Portuguesa	15	2 (dois)
Raciocínio lógico-quantitativo	10	1 (um)
Noções de Informática	5	1 (um)
Conhecimentos gerais	6	1 (um)
Conhecimentos específicos	4	3 (três)
CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR		
Língua Portuguesa	15	2 (dois)
Raciocínio lógico-quantitativo	10	1 (um)
Conhecimentos gerais	5	1 (um)
Conhecimentos específicos	10	3 (três)

9.3.3. A prova objetiva terá valor igual àquele especificado na tabela 4 em função do cargo.

9.3.4. Será eliminado o candidato que obtiver nota inferior a 50% (cinquenta por cento) dos pontos da prova objetiva e nota 0 (zero) em qualquer de seus conteúdos.

9.3.5. O conteúdo programático e a bibliografia recomendada constam do Anexo II deste edital;

9.3.6. O candidato deverá transcrever as respostas para a Folha de Respostas, que será o único documento válido para a correção eletrônica, e em hipótese alguma haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato.

9.4. A prova de produção textual, de caráter eliminatório e classificatório, será realizada na mesma data e no mesmo horário e local da prova objetiva.

9.4.1. A prova de produção textual terá o valor de 20 (vinte) pontos.

9.4.2. A prova de produção textual tem como objetivo avaliar as competências e habilidades do candidato para reconhecer, compreender, analisar e produzir diferentes gêneros discursivos que circulam na sociedade, fundamentalmente os gêneros escritos.

9.4.3. O candidato deverá ser capaz, a partir da(s) proposta(s), de: identificar o assunto e os objetivos e observar a unidade temática e articulação das próprias idéias. Mais especificamente, o candidato será avaliado quanto aos seguintes aspectos:

9.4.3.1. Observação das estruturas próprias dos diferentes tipos de textos e gêneros.

9.4.3.2. Uso apropriado da linguagem-padrão, respeitando, quando necessário, os diferentes registros (formal/informal).

9.4.3.3. Seleção e tratamento de argumentos e informações.

9.4.3.4. Organização coerente de suas idéias.

9.4.3.5. Domínio dos mecanismos de coesão referencial (tais como pronominalização, substituição lexical, repetição, elipse) e seqüencial (estabelecimento das relações sintático-semânticas e discursivo-argumentativas).

9.4.4. Será atribuída nota zero à redação que não abordar o tema proposto bem como àquela que não contiver as características adequadas do gênero solicitado.

9.4.5. O candidato deverá observar rigorosamente as instruções contidas na prova no que diz respeito ao número mínimo e máximo de linhas que deverá conter o texto a ser produzido.

9.4.6. Será eliminado o candidato que obtiver nota inferior a 30 (trinta) por cento na prova de produção textual.

9.4.7. Somente serão corrigidas as provas de produção textual dos candidatos aprovados nas provas objetivas até o limite previsto na tabela constante do item 9.2.1.1. deste edital, correspondente a cada cargo e em obediência à ordem decrescente das notas obtidas na prova objetiva.

9.5. Na realização das provas, o candidato deverá atentar para os seguintes aspectos:

9.5.1. Verificar o dia, o horário e os locais de realização das provas no comprovante definitivo de inscrição.

9.5.2. Comparecer ao local de realização das provas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para o seu início, portando caneta esferográfica de tinta azul ou preta, comprovante definitivo de inscrição e documento de identidade.

9.5.3. Será exigida identificação do candidato na entrada do prédio e na sala onde serão realizadas as provas.

9.5.3.1 Serão aceitos os documentos de identificação relacionados no item 4.12.11 deste Edital.

9.5.4. Não serão permitidas, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos e a utilização de aparelhos celulares ou similares, de calculadoras ou similares, de relógios, de quaisquer tipos de dispositivos eletrônicos, elétricos ou mecânicos, de livros, anotações, a utilização de boné, chapéu, gorro ou similar, bem como qualquer outro material de consulta, sendo eliminado o candidato que descumprir tal determinação.

9.5.4.1. Será eliminado o candidato que for flagrado após o início do período de realização da prova (por qualquer membro da equipe de aplicação ou na inspeção por detectores de metais) portando quaisquer dos dispositivos listados no item 9.5.4 deste edital.

9.5.4.2. A instituição executora deste Concurso Público não se responsabilizará pela guarda dos objetos mencionados no subitem 9.5.4. ou quaisquer outros objetos do candidato. Recomendamos que os candidatos tragam para o local de provas apenas canetas, lápis, borracha, documento de identidade e o comprovante definitivo de inscrição.

9.5.5. O candidato deve utilizar as instalações sanitárias antes de dirigir-se à sala. Por motivos de segurança somente será permitido o uso das instalações após uma hora do início da prova e até uma hora antes de seu encerramento. Fora deste período somente será permitido o acesso às instalações sanitárias em situações de emergência, com autorização do coordenador de aplicação.

9.5.6. Recomenda-se aos candidatos de cabelos longos mantê-los presos, deixando as orelhas à mostra. Caso o candidato esteja com os cabelos soltos, cobrindo as orelhas, poderá ser solicitado que prendam o cabelo, ainda que temporariamente, de modo a permitir que os fiscais verifiquem a inexistência de pontos de escuta eletrônica nos ouvidos do candidato.

9.5.7. Candidatos com problemas auditivos, que desejem utilizar dispositivos de auxílio à audição, deverão comprovar a necessidade de seu uso, por meio de laudo médico, nos termos do item 4.2.5 deste edital.

9.5.8. Ao chegar ao recinto designado para realização da prova, o candidato deverá localizar e posicionar-se na carteira etiquetada com o número de inscrição constante no Comprovante Definitivo, aguardando as instruções para o início da prova. O candidato deve conferir se os dados constantes da etiqueta afixada na carteira na qual está sentado correspondem aos seus.

9.5.9. Após a distribuição das provas e enquanto aguardar autorização para o seu início, o candidato deverá ler cuidadosamente as instruções impressas na capa do Caderno de Provas. Elas devem ser rigorosamente seguidas e fazem parte das normas e do edital do concurso.

9.5.10. Ao receber autorização para o início da prova, o candidato deverá conferir se as questões contidas no caderno de provas estão de acordo com o cargo para o qual está se candidatando e se o caderno está completo (sem questões faltando ou com questões repetidas) e sem defeitos de impressão. É de inteira responsabilidade do candidato eventuais prejuízos causados pela não observância deste item.

9.5.11. As respostas das provas objetivas (múltipla escolha) e a produção textual deverão ser transcritas a caneta esferográfica azul ou preta para a folha apropriada. Estas Folhas não poderão ser dobradas, amassadas ou conter rasuras.

9.5.11.1. As folhas de respostas e de produção textual somente serão substituídas por erro da executora do concurso.

9.5.12. O candidato não poderá levar os cadernos de provas. Suas respostas poderão ser transcritas em folha própria fornecida para tal fim. As questões das provas estarão disponíveis no site www.copeve.ufv.br no dia útil seguinte.

9.5.13. Após a entrega da prova para os fiscais na sala, o candidato não poderá mais fazer uso das instalações sanitárias.

9.5.14. Não será oferecido atendimento especial por motivos religiosos.

9.5.15. Não será oferecido atendimento especial aos candidatos de dominância lateral esquerda (canhoto).

9.5.16. Poderá ser adotado o procedimento de coleta de impressões digitais para efeitos de identificação civil dos candidatos

9.5.17. Durante a realização das provas os candidatos poderão ser submetidos a exame por meio de detector de metal.

9.5.18. As normas contidas na capa da prova são parte integrante deste edital

9.5.19. Havendo questão anulada em quaisquer das provas, seu valor será atribuído a todos os candidatos.

9.6. A prova de produção textual, de caráter classificatório, será realizada na mesma data e nos mesmos horários e locais da prova objetiva.

10 – DA CLASSIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1. Computadas as pontuações obtidas pelo candidato nas provas, serão eliminados os candidatos que não alcançarem o mínimo de 50% (cinquenta) por cento da pontuação total do concurso.

10.1.1. Os candidatos deverão ainda obedecer aos critérios de eliminação específicos de cada uma das provas, conforme previsto no item 9 e seus sub-itens.

10.1.2. Para efeito de classificação final os candidatos serão listados em ordem decrescente do total de pontos obtidos neste Concurso Público, e, para os casos em que a Prova de Produção Textual foi aplicada, até os limites máximos de candidatos por cargos apresentados na tabela constante do item 9.2.1.1. deste edital.

10.2. Havendo empate na classificação final deste Concurso Público, terá preferência o candidato que sucessivamente:

a) for o mais idoso;

b) obtiver maior pontuação na Prova de Produção Textual;

c) obtiver maior pontuação nos conteúdos da prova objetiva, na seguinte ordem: 1) Língua Portuguesa; 2) Conhecimentos Específicos; Raciocínio Lógico-Quantitativo; Noções de Informática; Conhecimentos gerais.

11 – DA DIVULGAÇÃO DO EDITAL, DOS RECURSOS CONTRA O EDITAL E DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DOS RECURSOS

11.1. O Edital será divulgado a partir de 29 de agosto de 2011, via internet, nos endereços eletrônicos www.uba.mg.gov.br e www.copeve.ufv.br, publicado na íntegra no Órgão de Imprensa Oficial do Município de Ubá, dando-se ainda publicidade do mesmo no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e em jornal de grande circulação local e regional, bem como nos quadros de avisos da Prefeitura e da Câmara Municipal de Ubá.

11.2. O candidato poderá interpor recurso relativo a este Edital, desde que devidamente fundamentado, específico para cada objeto de recurso e requerido individualmente.

11.2.1. O recurso deverá ser protocolizado até 15 de setembro de 2011, pessoalmente ou através de procurador, mediante procuração com assinatura devidamente reconhecida em Cartório, diretamente na sede da Prefeitura Municipal de Ubá, no horário de 12 às 17 horas ou enviado pelos Correios, com aviso de recebimento, com postagem no mesmo período.

11.2.2. Não serão analisados recursos relativos ao edital apresentados via fax, correio eletrônico e os fora do prazo ou incompletos.

11.2.3. Se do exame do recurso resultar alteração de qualquer parte deste Edital, haverá publicação destas alterações, via internet, nos endereços eletrônicos www.uba.mg.gov.br e www.copeve.ufv.br e no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Ubá.

11.2.4. A Comissão de Acompanhamento/Avaliação e Banca Julgadora de Recursos do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Ubá, com a assessoria da instituição executora do mesmo, proferirá a decisão relativa aos recursos relativos ao edital impetrados e submetidos à análise até o dia 30 de setembro de 2011, com divulgação do resultado nos sites www.uba.mg.gov.br e www.copeve.ufv.br e no quadro de avisos da Prefeitura.

12 – DA DIVULGAÇÃO DOS GABARITOS, DOS RECURSOS CONTRA OS GABARITOS E DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DOS RECURSOS

12.1. Os gabaritos das provas serão divulgados até as 24 (vinte e quatro) horas após a realização das provas, nos endereços eletrônicos www.uba.mg.gov.br e www.copeve.ufv.br e no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Ubá.

12.2. O candidato poderá interpor recurso relativo ao gabarito oficial, com a indicação da resposta pretendida pelo candidato, e contra cada questão das provas, desde que devidamente fundamentado, específico para cada objeto de recurso, requerido individualmente, em formulário próprio que será disponibilizado nos endereços eletrônicos www.uba.mg.gov.br e www.copeve.ufv.br.

12.2.1. O recurso deverá ser apresentado:

a) com argumentação lógica, consistente e amparado nas referências bibliográficas deste concurso, disponibilizadas no site www.copeve.ufv.br;

b) escrito em letra de forma, em duas vias, em formulário próprio, que ficará disponível no endereço eletrônico www.copeve.ufv.br;

c) em envelope padrão para folha A4, com a identificação “Recurso – Edital de Concurso Público nº. 01/2011 – Prefeitura Municipal de Ubá”, o nome do candidato, o número de inscrição e o cargo pretendido.

12.2.2. O recurso deverá ser protocolizado, pessoalmente ou através de procurador, mediante procuração com assinatura devidamente reconhecida em Cartório, diretamente na sede da Prefeitura Municipal de Ubá, de 12h00min às 17h00min, ou enviado pelo Correio, com Aviso de Recebimento, até o dia 18 de janeiro de 2012.

12.2.3. Não serão analisados recursos apresentados via fax e correio eletrônico e os fora do prazo ou incompletos.

12.2.4. Se do exame do recurso resultar a anulação de alguma questão, todos os candidatos receberão a pontuação relativa à questão anulada.

12.2.5. A instituição executora deste Concurso Público proferirá a decisão relativa aos recursos impetrados e submetidos à análise da Comissão de Acompanhamento/Avaliação e Banca Julgadora de Recursos do Concurso em um prazo de até 15 (quinze) dias úteis, com divulgação dos resultados nos endereços eletrônicos www.uba.mg.gov.br e www.copeve.ufv.br e quadro de avisos da Prefeitura.

13 – DA CLASSIFICAÇÃO, DOS RECURSOS CONTRA A CLASSIFICAÇÃO E PRODUÇÃO TEXTUAL E DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DOS RECURSOS

13.1. Em um prazo de até 10 (dez) dias úteis após a liberação dos resultados dos recursos contra o gabarito oficial, conforme previsto no item 12 (e seus subitens) deste edital, a instituição executora deste Concurso Público divulgará, via internet, o nome dos candidatos classificados por cargo (consulta por CPF).

13.2. O candidato poderá interpor recurso relativo à sua classificação, desde que devidamente fundamentado, específico para cada objeto de recurso e requerido individualmente, em formulário próprio que será disponibilizado nos endereços eletrônicos www.uba.mg.gov.br e www.copeve.ufv.br.

13.2.1. O recurso deverá ser protocolizado, pessoalmente ou através de procurador, mediante procuração com assinatura devidamente reconhecida em Cartório, diretamente na sede da Prefeitura Municipal de Ubá, no horário de 12 às 17:00 horas, até o segundo dia útil após a divulgação da consulta de classificados por cargo ou enviado pelo Correio, com Aviso de Recebimento, desde que postado no mesmo período;

13.2.2. Não serão analisados recursos apresentados via fax e correio eletrônico e os fora do prazo ou incompletos.

13.2.3. A instituição executora deste Concurso Público proferirá a decisão relativa aos recursos impetrados e submetidos à análise da Comissão de Acompanhamento/Avaliação e Banca Julgadora de Recursos do Concurso em um prazo de até 10 (dez) dias úteis, com divulgação dos resultados nos endereços eletrônicos www.uba.mg.gov.br e www.copeve.ufv.br e no quadro de avisos da Prefeitura.

14 – DOS TÍTULOS:

14.1. Exclusivamente para os candidatos para o cargo de Técnico em Educação I, por força do disposto no art. 206, V, da Constituição Federal, será atribuída pontuação por títulos, de acordo com a tabela seguinte:

Título	Pontuação
Pós-graduação <i>latu-sensu</i> a título de especialização na área de educação, com carga horária mínima de 360 horas-aula.	0,5 (meio ponto) por diploma, certificado ou declaração de conclusão, limitada a pontuação a 1,0 (um) ponto.
Pós-graduação <i>strictu-sensu</i> a título de mestrado, na área de educação, com defesa de dissertação.	1,0 (um) ponto por diploma, certificado ou declaração de conclusão, limitada a pontuação a 2,0 (dois) pontos.
Pós-graduação <i>strictu-sensu</i> a título de doutorado, na área de educação, com defesa de tese.	2,0 (dois) pontos por diploma, certificado ou declaração de conclusão, limitada a pontuação a 4,0 (quatro) pontos.

14.2 Os candidatos para o cargo de Técnico em Educação I, poderão encaminhar a documentação necessária à pontuação por títulos, por cópia autenticada, no período de 01/12/2011 a 15/12/2011, devendo entregá-la diretamente no setor de protocolo da Prefeitura Municipal de Ubá ou enviá-la pelo Correio, com aviso de recebimento, para a Comissão de Concurso da Prefeitura de Ubá, Praça São Januário, 238, Cep 36500-000, Ubá-MG.

14.3. A pontuação por títulos somente será adicionada à pontuação final dos candidatos após a pontuação da prova objetiva e da produção textual, não incidindo para efeitos da classificação constante dos itens 9.3.4, 9.4.6 e 10.1.

14.4. Não serão considerados de especialização, para fins de pontuação, os cursos complementares de licenciatura “averbados” ou “apostilados” no verso do diploma de graduação, salvo quando acompanhados de diploma, certificado ou declaração autônomos, com a menção expressa de que se trata de curso de “pós-graduação”.

15 – DO RESULTADO FINAL

15.1. Em um prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a liberação dos resultados dos recursos contra a classificação oficial, conforme previsto no item 13 (e seus subitens) deste edital, a instituição executora deste Concurso Público divulgará, nos endereços eletrônicos www.uba.mg.gov.br e www.copeve.ufv.br e no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Ubá, a classificação geral do concurso, com a listagem completa de todos os classificados.

15.2. Em até 2 (dois) dias úteis após a divulgação da classificação geral, caberá recurso motivado, pessoalmente ou através de procurador, mediante procuração com assinatura devidamente reconhecida em Cartório, diretamente na sede da Prefeitura Municipal de Ubá, no horário de 12 às 17:00 horas, ou enviado pelo Correio, com Aviso de Recebimento, desde que postado no mesmo período;

15.3. Em até 5 (cinco) dias úteis após o término do prazo para recursos, será divulgado o Resultado Final do Concurso, com a listagem completa de todos os classificados, seguida de sua publicação no órgão de imprensa oficial do Município de Ubá.

16 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Este Concurso Público terá validade de 2 (dois) anos, a contar da publicação do ato de homologação, podendo ser prorrogado por igual período a critério da Prefeitura Municipal de Ubá /MG.

16.2. É dever do candidato atualizar o seu endereço a qualquer tempo, por meio de requerimento protocolizado diretamente na sede da Prefeitura Municipal de Ubá, para fins de convocação por correspondência com aviso de recebimento quando da nomeação, sendo de sua inteira responsabilidade os prejuízos decorrentes dessa não atualização.

16.3. As informações contidas na inscrição realizada pessoalmente através dos computadores disponíveis, mesmo que sob orientação de funcionários ou pessoal no local de inscrição, serão de plena e exclusiva responsabilidade do candidato.

16.4. Outras informações e esclarecimentos acerca deste Concurso Público poderão ser solicitados na sede da Fundação Arthur Bernardes/Diretoria de Vestibular e Exames - UFV, instituição executora deste Concurso Público: Campus UFV – Viçosa/MG, ou pelos telefones (31) 3899-2154 e (31) 3899-2137.

16.5. Não será fornecido ao candidato qualquer documento comprobatório de classificação no concurso, valendo para esse fim a homologação publicada via internet, no endereço eletrônicos www.uba.mg.gov.br e www.copeve.ufv.br e no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Ubá.

16.6. É assegurada a nomeação dos candidatos classificados dentro do número de vagas constante no item 5.1, no decorrer do prazo de validade do concurso e os candidatos nomeados estarão sujeitos a estágio probatório por período de 03 (três) anos, conforme disposição legal.

16.7. Os documentos inerentes ao presente concurso público serão preservados em arquivo pelo prazo mínimo de cinco anos, contados da publicação do ato de homologação do concurso.

Ubá, MG, 29 de agosto de 2011.

EDVALDO BAIÃO ALBINO
(Vadinho Baião)
Prefeito de Ubá

ANEXO I

DESCRIÇÃO SUMÁRIA/ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

AGENTE ADMINISTRATIVO I

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá

Jornada de Trabalho: 30 horas semanais;

Requisitos Mínimos: Ensino Fundamental (antigo 1º grau).

Vencimento mensal vigente em junho/2011. Padrão inicial: R\$ 755,17

Descrição Sumária do Cargo: realizar atendimento, orientação e encaminhamento de usuários de serviços públicos; executar serviços administrativos auxiliares em órgãos públicos como recepção aos cidadãos, digitação, reprodução e arquivo de documentos; executar serviços de Secretaria de Escolas, outras atividades definidas em Regulamento.

AGENTE COMUNITÁRIO I

Local de Trabalho: órgãos da administração pública municipal, especialmente na Secretaria Municipal de Saúde.

Jornada de Trabalho: 30 horas semanais ou 40 horas semanais

Vencimento mensal vigente em junho/2011. Padrão inicial: R\$ 755,17 (30h) ou R\$ 1.006,89 (40h).

Requisitos Mínimos: Ensino Fundamental (antigo 1º grau).

Descrição Sumária do Cargo: realizar atividade internas e externas de combate à dengue, incluindo visitas domiciliares em campanhas preventivas e corretivas de saúde pública e combate a endemias; outras atividades internas e externas previstas em regulamento.

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá.

Jornada de Trabalho: 30 horas semanais;

Requisitos Mínimos: Ensino Médio (antigo 2º grau)

Vencimento mensal vigente em junho/2011. Padrão inicial: R\$ 1.151,70

Descrição Sumária do Cargo: realizar atendimento, orientação e encaminhamento de usuários de serviços públicos; executar serviços administrativos de média complexidade; redigir e digitar documentos; alimentar banco de dados; outras atividades definidas em regulamento

AGENTE DE FISCALIZAÇÃO I

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente nas Secretarias Municipais de Finanças e de Planejamento e Gestão.

Jornada de Trabalho: 30 horas semanais;

Requisitos Mínimos: Ensino Médio, com habilitação mínima de Técnico em Contabilidade.

Vencimento mensal vigente em junho/2011. Padrão inicial: R\$ 1.151,70

Descrição Sumária do Cargo: Realizar estudos e desenvolver atividades que visem ao aperfeiçoamento das ações de vigilância; emitir pareceres, técnicos em instância de julgamento de infrações às leis e regulamentos em vigor; orientar contribuintes de tributos municipais; exercer tarefas na área de fiscalização de tributos municipais junto a estabelecimentos com a finalidade de manter regularizada a situação perante a Administração Municipal; examinar e analisar livros fiscais, contábeis, notas fiscais, faturas, balanços e quaisquer outros documentos de contribuintes; Verificar área de estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços, para fins de fiscalização e cobranças de taxas municipais; analisar requerimentos de licença para desenvolvimento de atividades permanentes ou transitórias, inclusive promovendo diligências externas; efetuar inspeções para fazer cumprir normas derivadas do poder de polícia administrativa do município outras atividades definidas em regulamento.

TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO I – TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão e/ou Secretaria de Saúde.

Jornada de Trabalho: 30 horas semanais;

Requisitos Mínimos: Ensino Médio, com habilitação mínima em Técnico de Agropecuária.

Vencimento mensal vigente em junho/2011. Padrão inicial: R\$ 1.151,70

Descrição Sumária do Cargo: executar atividades correspondentes à sua respectiva formação de Nível Médio; orientar quando solicitado, o trabalho de outros funcionários; desenvolver atividades de programação em sua área de atuação; orientar contribuintes, executar vistorias em estabelecimentos externos, sujeitos à fiscalização ou à regulamentação do poder público municipal; executar atividades afins, em sua especialização de Nível Médio. Realizar outras tarefas correlatas; Prestar assistência técnica, orientando diretamente produtores sobre produção agropecuária, comercialização e procedimentos de biossegurança. Promover organização, extensão e capacitação rural. Fiscalizar produção agropecuária.

TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO I – TÉCNICO EM LATICÍNIOS

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente na Secretaria Municipal de Saúde ou Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Jornada de Trabalho: 30 horas semanais;

Requisitos Mínimos: Ensino Médio, com habilitação mínima em Técnico em Laticínios.

Vencimento mensal vigente em junho/2011. Padrão inicial: R\$ 1.151,70

Descrição Sumária do Cargo: executar atividades correspondentes à sua respectiva formação de Nível Médio; orientar quando solicitado, o trabalho de outros funcionários; desenvolver atividades de programação em sua área de atuação; orientar contribuintes, executar vistorias em estabelecimentos externos, sujeitos à fiscalização ou à regulamentação do poder público municipal; executar atividades afins, em sua especialização de Nível Médio. Realizar outras tarefas correlatas.

TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO I – TÉCNICO EM ALIMENTOS

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente na Secretaria Municipal de Saúde ou Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Jornada de Trabalho: 30 horas semanais;

Requisitos Mínimos: Ensino Médio, com habilitação mínima em Técnico em Alimentos.

Vencimento mensal vigente em junho/2011. Padrão inicial: R\$ 1.151,70

Descrição Sumária do Cargo: executar atividades correspondentes à sua respectiva formação de Nível Médio; orientar quando solicitado, o trabalho de outros funcionários; desenvolver atividades de programação em sua área de atuação; orientar contribuintes, executar vistorias em estabelecimentos externos, sujeitos à fiscalização ou à regulamentação do poder público municipal; executar atividades afins, em sua especialização de Nível Médio. Realizar outras tarefas correlatas.

TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO I – TÉCNICO EM INFORMÁTICA

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá.

Jornada de Trabalho: 30 horas semanais;

Requisitos Mínimos: Ensino Médio, com habilitação mínima em Técnico em Informática

Vencimento mensal vigente em junho/2011. Padrão inicial: R\$ 1.151,70

Descrição Sumária do Cargo: executar atividades correspondentes à sua respectiva formação de Nível Médio; orientar quando solicitado, o trabalho de outros funcionários; desenvolver atividades de programação em sua área de atuação; orientar contribuintes, executar vistorias

em estabelecimentos externos, sujeitos à fiscalização ou à regulamentação do poder público municipal; executar atividades afins, em sua especialização de Nível Médio. Realizar outras tarefas correlatas.

TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO I – TÉCNICO EM CONTABILIDADE

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá.

Jornada de Trabalho: 30 horas semanais;

Requisitos Mínimos: Ensino Médio, com habilitação mínima em Técnico em Contabilidade

Vencimento mensal vigente em junho/2011. Padrão inicial: R\$ 1.151,70

Descrição Sumária do Cargo: executar atividades correspondentes à sua respectiva formação de Nível Médio; orientar quando solicitado, o trabalho de outros funcionários; desenvolver atividades de programação em sua área de atuação; orientar contribuintes, executar vistorias em estabelecimentos externos, sujeitos à fiscalização ou à regulamentação do poder público municipal; executar atividades afins, em sua especialização de Nível Médio. Realizar outras tarefas correlatas.

TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO I – TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente na Secretaria Municipal de Saúde e/ou Secretaria Municipal de Administração.

Jornada de Trabalho: 30 horas semanais;

Requisitos Mínimos: Ensino Médio, com habilitação mínima em Técnico em Segurança do Trabalho.

Vencimento mensal vigente em junho/2011. Padrão inicial: R\$ 1.151,70

Descrição Sumária do Cargo: executar atividades correspondentes à sua respectiva formação de Nível Médio; orientar quando solicitado, o trabalho de outros funcionários; desenvolver atividades de programação em sua área de atuação; orientar contribuintes, executar vistorias em estabelecimentos externos, sujeitos à fiscalização ou à regulamentação do poder público municipal; executar atividades afins, em sua especialização de Nível Médio. Realizar outras tarefas correlatas; Elaborar, participar da elaboração e implementar política de saúde e segurança no trabalho; realizar auditoria, acompanhamento e avaliação na área; identificar variáveis de controle de doenças, acidentes, qualidade de vida e meio ambiente. Desenvolver ações educativas na área de saúde e segurança no trabalho; investigar, analisar acidentes e recomendar medidas de prevenção e controle.

TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO I – TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente na Secretaria Municipal de Saúde.

Jornada de Trabalho: 30 horas semanais ou 40 horas semanais.

Requisitos Mínimos: Ensino Médio, com habilitação mínima em Técnico em Enfermagem;

Vencimento mensal vigente em junho/2011. Padrão inicial: R\$ 1.151,70 (30h) ou R\$ 1.535,60 (40h).

Descrição Sumária do Cargo: executar atividades correspondentes à sua respectiva formação de Nível Médio; orientar quando solicitado, o trabalho de outros funcionários; desenvolver atividades de programação em sua área de atuação; realizar visitas domiciliares, quando lotado no Programa Saúde da Família ou Estratégia Saúde da Família; executar atividades afins, em sua especialização de Nível Médio. Realizar outras tarefas correlatas; organizar ambiente de trabalho; trabalhar em conformidade às boas práticas, normas e procedimentos de biossegurança; realizar registros e elaborar relatórios técnico; desempenhar atividades e realizar ações para promoção da saúde da família.

TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO I – TÉCNICO EM LABORATÓRIO

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente na Secretaria Municipal de Saúde

Jornada de Trabalho: 30 horas semanais;

Requisitos Mínimos: Ensino Médio, com habilitação mínima em Técnico em Laboratório ou Técnico em Análises Clínicas.

Vencimento mensal vigente em junho/2011. Padrão inicial: R\$ 1.151,70

Descrição Sumária do Cargo: executar atividades correspondentes à sua respectiva formação de Nível Médio; orientar quando solicitado, o trabalho de outros funcionários; desenvolver atividades de programação em sua área de atuação; executar vistorias em estabelecimentos externos, sujeitos à fiscalização ou à regulamentação do poder público municipal; executar atividades afins, em sua especialização de Nível Médio; coletar, receber e distribuir material biológico de pacientes; preparar amostras do material biológico e realizar exames conforme protocolo; operar equipamentos analíticos e de suporte. executar, conferir, calibrar e fazer manutenção corretiva dos equipamentos; administrar e organizar o local de trabalho; trabalhar conforme normas e procedimentos técnicos de boas práticas, qualidade e biossegurança. Realizar outras tarefas correlatas.

TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO I – TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente nas Secretarias Municipais de Agricultura e Meio Ambiente ou de Planejamento e Gestão.

Jornada de Trabalho: 30 horas semanais;

Requisitos Mínimos: Ensino Médio, com habilitação mínima em Técnico em Meio Ambiente.

Vencimento mensal vigente em junho/2011. Padrão inicial: R\$ 1.151,70

Descrição Sumária do Cargo: executar atividades internas e externas correspondentes à sua respectiva formação de Nível Médio; orientar quando solicitado, o trabalho de outros funcionários; desenvolver atividades de programação em sua área de atuação; orientar contribuintes, executar vistorias em estabelecimentos externos, sujeitos à fiscalização ou à regulamentação do poder público municipal; executar atividades afins, em sua especialização de Nível Médio. Realizar outras tarefas correlatas.

FISCAL DE OBRAS E POSTURAS I

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão.

Jornada de Trabalho: 30 horas semanais;

Requisitos Mínimos: Ensino Médio, com habilitação mínima em curso técnico

Vencimento mensal vigente em junho/2011. Padrão inicial: R\$ 1.151,70

Descrição Sumária do Cargo: executar tarefas internas e externas de verificação da observância das posturas municipais, relacionadas com a obstrução de vias públicas, meio ambiente, edificações, comércio de vendedores ambulantes, horário de comércio e outros assuntos correlatos, informando processos e expedientes relacionados com sua atividade e dando parecer; promover a avaliação ou reavaliação de bens imóveis para efeitos tributários de competência municipal; efetuar revisões periódicas no sentido de apurar a existência de construções clandestinas; executar trabalho de inspeção e vistoria em obras particulares para cumprimento do projeto aprovado pela Prefeitura; conferir dimensões, circulares, áreas, e outros itens, examinando a observância do projeto aprovado e vistoriar “in loco” sua execução; fazer verificação, completa em obras concluídas, para concessão de habite-se;

comunicar a existência de material de construção em vias públicas, para as providências cabíveis; informar processo de renovação e transferência de alvará, reforma, licença de demolição, aprovação, modificação de projetos e outros casos afins e dar parecer; observar sistematicamente agressões aos códigos vigentes na Prefeitura Municipal de Ubá; exercer a ação fiscalizadora de observância e melhoria do meio ambiente na legislação de proteção, conservação e melhoria do meio ambiente, com o apoio de técnico ambiental; fiscalizar e analisar projetos, exercer atividades correlatas previstas em regulamento

FISCAL SANITÁRIO I

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente na Secretaria Municipal de Saúde.

Jornada de Trabalho: 30 horas semanais;

Requisitos Mínimos: Ensino Médio (antigo 2º. grau)

Vencimento mensal vigente em junho/2011. Padrão inicial: R\$ 1.151,70

Descrição Sumária do Cargo: Orientar e fiscalizar as atividades e obras para prevenção/preservação ambiental e da saúde, por meio de vistorias, inspeções e análises técnicas de locais, atividades, obras, projetos e processos, visando o cumprimento da legislação ambiental e sanitária; promover educação sanitária e ambiental; outras atividades definidas em regulamento.

FISCAL DAS REL. DE CONSUMO I

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente no Procon.

Jornada de Trabalho: 30 horas semanais;

Requisitos Mínimos: Ensino Médio (antigo 2º. grau).

Vencimento mensal vigente em junho/2011. Padrão inicial: R\$ 1.151,70

Descrição sumária do cargo: lavrar autos de infração, apreensão e termo de depósito; receber denúncias e reclamações contra quaisquer tipos de abusos no mercado de consumo e serviços; exercer, com poder de polícia, todas as atividades de fiscalização para o cumprimento normas atinentes as relações de consumo; verificar o cumprimento da legislação em vigor, notificando e autuando os infratores, quando for o caso; fiscalizar preços, abastecimento, qualidade, quantidade e segurança de bens e serviços.

TÉCNICO EM EDUCAÇÃO I:

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá.

Jornada de Trabalho: 30 horas semanais;

Requisitos Mínimos: Licenciatura plena na área de educação com habilitação ou especialização em Administração Escolar ou Supervisão ou Orientação Educacional;

Vencimento mensal vigente em junho/2011. Padrão inicial: R\$ 1.610,84

Descrição Sumária do Cargo: realizar atividades inerentes à sua formação profissional, em especial: fazer o planejamento geral das atividades a serem desenvolvidas apresentando-o a Secretaria Municipal de Educação e Cultura; assessorar a Administração nas decisões de ordem pedagógica; participar da coordenação do planejamento do currículo; participar da coordenação do planejamento do ensino; selecionar com os professores os novos métodos e técnicas de ensino; acompanhar e orientar na elaboração do Plano de Curso, de Unidade, de Aula; supervisionar, ao nível pedagógico, os cursos existentes; supervisionar, o ensino das classes que lhe forem confiadas dentro das normas e técnicas modernas; participar da equipe de coordenadores dos cursos, áreas ou disciplinas; colaborar na organização de atividades

sociais, cívicas e religiosas e demais reuniões promovidas pela Escola; participar das reuniões de Pais e Professores, empenhando-se para que haja maior compreensão e aproximação entre a família e a escola; promover um ambiente de aceitação à crítica e à reformulação de comportamentos; orientar os professores quanto à técnica de utilização do material didático disponível; organizar e manter atualizado um arquivo com dados dos professores e vida escolar de cada um; orientar e assessorar os professores principiantes no exercício do magistério; visitar freqüentemente as classes a fim de observar diretamente o ensino e a aprendizagem; promover entrevistas com os regentes, após visitas às classes fazendo a apreciação dos trabalhos e sugerindo medidas a tomar; auxiliar o professor a diagnosticar as dificuldades do aluno no processo de aprendizagem; supervisionar o processo de avaliação e concorrer para a redução dos índices de evasão e repetência; sugerir medidas para melhoria do rendimento nos aspectos qualitativos e quantitativos; demonstrar os resultados em gráficos gerais para apreciação dos regentes; estudar novas técnicas de aplicação dos recursos didáticos, difundindo-os entre o corpo docente; propor a aquisição de livros e material didático visando a melhoria do ensino- aprendizagem; colaborar na programação e execução de atividades extra-classe; desenvolver programas de treinamento e assistência em serviço;

TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I - ADVOGADO:

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente na Procuradoria Geral do Município.

Jornada de Trabalho: 30 horas semanais;

Requisitos Mínimos: Curso Superior em Direito, registro na OAB;

Vencimento mensal vigente em junho/2011. Padrão inicial: R\$ 1.610,84

Descrição Sumária do Cargo: Executar atividades correspondentes à sua respectiva formação de Nível Superior; desenvolver e acompanhar ações jurídicas de interesse do Município, principalmente nas áreas constitucional, administrativa, tributária, civil e trabalhista; elaborar contratos, convênios e aditamentos; emitir pareceres para subsidiar decisões administrativas; outras atribuições definidas em Regulamento.

TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I – ARQUITETO OU ARQUITETO/URBANISTA

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão.

Jornada de Trabalho: 30 horas semanais;

Requisitos Mínimos: Curso Superior em Arquitetura, registro no conselho profissional pertinente;

Vencimento mensal vigente em junho/2011. Padrão inicial: R\$ 1.610,84

Descrição Sumária do Cargo: Executar atividades internas e externas correspondentes à sua respectiva formação de Nível Superior; desenvolver projetos, realizar avaliações e pareceres de interesse do Município; analisar e aprovar projetos e outras atribuições definidas em Regulamento.

TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I – ASSISTENTE SOCIAL

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e/ou Secretaria Municipal de Saúde.

Jornada de Trabalho: 30 horas semanais;

Requisitos Mínimos: Curso Superior em Serviço Social, registro no conselho profissional respectivo.

Vencimento mensal vigente em junho/2011. Padrão inicial: R\$ 1.610,84

Descrição sumária do cargo: Executar atividades correspondentes à sua respectiva formação de Nível Superior; prestar assistência a membros da comunidade local e a entidades que os congregam para identificação de problemas, levantamento de alternativas, prioridades e o encaminhamento aos setores competentes; preparar relatórios e outros documentos relativos ao exercício de suas atividades; prestar serviços sociais orientando indivíduos, famílias, comunidade e instituições sobre direitos e deveres (normas, códigos e legislação), serviços e recursos sociais e programas de educação; planejar, coordenar e avaliar planos, programas e projetos sociais em diferentes áreas de atuação profissional (seguridade, educação, trabalho, jurídica, habitação e outras); desempenhar tarefas administrativas e articular recursos financeiros disponíveis. Outras atividades definidas em Regulamento.

TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I – BACHAREL EM ECONOMIA DOMÉSTICA:

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente no PROCON.

Jornada de Trabalho: 30 horas semanais;

Requisitos Mínimos: Curso Superior em Economia Doméstica e registro no conselho profissional respectivo.

Vencimento mensal vigente em junho/2011. Padrão inicial: R\$ 1.610,84

Descrição sumária do cargo: Executar atividades correspondentes à sua respectiva formação de Nível Superior; atender e orientar consumidores que buscarem os serviços públicos prestados pelo Procon Municipal; elaborar e desenvolver projetos em sua área de formação; trabalhar com orçamento familiar; pesquisar e divulgar preços praticados no mercado de consumo; preparar relatórios e outros documentos relativos ao exercício de suas atividades; outras atividades definidas em Regulamento.

TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I – BIÓLOGO:

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente ou Secretaria Municipal de Saúde.

Jornada de Trabalho: 30 horas semanais;

Vencimento mensal vigente em junho/2011. Padrão inicial: R\$ 1.610,84

Requisitos Mínimos: Curso Superior em Biologia e registro no conselho profissional respectivo.

Descrição sumária do cargo: Executar atividades correspondentes à sua respectiva formação de Nível Superior; realizar vistorias em estabelecimentos sujeitos à fiscalização e/ou regulação do poder público municipal; preparar relatórios e outros documentos relativos ao exercício de suas atividades; outras atividades definidas em Regulamento.

TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I – BIOQUÍMICO:

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente na Secretaria Municipal de Saúde.

Jornada de Trabalho: 30 horas semanais;

Vencimento mensal vigente em junho/2011. Padrão inicial: R\$ 1.610,84

Requisitos Mínimos: Curso Superior em Bioquímica e registro no conselho profissional respectivo.

Descrição sumária do cargo: Executar atividades correspondentes à sua respectiva formação de Nível Superior; realizar vistorias em estabelecimentos sujeitos à fiscalização e/ou regulação do poder público municipal; emitir laudos técnicos, preparar relatórios e outros documentos relativos ao exercício de suas atividades; realizar análises clínicas, toxicológicas,

fisioquímicas, biológicas, microbiológicas e bromatológicas; participar da elaboração, coordenação e implementação de políticas de medicamentos; exercer fiscalização sobre estabelecimentos, produtos, serviços e exercício profissional. Outras atividades definidas em Regulamento.

TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I – DENTISTA:

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente na Secretaria Municipal de Saúde.

Jornada de Trabalho: 30 horas semanais

Vencimento mensal vigente em junho/2011. Padrão inicial: R\$ 1.610,84

Requisitos Mínimos: Curso Superior em Odontologia e registro no conselho profissional respectivo.

Descrição sumária do cargo: Executar atividades correspondentes à sua respectiva formação de Nível Superior; orientar quando solicitado, o trabalho de outros funcionários; desenvolver atividades de programação em sua área de atuação; preparar relatórios e outros documentos relativos ao exercício de suas atividades; atender e orientar pacientes e executar procedimentos odontológicos; aplicar medidas de promoção e prevenção de saúde, ações de saúde coletiva, estabelecendo diagnóstico e prognóstico, interagindo com profissionais de outras áreas; desenvolver atividades profissionais junto a crianças, adultos e idosos, com ou sem necessidades especiais, em diferentes níveis de complexidade. Outras atividades definidas em Regulamento

TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I – ENFERMEIRO:

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente na Secretaria Municipal de Saúde.

Jornada de Trabalho: 30 horas semanais ou 40 horas semanais.

Vencimento mensal vigente em junho/2011. Padrão inicial: R\$ 1.610,84 (30h) ou R\$ 2.147,78 (40h);

Requisitos Mínimos: Curso Superior em Enfermagem e registro no conselho profissional respectivo.

Descrição sumária do cargo: Executar atividades correspondentes à sua respectiva formação de Nível Superior; orientar quando solicitado, o trabalho de outros funcionários; desenvolver atividades de programação em sua área de atuação; realizar visitas domiciliares (para técnicos lotados na ESF – Estratégia Saúde da Família); preencher relatórios e outros documentos relativos ao exercício de suas atividades; prestar assistência ao paciente e/ou cliente; coordenar, planejar ações e auditar serviços de enfermagem; Implementar ações para a promoção da saúde junto à comunidade. Outras atividades definidas em Regulamento.

TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I – ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO:

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente na Secretaria Municipal de Saúde ou Secretaria Municipal de Administração.

Jornada de Trabalho: 30 horas semanais

Vencimento mensal vigente em junho/2011. Padrão inicial: R\$ 1.610,84

Requisitos Mínimos: Habilitação superior em Engenharia de Segurança do Trabalho e registro no conselho profissional respectivo.

Descrição sumária do cargo: Executar atividades internas e externas correspondentes à sua respectiva formação de Nível Superior; desenvolver projetos, realizar avaliações e pareceres de interesse do Município, orientar quando solicitado, o trabalho de outros funcionários;

desenvolver atividades de programação em sua área de atuação; preparar relatórios e outros documentos relativos ao exercício de suas atividades, fiscalizar, analisar e aprovar projetos; desenvolver, testar e supervisionar sistemas, processos e métodos produtivos; gerenciar atividades de segurança do trabalho e do meio ambiente, planejar empreendimentos e atividades produtivas e coordenar equipes, treinamentos e atividades de trabalho. outras atividades definidas em Regulamento.

TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I – ENGENHEIRO AGRIMENSOR:

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão.

Jornada de Trabalho: 30 horas semanais

Vencimento mensal vigente em junho/2011. Padrão inicial: R\$ 1.610,84

Requisitos Mínimos: Curso Superior em Engenharia de Agrimensura e registro no conselho profissional respectivo.

Descrição sumária do cargo: Executar atividades internas e externas correspondentes à sua respectiva formação de Nível Superior; desenvolver projetos, realizar avaliações e pareceres de interesse do Município, orientar quando solicitado, o trabalho de outros funcionários; desenvolver atividades de programação em sua área de atuação; preparar relatórios e outros documentos relativos ao exercício de suas atividades, fiscalizar, analisar e aprovar projetos outras atividades definidas em Regulamento.

TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I – ENGENHEIRO CIVIL

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão ou Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Jornada de Trabalho: 30 horas semanais

Vencimento mensal vigente em junho/2011. Padrão inicial: R\$ 1.610,84

Requisitos Mínimos: Curso Superior em Engenharia Civil e registro no conselho profissional respectivo.

Descrição sumária do cargo: Executar atividades internas e externas correspondentes à sua respectiva formação de Nível Superior; desenvolver projetos, realizar avaliações e pareceres de interesse do Município; orientar quando solicitado, o trabalho de outros funcionários; desenvolver atividades de programação em sua área de atuação; preparar relatórios e outros documentos relativos ao exercício de suas atividades, fiscalizar, analisar e aprovar projetos outras atividades definidas em Regulamento.

TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I – ENGENHEIRO SANITARISTA/AMBIENTAL

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente nas Secretarias de Agricultura e Meio Ambiente e de Planejamento e Gestão.

Jornada de Trabalho: 30 horas semanais

Vencimento mensal vigente em junho/2011. Padrão inicial: R\$ 1.610,84

Requisitos Mínimos: Curso Superior em Engenharia Sanitária ou Engenharia Ambiental ou Engenharia Civil e registro no conselho profissional respectivo.

Descrição sumária do cargo: Executar atividades internas e externas correspondentes à sua respectiva formação de Nível Superior; desenvolver projetos, realizar avaliações e pareceres de interesse do Município, orientar quando solicitado, o trabalho de outros funcionários; desenvolver atividades de programação em sua área de atuação; preparar relatórios e outros

documentos relativos ao exercício de suas atividades, fiscalizar, analisar e aprovar projetos outras atividades definidas em Regulamento.

TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I – FARMACÊUTICO:

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente na Secretaria Municipal de Saúde.

Jornada de Trabalho: 30 horas semanais

Vencimento mensal vigente em junho/2011. Padrão inicial: R\$ 1.610,84

Requisitos Mínimos: Curso Superior em Farmácia e registro no registro no conselho profissional respectivo.

Descrição sumária do cargo: Executar atividades correspondentes à sua respectiva formação de Nível Superior; orientar quando solicitado, o trabalho de outros funcionários; desenvolver atividades de programação em sua área de atuação; preparar relatórios e outros documentos relativos ao exercício de suas atividades; realizar tarefas específicas de dispensação, controle, armazenamento, distribuição e transporte de produtos da área farmacêutica; participar da elaboração, coordenação e implementação de políticas de medicamentos; exercer fiscalização sobre estabelecimentos, produtos, serviços e exercício profissional; orientar sobre uso de produtos e prestar serviços farmacêuticos. Outras atividades definidas em Regulamento.

TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I – FISIOTERAPEUTA:

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente na Secretaria Municipal de Saúde.

Jornada de Trabalho: 30 horas semanais

Vencimento mensal vigente em junho/2011. Padrão inicial: R\$ 1.610,84

Requisitos Mínimos: Curso Superior em Fisioterapia e registro no registro no conselho profissional respectivo.

Descrição sumária do cargo: Executar atividades correspondentes à sua respectiva formação de Nível Superior; orientar quando solicitado, o trabalho de outros funcionários; desenvolver atividades de programação em sua área de atuação; preparar relatórios e outros documentos relativos ao exercício de suas atividades; aplicar técnicas fisioterapêuticas para prevenção, readaptação e recuperação de pacientes e clientes; atender e avaliar as condições funcionais de pacientes e clientes utilizando protocolos e procedimentos específicos da fisioterapia e suas especialidades; atuar na área de educação em saúde através de palestras, distribuição de materiais educativos e orientações para melhor qualidade de vida; desenvolver e implementar programas de prevenção em saúde geral e do trabalho; gerenciar serviços de saúde orientando e supervisionando recursos humanos. Outras atividades definidas em Regulamento

TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I – FONOAUDIÓLOGO

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente na Secretaria Municipal de Saúde.

Jornada de Trabalho: 30 horas semanais

Vencimento mensal vigente em junho/2011. Padrão inicial: R\$ 1.610,84

Requisitos Mínimos: Curso Superior em Fonoaudiologia e registro no registro no conselho profissional respectivo.

Descrição sumária do cargo: Executar atividades correspondentes à sua respectiva formação de Nível Superior; orientar quando solicitado, o trabalho de outros funcionários; desenvolver atividades de programação em sua área de atuação; preparar relatórios e outros documentos relativos ao exercício de suas atividades, atender pacientes e clientes para prevenção,

habilitação e reabilitação de pessoas utilizando protocolos e procedimentos específicos de fonoaudiologia; tratar de pacientes e clientes; efetuar avaliação e diagnóstico fonoaudiológico; orientar pacientes, clientes, familiares, cuidadores e responsáveis; desenvolver programas de prevenção, promoção da saúde e qualidade de vida; exercer atividades administrativas e administrar recursos humanos, materiais e financeiros. Outras atividades definidas em Regulamento;

TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I – MÉDICO ANGIOLOGISTA

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente na Secretaria Municipal de Saúde.

Jornada de Trabalho: 20 horas semanais

Vencimento mensal vigente em junho/2011. Padrão inicial: R\$ 1.610,84

Requisitos Mínimos: Curso Superior em Medicina, Especialização ou Residência em Angiologia e registro no CRM;

Descrição sumária do cargo: Executar atividades correspondentes à sua respectiva formação de Nível Superior; orientar quando solicitado, o trabalho de outros funcionários; desenvolver atividades de programação em sua área de atuação; preparar relatórios e outros documentos relativos ao exercício de suas atividades; realizar consultas e atendimentos médicos; tratar pacientes e clientes; implementar ações de prevenção de doenças e promoção da saúde tanto individuais quanto coletivas; coordenar programas e serviços em saúde; efetuar perícias, auditorias e sindicâncias médicas; elaborar documentos e difundir conhecimentos da área médica. Outras atividades definidas em Regulamento.

TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I – MÉDICO AUDITOR

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente na Secretaria Municipal de Saúde.

Jornada de Trabalho: 20 horas semanais

Vencimento mensal vigente em junho/2011. Padrão inicial: R\$ 1.610,84

Requisitos Mínimos: Curso Superior em Medicina, Especialização em Auditoria Médica e registro no CRM;

Descrição sumária do cargo: Executar atividades correspondentes à sua respectiva formação de Nível Superior; orientar quando solicitado, o trabalho de outros funcionários; desenvolver atividades de programação em sua área de atuação; preparar relatórios e outros documentos relativos ao exercício de suas atividades, realizar auditorias em contas do SUS; outras atividades definidas em Regulamento.

TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I – MÉDICO CIRURGIÃO GERAL:

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente na Secretaria Municipal de Saúde.

Jornada de Trabalho: 20 horas semanais

Vencimento mensal vigente em junho/2011. Padrão inicial: R\$ 1.610,84

Requisitos Mínimos: Curso Superior em Medicina, Especialização ou Residência em Cirurgia Geral e registro no CRM;

Descrição sumária do cargo: Executar atividades correspondentes à sua respectiva formação de Nível Superior; orientar quando solicitado, o trabalho de outros funcionários; desenvolver atividades de programação em sua área de atuação; preparar relatórios e outros documentos relativos ao exercício de suas atividades; realizar intervenções cirúrgicas de acordo com a necessidade de cada paciente; realizar consultas e atendimentos médicos para tratamento de

pacientes; implementar ações de prevenção de doenças e promoção da saúde tanto individuais quanto coletivas; elaborar documentos médicos, administrar serviços em saúde e difundir conhecimentos da área médica. outras atividades definidas em Regulamento.

TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I – MÉDICO CIRURGIÃO PLÁSTICO:

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente na Secretaria Municipal de Saúde.

Jornada de Trabalho: 20 horas semanais

Vencimento mensal vigente em junho/2011. Padrão inicial: R\$ 1.610,84

Requisitos Mínimos: Curso Superior em Medicina, Especialização ou Residência em Cirurgia Plástica e registro no CRM;

Descrição sumária do cargo: Executar atividades correspondentes à sua respectiva formação de Nível Superior em pequenas cirurgias reparatórias; orientar quando solicitado, o trabalho de outros funcionários; desenvolver atividades de programação em sua área de atuação; preparar relatórios e outros documentos relativos ao exercício de suas atividades; realizar intervenções cirúrgicas de acordo com a necessidade de cada paciente; realizar consultas e atendimentos médicos para tratamento de pacientes; implementar ações de prevenção de doenças e promoção da saúde tanto individuais quanto coletivas; elaborar documentos médicos, administrar serviços em saúde e difundir conhecimentos da área médica. Outras atividades definidas em Regulamento

TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I – MÉDICO CLÍNICO GERAL:

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente na Secretaria Municipal de Saúde.

Jornada de Trabalho: 20 horas semanais

Vencimento mensal vigente em junho/2011. Padrão inicial: R\$ 1.610,84

Requisitos Mínimos: Curso Superior em Medicina, Especialização ou Residência em Clínica Médica (ou Clínica Geral) e registro no CRM;

Descrição sumária do cargo: Executar atividades correspondentes à sua respectiva formação de Nível Superior; orientar quando solicitado, o trabalho de outros funcionários; desenvolver atividades de programação em sua área de atuação; preparar relatórios e outros documentos relativos ao exercício de suas atividades; realizar consultas e atendimentos médicos; tratar pacientes e clientes; implementar ações de prevenção de doenças e promoção da saúde tanto individuais quanto coletivas; coordenar programas e serviços em saúde; efetuar perícias, auditorias e sindicâncias médicas; elaborar documentos e difundir conhecimentos da área médica. Outras atividades definidas em Regulamento.

TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I – MÉDICO DERMATOLOGISTA:

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente na Secretaria Municipal de Saúde.

Jornada de Trabalho: 20 horas semanais

Vencimento mensal vigente em junho/2011. Padrão inicial: R\$ 1.610,84

Requisitos Mínimos: Curso Superior em Medicina, Especialização ou Residência em Dermatologia e registro no CRM;

Descrição sumária do cargo: Executar atividades correspondentes à sua respectiva formação de Nível Superior; orientar quando solicitado, o trabalho de outros funcionários; desenvolver atividades de programação em sua área de atuação; preparar relatórios e outros documentos relativos ao exercício de suas atividades; realizar consultas e atendimentos médicos; tratar

pacientes e clientes; implementar ações de prevenção de doenças e promoção da saúde tanto individuais quanto coletivas; coordenar programas e serviços em saúde; efetuar perícias, auditorias e sindicâncias médicas; elaborar documentos e difundir conhecimentos da área médica. Outras atividades definidas em Regulamento;

TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I – MÉDICO DO TRABALHO:

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente na Secretaria Municipal de Saúde.

Jornada de Trabalho: 20 horas semanais

Vencimento mensal vigente em junho/2011. Padrão inicial: R\$ 1.610,84

Requisitos Mínimos: Curso Superior em Medicina, Especialização ou Residência em Medicina do Trabalho e registro no CRM;

Descrição sumária do cargo: Executar atividades correspondentes à sua respectiva formação de Nível Superior; orientar quando solicitado, o trabalho de outros funcionários; desenvolver atividades de programação em sua área de atuação; preparar relatórios e outros documentos relativos ao exercício de suas atividades; realizar consultas e atendimentos médicos; tratar pacientes e clientes; implementar ações de prevenção de doenças e promoção da saúde tanto individuais quanto coletivas; coordenar programas e serviços em saúde; efetuar perícias, auditorias e sindicâncias médicas; elaborar documentos e difundir conhecimentos da área médica. Outras atividades definidas em Regulamento.

TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I – MÉDICO GASTROENTEROLOGISTA:

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente na Secretaria Municipal de Saúde.

Jornada de Trabalho: 20 horas semanais

Vencimento mensal vigente em junho/2011. Padrão inicial: R\$ 1.610,84

Requisitos Mínimos: Curso Superior em Medicina, Especialização ou Residência em Gastroenterologista e registro no CRM;

Descrição sumária do cargo: Executar atividades correspondentes à sua respectiva formação de Nível Superior; orientar quando solicitado, o trabalho de outros funcionários; desenvolver atividades de programação em sua área de atuação; preparar relatórios e outros documentos relativos ao exercício de suas atividades; realizar consultas e atendimentos médicos; tratar pacientes e clientes; implementar ações de prevenção de doenças e promoção da saúde tanto individuais quanto coletivas; coordenar programas e serviços em saúde; efetuar perícias, auditorias e sindicâncias médicas; elaborar documentos e difundir conhecimentos da área médica. outras atividades definidas em Regulamento.

TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I – MÉDICO GINECOLOGISTA/OBSTETRA:

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente na Secretaria Municipal de Saúde.

Jornada de Trabalho: 20 horas semanais

Vencimento mensal vigente em junho/2011. Padrão inicial: R\$ 1.610,84

Requisitos Mínimos: Curso Superior em Medicina, Especialização ou Residência em Ginecologia/Obstetrícia e registro no CRM;

Descrição sumária do cargo: Executar atividades correspondentes à sua respectiva formação de Nível Superior; orientar quando solicitado, o trabalho de outros funcionários; desenvolver atividades de programação em sua área de atuação; preparar relatórios e outros documentos relativos ao exercício de suas atividades; realizar intervenções cirúrgicas de acordo com a

necessidade de cada paciente; realizar consultas e atendimentos médicos para tratamento de pacientes; implementar ações de prevenção de doenças e promoção da saúde tanto individuais quanto coletivas; elaborar documentos médicos, administrar serviços em saúde e difundir conhecimentos da área médica. Outras atividades definidas em Regulamento.

TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I – MÉDICO HEMATOLOGISTA:

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente na Secretaria Municipal de Saúde.

Jornada de Trabalho: 20 horas semanais

Vencimento mensal vigente em junho/2011. Padrão inicial: R\$ 1.610,84

Requisitos Mínimos: Curso Superior em Medicina, Especialização ou Residência em Hematologia e registro no CRM;

Descrição sumária do cargo: Executar atividades correspondentes à sua respectiva formação de Nível Superior; orientar quando solicitado, o trabalho de outros funcionários; desenvolver atividades de programação em sua área de atuação; preparar relatórios e outros documentos relativos ao exercício de suas atividades; realizar consultas e atendimentos médicos; tratar pacientes e clientes; implementar ações de prevenção de doenças e promoção da saúde tanto individuais quanto coletivas; coordenar programas e serviços em saúde; efetuar perícias, auditorias e sindicâncias médicas; elaborar documentos e difundir conhecimentos da área médica. Outras atividades definidas em Regulamento.

TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I – MÉDICO INFECTOLOGISTA:

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente na Secretaria Municipal de Saúde.

Jornada de Trabalho: 20 horas semanais

Vencimento mensal vigente em junho/2011. Padrão inicial: R\$ 1.610,84

Requisitos Mínimos: Curso Superior em Medicina, Especialização ou Residência em Infectologia e registro no CRM;

Descrição sumária do cargo: Executar atividades correspondentes à sua respectiva formação de Nível Superior; orientar quando solicitado, o trabalho de outros funcionários; desenvolver atividades de programação em sua área de atuação; preparar relatórios e outros documentos relativos ao exercício de suas atividades; realizar consultas e atendimentos médicos; tratar pacientes e clientes; implementar ações de prevenção de doenças e promoção da saúde tanto individuais quanto coletivas; coordenar programas e serviços em saúde; efetuar perícias, auditorias e sindicâncias médicas; elaborar documentos e difundir conhecimentos da área médica. Outras atividades definidas em Regulamento.

TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I – MÉDICO NEUROLOGISTA:

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente na Secretaria Municipal de Saúde.

Jornada de Trabalho: 20 horas semanais

Vencimento mensal vigente em junho/2011. Padrão inicial: R\$ 1.610,84

Requisitos Mínimos: Curso Superior em Medicina, Especialização ou Residência em Neurologia e registro no CRM;

Descrição sumária do cargo: Executar atividades correspondentes à sua respectiva formação de Nível Superior; orientar quando solicitado, o trabalho de outros funcionários; desenvolver atividades de programação em sua área de atuação; preparar relatórios e outros documentos relativos ao exercício de suas atividades; realizar consultas e atendimentos médicos; tratar

pacientes e clientes; implementar ações de prevenção de doenças e promoção da saúde tanto individuais quanto coletivas; coordenar programas e serviços em saúde; efetuar perícias, auditorias e sindicâncias médicas; elaborar documentos e difundir conhecimentos da área médica. Outras atividades definidas em Regulamento.

TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I – MÉDICO NEUROPEDIATRA:

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente na Secretaria Municipal de Saúde.

Jornada de Trabalho: 20 horas semanais

Vencimento mensal vigente em junho/2011. Padrão inicial: R\$ 1.610,84

Requisitos Mínimos: Curso Superior em Medicina, Especialização ou Residência em Neuropediatria e registro no CRM;

Descrição sumária do cargo: Executar atividades correspondentes à sua respectiva formação de Nível Superior; orientar quando solicitado, o trabalho de outros funcionários; desenvolver atividades de programação em sua área de atuação; preparar relatórios e outros documentos relativos ao exercício de suas atividades; realizar consultas e atendimentos médicos; tratar pacientes e clientes; implementar ações de prevenção de doenças e promoção da saúde tanto individuais quanto coletivas; coordenar programas e serviços em saúde; efetuar perícias, auditorias e sindicâncias médicas; elaborar documentos e difundir conhecimentos da área médica. Outras atividades definidas em Regulamento.

TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I – MÉDICO ORTOPEDISTA:

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente na Secretaria Municipal de Saúde.

Jornada de Trabalho: 20 horas semanais

Vencimento mensal vigente em junho/2011. Padrão inicial: R\$ 1.610,84

Requisitos Mínimos: Curso Superior em Medicina, Especialização ou Residência em Ortopedia e registro no CRM;

Descrição sumária do cargo: Executar atividades correspondentes à sua respectiva formação de Nível Superior; orientar quando solicitado, o trabalho de outros funcionários; desenvolver atividades de programação em sua área de atuação; preparar relatórios e outros documentos relativos ao exercício de suas atividades; realizar intervenções cirúrgicas de acordo com a necessidade de cada paciente; realizar consultas e atendimentos médicos para tratamento de pacientes; implementar ações de prevenção de doenças e promoção da saúde tanto individuais quanto coletivas; elaborar documentos médicos, administrar serviços em saúde e difundir conhecimentos da área médica. Outras atividades definidas em Regulamento

TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I – MÉDICO OTORRINOLARINGOLOGISTA:

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente na Secretaria Municipal de Saúde.

Jornada de Trabalho: 20 horas semanais

Vencimento mensal vigente em junho/2011. Padrão inicial: R\$ 1.610,84

Requisitos Mínimos: Curso Superior em Medicina, Especialização ou Residência em Otorrinolaringologia e registro no CRM;

Descrição sumária do cargo: Executar atividades correspondentes à sua respectiva formação de Nível Superior; orientar quando solicitado, o trabalho de outros funcionários; desenvolver atividades de programação em sua área de atuação; preparar relatórios e outros documentos relativos ao exercício de suas atividades; realizar intervenções cirúrgicas de acordo com a

necessidade de cada paciente; realizar consultas e atendimentos médicos para tratamento de pacientes; implementar ações de prevenção de doenças e promoção da saúde tanto individuais quanto coletivas; elaborar documentos médicos, administrar serviços em saúde e difundir conhecimentos da área médica. Outras atividades definidas em Regulamento

TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I – MÉDICO PEDIATRA:

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente na Secretaria Municipal de Saúde.

Jornada de Trabalho: 20 horas semanais

Vencimento mensal vigente em junho/2011. Padrão inicial: R\$ 1.610,84

Requisitos Mínimos: Curso Superior em Medicina, Especialização ou Residência em Pediatria e registro no CRM;

Descrição sumária do cargo: Executar atividades correspondentes à sua respectiva formação de Nível Superior; orientar quando solicitado, o trabalho de outros funcionários; desenvolver atividades de programação em sua área de atuação; preparar relatórios e outros documentos relativos ao exercício de suas atividades; realizar consultas e atendimentos médicos; tratar pacientes e clientes; implementar ações de prevenção de doenças e promoção da saúde tanto individuais quanto coletivas; coordenar programas e serviços em saúde; efetuar perícias, auditorias e sindicâncias médicas; elaborar documentos e difundir conhecimentos da área médica. Outras atividades definidas em Regulamento.

TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I – MÉDICO PSIQUIATRA:

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente na Secretaria Municipal de Saúde.

Jornada de Trabalho: 20 horas semanais

Vencimento mensal vigente em junho/2011. Padrão inicial: R\$ 1.610,84

Requisitos Mínimos: Curso Superior em Medicina, Especialização ou Residência em Psiquiatria e registro no CRM;

Descrição sumária do cargo: Executar atividades correspondentes à sua respectiva formação de Nível Superior; orientar quando solicitado, o trabalho de outros funcionários; desenvolver atividades de programação em sua área de atuação; preparar relatórios e outros documentos relativos ao exercício de suas atividades; realizar consultas e atendimentos médicos; tratar pacientes e clientes; implementar ações de prevenção de doenças e promoção da saúde tanto individuais quanto coletivas; coordenar programas e serviços em saúde; efetuar perícias, auditorias e sindicâncias médicas; elaborar documentos e difundir conhecimentos da área médica. Outras atividades definidas em Regulamento.

TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I – MÉDICO REUMATOLOGISTA:

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente na Secretaria Municipal de Saúde.

Jornada de Trabalho: 20 horas semanais

Vencimento mensal vigente em junho/2011. Padrão inicial: R\$ 1.610,84

Requisitos Mínimos: Curso Superior em Medicina, Especialização ou Residência em Reumatologia e registro no CRM;

Descrição sumária do cargo: Executar atividades correspondentes à sua respectiva formação de Nível Superior; orientar quando solicitado, o trabalho de outros funcionários; desenvolver atividades de programação em sua área de atuação; preparar relatórios e outros documentos relativos ao exercício de suas atividades; realizar consultas e atendimentos médicos; tratar

pacientes e clientes; implementar ações de prevenção de doenças e promoção da saúde tanto individuais quanto coletivas; coordenar programas e serviços em saúde; efetuar perícias, auditorias e sindicâncias médicas; elaborar documentos e difundir conhecimentos da área médica. Outras atividades definidas em Regulamento.

TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I – MÉDICO UROLOGISTA

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente na Secretaria Municipal de Saúde.

Jornada de Trabalho: 20 horas semanais

Vencimento mensal vigente em junho/2011. Padrão inicial: R\$ 1.610,84

Requisitos Mínimos: Curso Superior em Medicina, Especialização ou Residência em Urologia e registro no CRM;

Descrição sumária do cargo: Executar atividades correspondentes à sua respectiva formação de Nível Superior; orientar quando solicitado, o trabalho de outros funcionários; desenvolver atividades de programação em sua área de atuação; preparar relatórios e outros documentos relativos ao exercício de suas atividades, outras atividades definidas em Regulamento; realizar intervenções cirúrgicas de acordo com a necessidade de cada paciente; realizar consultas e atendimentos médicos para tratamento de pacientes; implementar ações de prevenção de doenças e promoção da saúde tanto individuais quanto coletivas; elaborar documentos médicos, administrar serviços em saúde e difundir conhecimentos da área médica. Outras atividades definidas em Regulamento.

TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I – MÉDICO VETERINÁRIO:

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente na Secretaria Municipal de Saúde.

Jornada de Trabalho: 20 horas semanais

Vencimento mensal vigente em junho/2011. Padrão inicial: R\$ 1.610,84

Requisitos Mínimos: Curso Superior em Medicina Veterinária e registro no conselho profissional respectivo.

Descrição sumária do cargo: Executar atividades correspondentes à sua respectiva formação de Nível Superior; orientar quando solicitado, o trabalho de outros funcionários; desenvolver atividades de programação em sua área de atuação; preparar relatórios e outros documentos relativos ao exercício de suas atividades; praticar clínica médica veterinária em todas as suas especialidades; contribuir para o bem-estar animal; promover saúde pública e defesa do consumidor; exercer defesa sanitária animal; elaborar laudos, pareceres e atestados; assessorar a elaboração de legislação pertinente. Outras atividades definidas em Regulamento.

TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I – NUTRICIONISTA:

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente na Secretaria Municipal de Saúde.

Jornada de Trabalho: 30 horas semanais

Vencimento mensal vigente em junho/2011. Padrão inicial: R\$ 1.610,84

Requisitos Mínimos: Curso Superior em Nutrição e registro no conselho profissional respectivo.

Descrição sumária do cargo: Executar atividades correspondentes à sua respectiva formação de Nível Superior; orientar quando solicitado, o trabalho de outros funcionários; desenvolver atividades de programação em sua área de atuação; preparar relatórios e outros documentos relativos ao exercício de suas atividades; prestar assistência nutricional a indivíduos e

coletividades (sadios e enfermos); planejar, organizar, administrar e avaliar unidades de alimentação e nutrição; efetuar controle higiênico-sanitário; participar de programas de educação nutricional; Atuar em conformidade ao manual de boas práticas. Outras atividades definidas em Regulamento.

TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I – PSICÓLOGO

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente na Secretaria Municipal de Saúde.

Jornada de Trabalho: 30 horas semanais

Vencimento mensal vigente em junho/2011. Padrão inicial: R\$ 1.610,84

Requisitos Mínimos: Curso Superior em Psicologia e registro no registro no conselho profissional respectivo.

Descrição sumária do cargo: Executar atividades correspondentes à sua respectiva formação de Nível Superior; orientar quando solicitado, o trabalho de outros funcionários; desenvolver atividades de programação em sua área de atuação; preparar relatórios e outros documentos relativos ao exercício de suas atividades; estudar, pesquisar e avaliar o desenvolvimento emocional e os processos mentais e sociais de indivíduos, grupos e instituições, com a finalidade de análise, tratamento, orientação e educação; diagnosticar e avaliar distúrbios emocionais e mentais e de adaptação social, elucidando conflitos e questões e acompanhar o(s) paciente(s) durante o processo de tratamento ou cura. Outras atividades definidas em Regulamento.

ANEXO II

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO E A BIBLIOGRAFIA

**CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL:
Agente Administrativo I e Agente Comunitário I:**

LÍNGUA PORTUGUESA (ambos os cargos de nível fundamental):

1. Compreensão e produção de textos.
2. Texto e fatores de textualidade.
3. Articulação sintática (coordenação e/ou subordinação), semântica (relações lógicas) e discursiva (operadores argumentativos).
4. Mecanismos de coesão textual.
5. Relações de sentido: homonímia, polissemia, sinonímia, antonímia, hiponímia, hiperonímia.
6. Relações sintáticas de concordância, regência e colocação.
7. Estrutura, formação e emprego de palavras.
8. Emprego dos sinais de pontuação.
9. Variação linguística: variedades da língua portuguesa.
10. Ortografia.

SUGESTÃO BIBLIOGRÁFICA:

1. CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.
2. KOCH, Ingedore. A coesão textual. São Paulo: Contexto, 2002.
3. VAL, Maria da Graça da Costa. Redação e textualidade. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
4. BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
5. SAVIOLI, F. P. e FIORIN, J. L. Lições de texto: leitura e redação. 2. ed. São Paulo: Ática, 1977.

RACIOCÍNIO LÓGICO-QUANTITATIVO (ambos os cargos de nível fundamental):

O candidato deverá demonstrar competência para utilizar o raciocínio lógico-quantitativo (entendimento da estrutura lógica de situações-problema), bem como aplicar conteúdos matemáticos na vida prática, com relação aos seguintes pontos:

1. Noções básicas de lógica: conectivos, tautologia e contradições, implicações e equivalências, afirmações e negações, argumento, silogismo, validade de argumento.
2. Gráficos e tabelas: análise, interpretação e utilização de dados apresentados em tabelas ou gráficos.
3. Operações de adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação.
4. Razões e proporções, regras de três simples, porcentagem, juros simples.
5. Cálculo de áreas e perímetros.
6. Pesos e medidas.
7. Sistemas monetário e métrico.
8. Média aritmética.

Sugestão de Bibliografia:

1. SÉRATES, Jonofon, Raciocínio Lógico, 8. Ed., Brasília, Editora Jonofon, 1998.
2. ALENCAR FILHO, Edgar, Iniciação à lógica matemática, Ed. Nobel, São Paulo, 2003.
3. BASTOS, Cleverson e KELLER, Vicente, Aprendendo lógica, Ed. Vozes, Petrópolis, 2002.
4. BARRETO FILHO, Benigno e SILVA, Cláudio Xavier, Matemática, Ensino médio, Vol. único, Ed. FTD, 2000.

5. BENZECRY, Vera , RANGEL, Kleber, Como desenvolver o raciocínio lógico, Ed. Rio, 2004.
6. DANTE, Luiz Roberto, Matemática: contexto e aplicações, vol. 1 a 3, Ed. Ática, 2003.
7. GIOVANNI, Jose Ruy e CASTRUCCI, Benedito e GIOVANNI JR, José Ruy, A conquista da matemática 5a a 8a série, ED. FTD, São Paulo, 2002.
8. GARDNER, Martin, Divertimentos matemáticos, Ed. Ibrasa, São Paulo, 1998
9. IEZZI, Gelson, DOLCE, Oswaldo e DEGENSZAJN, David, PERIGO, Roberto e LMEIDA, Nilze, Matemática: Ciência e aplicações, Vol. 1 a 3, Ed. Atual, São Paulo, 2004
10. MORETTIN, Pedro e BUSSAB, Wilton. Estatística básica, Ed. Saraiva, São Paulo, 2003.

CONHECIMENTOS GERAIS (ambos os cargos de nível fundamental):

1. A nova configuração econômico-política mundial e o papel do Brasil.
2. Intolerância e xenofobia na Europa atual.
3. A nova sociedade: homossexualidade e o casamento.
4. As Revoluções democráticas na África islâmica.
5. Internet, Novas tecnologias e democratização da informação.
6. O Brasil atual: do país do futuro à potência do presente.
7. As relações Sociedade Natureza e os impactos ambientais.
8. Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ubá.

Sugestão de bibliografia:

1. Jornais: Folha de São Paulo; O Globo; Estado de Minas.
2. Revistas: Veja; Isto é; Carta Capital.
3. Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ubá. Disponível em:
<http://www.uba.mg.gov.br/upload/legislacao/183.pdf>

CARGOS DE NÍVEL MÉDIO

Assistente Administrativo I, Agente de Fiscalização I, Fiscal de Obras E Posturas I, Fiscal das Relações de Consumo I, Fiscal Sanitário I e TNM-I: Técnico em Agropecuária, Técnico em Laticínios, Técnico em Alimentos, Técnico em Contabilidade, Técnico em Segurança do Trabalho, Técnico em Enfermagem, Técnico em Informática, Técnico em Laboratório, Técnico em Meio Ambiente):

LÍNGUA PORTUGUESA (todos os cargos de nível médio).

1. Compreensão e produção de textos.
2. Texto e fatores de textualidade.
3. Articulação sintática (coordenação e/ou subordinação), semântica (relações lógicas) e discursiva (operadores argumentativos).
4. Mecanismos de coesão textual.
5. Relações de sentido: homonímia, polissemia, sinonímia, antonímia, hiponímia, hiperonímia.
6. Relações sintáticas de concordância, regência e colocação.
7. Estrutura, formação e emprego de palavras.
8. Emprego dos sinais de pontuação.
9. Variação linguística: variedades da língua portuguesa.
10. Ortografia.

Sugestão Bibliográfica:

1. CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

2. KOCH, Ingedore. A coesão textual. São Paulo: Contexto, 2002.
3. VAL, Maria da Graça da Costa. Redação e textualidade. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
3. BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
4. SAVIOLI, F. P. e FIORIN, J. L. Lições de texto: leitura e redação. 2. ed. São Paulo: Ática, 1977.

RACIONÍCIO LÓGICO QUANTITATIVO (todos os cargos de nível médio):

O candidato deverá demonstrar competência para utilizar o raciocínio lógico-quantitativo (entendimento da estrutura lógica de situações-problema), bem como aplicar conteúdos matemáticos na vida prática, com relação aos seguintes pontos:

1. Noções básicas de lógica: conectivos, tautologia e contradições, implicações e equivalências, afirmações e negações, argumento, silogismo, validade de argumento.
2. Gráficos e tabelas: análise, interpretação e utilização de dados apresentados em tabelas ou gráficos.
3. Operações de adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação.
4. Razões e proporções, regras de três simples e compostas, porcentagem, juros simples e compostos.
5. Expressões algébricas e fatoração.
6. Funções linear e afim. Equações de 1º e 2º graus, gráficos. Sistemas de equações de 1º grau.
7. Polígonos, circunferência e círculo; cálculo de áreas e perímetros.
8. Pesos e medidas.
9. Sistemas monetário e métrico.
10. Média aritmética.
11. Progressões aritméticas e geométricas.

Sugestão de Bibliografia:

1. SÉRATES, Jonofon, Raciocínio Lógico, 8. Ed., Brasília, Editora Jonofon, 1998.
2. ALENCAR FILHO, Edgar, Iniciação à lógica matemática, Ed. Nobel, São Paulo, 2003.
3. BASTOS, Cleverson e KELLER, Vicente, Aprendendo lógica, Ed. Vozes, Petrópolis, 2002.
4. BARRETO FILHO, Benigno e SILVA, Cláudio Xavier, Matemática, Ensino médio, Vol. único, Ed. FTD, 2000.
5. BENZECRY, Vera, RANGEL, Kleber, Como desenvolver o raciocínio lógico, Ed. Rio, 2004.
6. DANTE, Luiz Roberto, Matemática: contexto e aplicações, vol. 1 a 3, Ed. Ática, 2003.
7. GIOVANNI, Jose Ruy e CASTRUCCI, Benedito e GIOVANNI JR, José Ruy, A conquista da matemática 5a a 8a série, ED. FTD, São Paulo, 2002.
8. GARDNER, Martin, Divertimentos matemáticos, Ed. Ibrasa, São Paulo, 1998
9. IEZZI, Gelson, DOLCE, Oswaldo e DEGENSZAJN, David, PERIGO, Roberto e LMEIDA, Nilze, Matemática: Ciência e aplicações, Vol. 1 a 3, Ed. Atual, São Paulo, 2004
10. MORETTIN, Pedro e BUSSAB, Wilton. Estatística básica, Ed. Saraiva, São Paulo, 2003.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA (todos os cargos de nível médio):

1. Noções de hardware: Partes de um computador (processador, memória e periféricos); tipos de periféricos.

2. Sistema Operacional: sistema operacional baseado em interface gráfica; arquivos e diretórios; operações básicas com arquivos e diretórios (criação, destruição, renomeação, cópia, movimentação); gerenciadores de arquivos, ativação de programas usando ícones e menus, instalação de programas.
3. Editor de Texto: edição de texto; recursos básicos de edição; operações com blocos de texto (cópia, remoção, movimentação); operações básicas com arquivos (criação, salvamento, cópia, etc.); inserção de figuras; tabelas; conversão de formatos de arquivo.
4. Planilha Eletrônica: célula; entrada de dados; operações aritméticas básicas com células; funções lógicas, matemáticas e estatísticas; recursos de edição; salvamento de informação; conversão de formatos de arquivo; gráficos.
5. Uso de Internet: Uso de um Navegador; Recursos do Navegador; Busca na Internet; Uso de ferramenta de Mensagem Eletrônica (E-mail, antispam e listas);
6. Noções de segurança (senhas, prevenção de vírus e outros códigos maliciosos, antivírus, SPAM e antispam, cópias de segurança).

Sugestão de Bibliografia:

1. CANTALICE, Wagner. Manual do Usuário 5 em 1 Windows Vista e Office 2007. Editora Brasport. 2007.
2. WANG, Wallace. Microsoft Office 2007 para Leigos. Editora Alta Books. 2009.
3. Apostila sobre Hardware;
http://www.oficinadanet.com.br/apostilas/detalhe/554/apostila_sobre_hardware acesso 21/07/2011
4. Apostilas sobre Segurança; <http://www.oficinadanet.com.br/apostilas/73/seguranca>; acesso 21/07/2011.
5. Apostilas sobre Internet; <http://www.oficinadanet.com.br/apostilas/239/internet>; acesso 21/07/2011.
6. Apostila sobre Microsoft Word 2007; ftp://ftp.ufv.br/Apostilas/Apostila_Word.pdf; acesso 18/08/2011.
7. Apostila sobre Microsoft Excel 2007; ftp://ftp.ufv.br/Apostilas/Apostila_Excel.pdf; acesso 18/08/2011.
8. Apostila sobre Microsoft Powerpoint 2007;
ftp://ftp.ufv.br/Apostilas/Apostila_PowerPoint.pdf; acesso 18/08/2011.

CONHECIMENTOS GERAIS (Todos os cargos de nível médio):

1. A nova configuração econômico-política mundial e o papel do Brasil.
2. Intolerância e xenofobia na Europa atual.
3. A nova sociedade: homossexualidade e o casamento.
4. As Revoluções democráticas na África islâmica.
5. Internet, Novas tecnologias e democratização da informação.
6. O Brasil atual: do país do futuro à potência do presente.
7. As relações Sociedade Natureza e os impactos ambientais.
8. Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ubá.

Sugestão de bibliografia:

1. Jornais: Folha de São Paulo; O Globo; Estado de Minas.
2. Revistas: Veja; Isto é; Carta Capital.
3. Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ubá. Disponível em:
<http://www.uba.mg.gov.br/upload/legislacao/183.pdf>

CONHECIMENTOS TÉCNICOS ESPECÍFICOS

Cargo: Assistente Administrativo I:

Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ubá. Disponível em

<http://www.uba.mg.gov.br/upload/legislacao/183.pdf>

CONHECIMENTOS TÉCNICOS ESPECÍFICOS

Cargo: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO I:

1. Conceito, Objeto e Objetivo da Contabilidade.
2. Princípios Contábeis.
3. Estática Patrimonial.
4. Procedimentos de Escrituração Contábil.
5. Código Tributário Nacional
6. Lei de Responsabilidade Fiscal.

Sugestão de Bibliografia:

1. EQUIPE DE PROFESSORES DA FEA/USP. Contabilidade Introdutória. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.
2. MARION, José Carlos. Contabilidade Básica. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.
3. BRASIL. [Lei Nº 5.172, de 25 de outubro de 1966](#); e suas atualizações (Código Tributário Nacional). Acesso em: <http://www.presidencia.gov.br/>.
4. BRASIL. [Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000](#); e suas atualizações (Lei de Responsabilidade Fiscal). Acesso em: <http://www.presidencia.gov.br/>.

CONHECIMENTOS TÉCNICOS ESPECÍFICOS

Cargo: FISCAL DE OBRAS E POSTURAS I:

1. Exigências e diretrizes do Município de Ubá para construções urbanas quanto a tipo de ocupação, áreas mínimas, acessibilidade, disposição de águas pluviais e de esgotos, salubridade e estacionamento.
2. Requisitos urbanísticos para loteamentos no Município de Ubá.
3. Posturas públicas do Município de Ubá quanto à segurança nas vias públicas, poluição sonora, poluição visual e conveniências em relação às atividades comerciais e industriais.
4. Instalação de canteiros de obras.
5. Obras de terra: escavações, escoramentos de valas, aterros, compactações de terrenos e de valas, cortinas de contenção e muros de arrimo.
6. Tipos de fundações para edificações.
7. Execução de cimbramentos para obras de concreto armado e execução de alvenarias de blocos e de tijolos.
8. Composições de preços unitários para os serviços de construção predial, produtividade de equipes de mão-de-obra e prazos de serviços de construção civil.
9. Equipamentos de proteção individual empregados na segurança do trabalho em obras e segurança de pedestres e veículos nas obras em vias públicas.

Sugestão Bibliográfica:

1. Alberto de Campos Borges. Prática de pequenas construções. São Paulo, Edgard Blucher, 2009, v.1.
2. Aldo Dórea Mattos. Como preparar orçamentos de obras, PINI, 2009.
3. Alvenaria de vedação: <http://200.199.118.135/orse/esp/ES00066.pdf>
4. Canteiro de obras: <http://200.199.118.135/orse/esp/ES00047.pdf>
5. Cimbramento de grandes estruturas: <http://200.199.118.135/orse/esp/ES00318.pdf>

6. Cortinas de contenção: <http://200.199.118.135/orse/esp/ES00312.pdf>
7. Equipamento de proteção individual: <http://200.199.118.135/orse/esp/ES00329.pdf>
8. Escavações: <http://200.199.118.135/orse/esp/ES00048.pdf>
9. Escoramento de valas: <http://200.199.118.135/orse/esp/ES00317.pdf>
10. Estacas brocas: <http://200.199.118.135/orse/esp/ES00052.pdf>
11. Estacas pré-moldadas: <http://200.199.118.135/orse/esp/ES00053.pdf>
12. Hélio Azevedo. O edifício até a sua cobertura. São Paulo, Edgard Blucher, 1977.
13. Lei complementar No 030 de 11 de julho de 1995 (Normas de urbanismo e edificações para o Município de Ubá).
14. Lei complementar No 123 de 13 de julho de 2010 (Normas de parcelamento do solo para o Município de Ubá).
15. Lei complementar No 1085 de 17 de março de 1976 (Código de posturas do Município de Ubá).
16. Muros de arrimo: <http://200.199.118.135/orse/esp/ES00311.pdf>
17. Pedrinho Goldman. Introdução ao Planejamento e Controle de Custos na Construção Civil Brasileira. PINI, 2010.
18. Proteção e segurança de obras em vias públicas:
<http://200.199.118.135/orse/esp/ES00211.pdf>

CONHECIMENTOS TÉCNICOS ESPECÍFICOS

Cargo: FISCAL DAS RELAÇÕES DE CONSUMO I:

1. Código de Defesa do Consumidor.
2. Pesquisa de preço ao consumidor.
3. O crédito pessoal e o código de defesa do consumidor.
4. Segurança alimentar e nutricional.
5. Consumo alimentar e direitos do consumidor.
6. Direito do consumidor e prestação de serviços.
7. Direito do consumidor e saúde pública.
8. Relações de consumo e meio ambiente.
9. Publicidade, propaganda e direito do consumidor.
10. Acessibilidade.

Sugestão Bibliográfica:

1. BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. 2 ed ver, Brasília: Ministério da Saúde, 2003.
2. CORREA, H. R. Código de defesa do consumidor (A Lei Explicada). Belo Horizonte: ASALUX, S.D. 70p.
3. DAMIANO TEIXEIRA, K. M. A administração de recursos na família. Quem? Como? Por quê? Viçosa, MG: Editora UFV, 2005.
4. GADE, C. Psicologia do Consumidor. São Paulo: EPU, 1998. 186p.
5. LAZZARINI, M. Direitos do consumidor de A a Z. São Paulo: Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. 1997, 136p.
6. LEFTWICH, R. H. O sistema de preços e a alocação de recursos. 8. ed. São Paulo: Livraria Pioneira, 2004. 399p.
7. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. [LEI No 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm) < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm>
8. RIBEMBOIM, J. (Org.) Mudando os padrões de consumo - textos para o século XXI. Brasília: MMA, IBAMA, 1997. 147p.

9. RIOS, J. O.; LAGO, A. L. O.; LAZZARINA, A.; LIMA, D. S. P.; SALAZAR, JR. J. R.; DOLCI, M. I. R. L. Código de defesa do consumidor ao seu alcance - anotado e exemplificado pelo IDEC. São Paulo: Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, 1997. 160p.
10. SILVA, N. M. da. Educação do Consumidor. Viçosa, MG: Editora UFV, 2006.

CONHECIMENTOS TÉCNICOS ESPECÍFICOS

Cargo: FISCAL SANITÁRIO I:

1. Noções gerais sobre saneamento básico.
2. Noções de Saúde Pública.
3. Sistemas de tratamento e abastecimento de água.
4. Qualidade da água.
5. Controle da poluição do solo, água e ar.
6. Tratamento de águas residuárias e resíduos sólidos.
7. Gestão de resíduos sólidos e limpeza pública.
8. Sistemas de drenagem urbana.

Sugestão Bibliográfica:

1. BARROS, R.T.V.; CHERNICHARO, C.A.L.; HELLER, L.; von SPERLING, M. Saneamento. In: Manual de saneamento e proteção ambiental para os municípios, v.2. Belo Horizonte: DESA/UFMG, 1995. 221p.
2. FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE Iniciação ao desenvolvimento sustentável. Fundação Estadual do Meio Ambiente, Belo Horizonte: FEAM, 2003. 464 p.
3. MATOS, A.T. Poluição ambiental: impactos no meio físico. Viçosa: Imprensa Universitária, 2010. 260p.
4. MOTA, S. Introdução à Engenharia Ambiental. Rio de Janeiro: ABES, 2000. 416 p.

CONHECIMENTOS TÉCNICOS ESPECÍFICOS

Cargo: TNM-I – TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA:

Área Agrária

CULTURAS:(Milho, Feijão, Café, Cana de açúcar)

Amostragem de solo. Correção de solo. Escolha de cultivares. Tratamento de sementes.

Plantio (Época, espaçamento, densidade). Produção de mudas. Adubação (níveis de fertilidade do solo; relações básicas de nutrientes; recomendações baseadas em análise de solo, adubação orgânica). Tratos culturais. Tipos de Cultivos. Plantas daninhas e seu controle. Uso de herbicidas. Aplicação de defensivos. Pragas e Doenças de importância econômica.

Colheita. Classificação. Armazenamento. Comercialização.

OLERICULTURA:

Escolha do terreno. Preparo do solo (aração, gradagem, coleta de amostra de solo, sementeiras e canteiros). Preparo de mudas. Plantio (espécie, variedade, épocas, ciclo, espaçamento, densidade). Adubação (orgânica e química). Calagem. Transplante. Tratos culturais. Tratamento fitossanitário. Herbicida. Colheita e Beneficiamento. Classificação.

Acondicionamento.

FRUTICULTURA

Importância do clima e do solo para fruticultura. Práticas culturais em fruticultura. Tecnologia de colheita e de pós-colheita de frutos. Cultura de frutas tropicais (citros, manga, goiaba, maracujá e banana).

FERTILIDADE E CONSERVAÇÃO DE SOLOS:

Visão geral sobre a fertilidade do solo. Elementos essenciais às plantas. Transporte de nutrientes no solo. Reação do solo. Correção da acidez. Matéria orgânica. Nitrogênio. Fósforo. Potássio. Enxofre. Micronutrientes. Avaliação da fertilidade do solo e recomendação de adubação. Aspectos econômicos e implicações ecológicas do uso de corretivos e fertilizantes. Recuperação de áreas degradadas

DEFESA SANITÁRIA VEGETAL:

Importância e sintomatologia de doenças de plantas. Etiologia. Doenças de causas não-parasitárias. Micologia, fungos fitopatogênicos e doenças fúngicas. Epidemiologia. Princípios gerais e práticas de controle de doenças de plantas. Defensivos biológicos e químicos. Manejo de controle de pragas..

Área Pecuária

Manejo produtivo: Aspectos gerais de manejo produtivo de bovinos, suínos e aves.

Sanidade Animal: Principais distúrbios do aparelho locomotor, digestivo e respiratório em bovinos, suínos e aves. Mamites e seu controle. Controle de ecto e endoparasitos. Principais zoonoses e seu controle. Programas de vacinações em bovinos, suínos e aves.

Manejo reprodutivo: Ciclos reprodutivos de bovinos e suínos. Inseminação artificial.

Distúrbios reprodutivos.

Nutrição: Produção e conservação de forrageiras, cálculo e mistura de concentrados.

Sugestões Bibliográficas:

1. GALVÃO, J. C. C.; MIRANDA, G. V. (Ed.). Tecnologia e produção de milho. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2004. 366p.
2. INFORME AGROPECUÁRIO: cultivo do milho no sistema plantio direto. Belo Horizonte: EPAMIG, v. 27, n. 233, jul./ago. 2006, 136 p.
3. MIRANDA, G. V. et al. Milho. In: PAULA JÚNIOR, Trazilbo José de; VENZON, Madelaine (Coord.). 101 Culturas: manual de tecnologias agrícolas. Belo Horizonte: EPAMIG, 2007, p. 537-552.
4. COMISSÃO DE FERTILIDADE DO SOLO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Recomendações para o Uso de Corretivos e Fertilizantes em Minas Gerais. 5ª Aproximação, Viçosa, MG, 1999. 359p.
5. FERREIRA, A. C. B. et al. Feijão de alta produtividade. Informe Agropecuário. Belo Horizonte, v. 25, n. 223, p. 61-72, 2004.
6. PAULA JÚNIOR, T. J. et al. Feijão (*Phaseolus vulgaris* L.). In: _____; VENZON, M. (Ed.) 101 Culturas: manual de tecnologias agrícolas. Belo Horizonte: EPAMIG, 2007. p. 331 - 342.
7. _____ et al. Informações técnicas para o cultivo do feijoeiro-comum na região central brasileira: 2007-2009. Viçosa, MG: EPAMIG-CTZM, 2008. 180p.
8. VIEIRA, C.; PAULA JÚNIOR, T. J.; BORÉM, A. (Ed.). Feijão. 2. ed. Viçosa, MG: Editora UFV, 2006. 600p.
9. BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br>>. Acesso em: 03 abr. 2010.
10. MARTINEZ, H. E. P.; TOMAZ, M. A.; SAKIYAMA, N. S. Guia de acompanhamento das aulas de cafeicultura. 2. ed. Viçosa, MG: Editora UFV, 2007. 152 p.
11. MOURA, W. M. et al. Café (*Coffea arabica* L.). In: PAULA JÚNIOR, T. J.; VENZON, M. (Coord.) 101 culturas: manual de tecnologias agrícolas. Belo Horizonte: EPAMIG, 2007. p. 185-206.
12. INFORME AGROPECUÁRIO. Cana-de-açúcar: do plantio à industrialização. Belo Horizonte, v.28, n. 239, jul-ago/2007.
13. PAES, J. M. V. et al. Cana-de-açúcar (*Saccharum* spp.). In: PAULA JÚNIOR, T. J.; 14.
14. VENZON, M. (Ed.). 101 culturas: manual de tecnologias agrícolas. Belo Horizonte: EPAMIG, 2007. p. 209 – 220.

15. SANTOS, Fernando; BORÉM, Aluizio; CALDAS, Celso. Cana-de-açúcar: bionergia, açúcar e álcool: tecnologia e perspectivas. Viçosa, MG: UFV, 2010. 577p.
16. SEGATO, S. V. (Org.) et al. Atualização em produção de cana-de-açúcar. Piracicaba: LivroCeres, 2006, 415p.
17. FIGUEIRA, F.A R. Manual de Olericultura; Cultura e comercialização. Ed. Agronômica Ceres, São Paulo, 1981, V.6, 338p.
18. FIGUEIRA, F.A R. Manual de Olericultura; Cultura e comercialização. Ed. Agronômica Ceres, São Paulo, 1983, V.7, 367p.
19. FIGUEIRA, F.A. dos R. Manual da Olericultura. v. 1 e 2. São Paulo: Agronômica Ceres, 1982. 908p.
20. SIMÃO, S. Tratado de Fruticultura. Piracicaba: FEALQ, 1998. 760p.
21. KOLLER, O.C. Citricultura. Porto Alegre: Rigel, 1994. 446p.
22. FACHINELLO, J.C.; NACHTIGAL, J.C.; KERSTEN, E. Fruticultura: fundamentos e práticas. Pelotas: Editora EFPEL, 1996. 311p.
23. BERGAMIN FILHO, A, et al. Manual de Fitopatologia, 3ª ed. São Paulo: Agronômica Ceres, 1995. 919 p. 2 v.
24. GALLO, D, et al. Manual de Entomologia Agrícola, São Paulo: Ed. Agronômica Ceres, 2ª ed. 1998. 649 p.
25. GALLI, F. et. alii. Manual de Fitopatologia. Vol. II. Doenças das plantas cultivadas. São Paulo: Editora Agronômica Ceres, 1980. 587 p.
26. DEPARTAMENTO DE SOLOS/UFV. Fertilidade do solo. Parte 1, 1996. 204p.
27. FERREIRA,P.H.M. Princípios de manejo e de conservação do solo. 3 ed. São Paulo. Nobel, 1986. 135p. Ilust. 2 exemplar.
28. GALETI,P.A. Guia do técnico Agropecuário. Campinas, ICEA, 1983. 135p.
29. MALAVOLTA,E. ABC da Análise de Solos e Folhas. Ed. CERES Ltda, SP. 1992.123p.
30. RAIJ, Bernardo Van. Fertilidade do solo e adubação. São Paulo, Agronômica CERES; Piracicaba, POTAFÓS, 1991. 343p. ilustr. 3 ex.
31. LANA, G. R. Q. Avicultura. Campinas: Quick Press Editora Ltda, 2000. 268 p.
32. MENDES, A. A et al. Produção de frangos de corte. Jaboticabal: FUNEP/UNESP, 2004. 356 p.
33. CAVALCANTI, S. Produção de suínos; Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, 1987.
34. LIMA, J. A .et al. Suinocultura; Escola Superior de Agricultura de Lavras, 1995.
35. CHAPAVALL; PIEKKARSKI. P.R.B. Leite de Qualidade:Manejo reprodutivo, nutricional e sanitário. Ed Aprenda Fácil, 1ª ed. 2000. 183p.
36. HAFEZ, E.S.E.; HAFEZ, B. Reprodução animal. 7a Edição, p.381, ed. Manole.2004.
37. NEIVA, R. S. Produção de bovinos leiteiros.Lavras: UFLA-2000. 496 p.
38. SANTOS, M.V., FONSECA, L.F.L Estratégias para controle de mastite e melhoria da qualidade do leite. Ed. Manole, São Paulo, 2007, 314 p.
39. PEREIRA. J. C. Aspectos práticos da Alimentação de bovinos leiteiros. Ed. Aprenda Fácil. 1ª ed. 183p.
40. PEIXOTO, A. M; MOURA, J. C. Bovinocultura Leiteira: Fundamentos da Exploração Racional. Ed. Fealq. 2000. 580p.
41. VANZIN, I.M. Manual de inseminação artificial. Pecplan / ABS, “on Line”. Disponível em: www.pecplanabs.com.br.
42. ANDREWS, A. H. et al. Medicina bovina: doenças e criação de bovinos. São Paulo: Roca, 2008. 1067 p.
43. BLOOD, D.C.; RADOSTITS. Clínica Veterinária. Ed. Guanabara Koogan, 7.ed. 1987.
44. COSTA, G.M. Brucelose bovina. In: Doenças Transmissíveis na Reprodução de Bovinos.UFLA/FAEPE, 2006, 74p.
45. FRASER, C. M. Manual Merck de Veterinária.9ª.ed. São Paulo: Roca. 2008. 2336 p.

CONHECIMENTOS TÉCNICOS ESPECÍFICOS

Cargo: TNM-I – TÉCNICO EM LATICÍNIOS I

1. Legislação na área de leite e derivados.
2. Composição química do leite.
3. Análises físico-químicas do leite.
4. Tecnologia e controle de qualidade de produtos lácteos.

SUGESTÃO BIBLIOGRÁFICA:

1. BEHMER, M. L., Tecnologia do Leite: leite, queijo, manteiga, caseína, iogurte, sorvete e instalações, produção industrialização e análise. 15ª ed. São Paulo: Editora Nobel, 1995, 320p.
2. BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução normativa n.51, de 18 de setembro de 2002. Regulamento técnico de identidade e qualidade do leite cru refrigerado. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, n. 183, p. 13-22, 20 set. 2002. Seção 1.
3. BRASIL. Ministério da Agricultura. RIISPOA - Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal. Decreto nº 30.691, de 29 de março de 1952. Brasília: Ministério da Agricultura, 1952.
4. GOMES, J.C., OLIVEIRA, G.F. Análises Físico-Químicas de Alimentos. Viçosa: Editora UFV, 2011, 303p.
5. INDÚSTRIA DE LATICÍNIOS. Nova Legislação Comentada de Produtos Lácteos. São Paulo, 2002.
6. PEREDA, J. A. O. Tecnologia de alimentos: Alimentos de origem animal, volume II, 1ª ed. São Paulo: Editora Artmed, 2005, 279p.
7. PEREDA, J. A. O., Tecnologia de alimentos: Componentes dos alimentos e processos, volume I, 1ª ed. Porto Alegre: Editora Artmed, 2005, 294p.
8. PEREIRA, D.B.C., SILVA, P.H.F., COSTA JÚNIOR, L.C.G., OLIVEIRA, L.L. Físico-Química de Leite e Derivados. 2ª ed. Juiz de Fora: EPAMIG, 2001. 234 p.
9. TRONCO, V.M. Manual para Inspeção da Qualidade do Leite. 2ª ed. Santa Maria: UFSM, 2002, 166 p.
10. VARNAM, A.H. Leche y Productos Lácteos: Tecnología, química y microbiología. 1ª ed. Zaragoza: Editorial Acríbia, 1995, 488p.

CONHECIMENTOS TÉCNICOS ESPECÍFICOS

Cargo: TNM-I – TÉCNICO EM ALIMENTOS:

- 1 - MICROBIOLOGIA DE ALIMENTOS – Principais infecções e intoxicações alimentares. Principais microrganismos patógenos em alimentos. Principais microrganismos envolvidos na deterioração de alimentos. Principais microrganismos fermentadores de interesse industrial.
- 2 - QUÍMICA DE ALIMENTOS – Água em alimentos. Estrutura molecular, funcionalidade tecnológica e principais alterações químicas de lipídios, carboidratos, proteínas e vitaminas.
- 3 - MATÉRIAS PRIMAS ALIMENTÍCIAS - Matérias primas de origem vegetal: frutas, hortaliças, tubérculos e grãos. Matérias primas de origem animal: leite, carne, ovos, pescado e mel.
- 4 - PROCESSAMENTO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS – Processamento de produtos de origem vegetal: sucos, polpas, farinhas, massas alimentícias e molhos. Processamento de produtos de origem animal: derivados lácteos, embutidos cárneos e produtos de ovos.
- 5 - TECNOLOGIA DE ALIMENTOS – Embalagens para alimentos: materiais autorizados pela legislação, suas aplicações e suas limitações. Métodos tradicionais de conservação dos alimentos: pelo frio, pelo calor e pela redução da atividade de água.

6 - QUALIDADE E LEGISLAÇÃO DE ALIMENTOS – Testes discriminatórios e hedônicos em análise sensorial de alimentos. Órgãos governamentais responsáveis pela legislação de alimentos no Brasil. Registro de produtos alimentícios. Normas para instalações industriais de processamento de alimentos. Normas higiênicas para manipuladores de alimentos.

Sugestão Bibliográfica:

1. ARAUJO, J.M.A. Química de Alimentos – Teoria e Prática, 5ª edição. Viçosa: Ed. UFV, 2011.
2. DAMODARAN, S., PARKIN, K.L., FENNEMA, O.R. Química de Alimentos de Fennema. São Paulo: Ed. Artmed, 2010.
3. FELLOWS, P.J. Tecnologia do Processamento de Alimentos: Princípios e Prática, 2ª edição. São Paulo: Artmed, 2006.
4. GOMES, J.C. Legislação de Alimentos e Bebidas, 2ª edição. Viçosa: Ed. UFV, 2009.
5. JAY, J.M. Microbiologia de Alimentos, 6ª edição. São Paulo: Ed. Artmed, 2005.
6. KOBLITZ, M.G.B. Matérias Primas Alimentícias – Composição e Controle de Qualidade. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 2011.
7. MINIM, V.P.R. Análise Sensorial – Estudos com Consumidores, 2ª edição. Viçosa: Ed. UFV, 2010.

Cargo: TNM-I – TÉCNICO EM CONTABILIDADE:

Contabilidade Geral:

1. Conceito, Objeto e Objetivo da Contabilidade.
2. Princípios da Contábeis.
3. Estática Patrimonial.
4. Procedimentos de Escrituração Contábil.
5. As Variações do Patrimônio líquido.
6. Operações com Mercadorias.
7. Ativo Imobilizado e Ativo Intangível e Suas Depreciações e Amortizações.
8. Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício.
9. Demonstração de Mutuação do Patrimônio líquido.
10. Demonstração do fluxo de Caixa.

CONHECIMENTOS TÉCNICOS ESPECÍFICOS

SUGESTÃO DE BIBLIOGRÁFICA:

1. EQUIPE DE PROFESSORES DA FEA/USP. Contabilidade Introdutória. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.
2. MARION, José Carlos. Contabilidade Básica. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.
3. MARION, José Carlos e YAMADA, Walter Nobuyki. Contabilidade Geral para Concurso Público. São Paulo: Atlas, 2006.
4. NEVES, Silvério e VICECONTI, Paulo. E. V. Contabilidade Básica. 12ª ed. São Paulo: Frase, 2004.
5. RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade Avançada. São Paulo: Saraiva, 2005.
6. SZUSTER, Natan et al. Contabilidade Geral: Introdução à Contabilidade Societária. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CONHECIMENTOS TÉCNICOS ESPECÍFICOS

Cargo: TNM-I – TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO I

1. Conhecimento sobre normas e legislação de segurança e saúde no trabalho.
2. Conhecimento da Portaria número 3.214, de 08/06/1978, do Ministério do Trabalho e suas normas regulamentadoras.

3. Conhecimento sobre o funcionamento e atribuições dos Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT).
4. Conhecimento sobre o funcionamento e atribuições da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA).
5. Conhecimento sobre especificação, utilização, controle e manutenção de equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC).
6. Elaboração de mapas de riscos.
7. Elaboração e implantação de Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção (PCMAT).
8. Conhecimento sobre implantação de campanhas preventivistas e educativas (SIPAT), segurança no trânsito, drogas e AIDS.
9. Conhecimento de análises ergonômicas de postos de trabalho para prevenção de LER/DORT.
10. Identificação de atividades e operações insalubres.
11. Identificação de atividades e operações perigosas.
12. Identificação de riscos no trabalho com eletricidade.
13. Conhecimento sobre normas e procedimentos para investigação e análise de acidente do trabalho.
14. Comunicação sobre acidentes do Trabalho (CAT).
15. Compilação de dados e elaboração de estatísticas de acidentes de trabalho.
16. Conhecimento sobre normas e procedimentos para inspeção de equipamentos de combate a incêndio.
17. Noções de primeiros socorros.

SUGESTÃO DE BIBLIOGRAFIA:

1. ARAÚJO, Giovanni Moraes. Legislação de Segurança e Saúde Ocupacional: Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego. Gerenciamento Verde Editora e Livraria Virtual. 7ª edição. Rio de Janeiro. 2009.
2. ARAÚJO, Giovanni Moraes. Segurança na Armazenagem, Manuseio e Transporte de Produtos Perigosos. Gerenciamento Verde Editora e Livraria Virtual. 2ª edição. Rio de Janeiro. 2005.
3. BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. Cadastro e Comunicação de Acidentes. Disponível em: <http://www.mpas.gov.br/conteudoDinamico.php?id=297>. Acesso em: 16 ago. 2011.
4. BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. Saúde e Segurança Ocupacional. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/conteudoDinamico.php?id=39>. Acesso em 16 ago.2011.
5. BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Comunicação de Acidentes de Trabalho. http://www1.previdencia.gov.br/pg_secundarias/paginas_perfis/perfil_Empregador_10_04.asp. Acesso em: 16 ago. 2011.
6. BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Portaria nº 25, de 29 de dezembro de 1994. Disponível em: http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BE914E6012BEA44A24704C6/p_19941229_25.pdf. Acesso em: 16 ago. 2011.
7. MANUAIS DE LEGISLAÇÃO ATLAS. Segurança e Medicina do Trabalho. 68ª edição. São Paulo: ATLAS. 2011.
8. SEGURANÇA E TRABALHO ON-LINE. NBR 14280: Cadastro de acidentes do trabalho – Procedimento e classificação. Disponível em: http://www.segurancaetrabalho.com.br/download_2/acidentes-do-trabalho-NBR14280.zip. Acesso em: 16 ago. 2011.

9. SHERIQUE, Jaques. Aprenda como Fazer. Editora LTr. São Paulo. 2005.

CONHECIMENTOS TÉCNICOS ESPECÍFICOS Cargo: TNM-I – TÉCNICO EM ENFERMAGEM:

1. Fundamentos de Enfermagem.
2. Ética e Legislação Profissional.
3. Enfermagem na Saúde do Adulto e Idoso.
4. Enfermagem na Saúde da Criança e Adolescente.
5. Enfermagem na Saúde da Mulher.
6. Enfermagem na Saúde Mental e Psiquiatria.
7. Cuidados de Enfermagem no Preparo e Administração de Medicamentos.
8. Biossegurança e Controle de Infecções.
9. Cuidados de Enfermagem em Lesões de Pele.

SUGESTÃO BIBLIOGRÁFICA:

1. BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. Manual de Procedimentos Para Vacinação. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. 316 p. <Disponível em: www.vigilancia.bebedouro.sp.gov.br/index.php/downloads/doc_details/5-manual-de-procedimentos-para-vacinacao.html>. Acesso em: 30 de junho de 2011.
2. BRUNNER, L. S.; SUDDARTH, D. S. Tratado de Enfermagem Médico cirúrgica. 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.
3. COFEN. Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Resolução COFEN 311/2007. <Disponível em: site.portalcofen.gov.br/2007>. Acesso em: 30 de junho de 2011.
4. BOLICK, Dianna... [et al.]; tradução, Carlos Henrique Cosendey; revisão técnica, Maria Isabel Sampaio Carmagnani. Segurança e controle de infecção-Enfermagem Prática. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso Editores, 2000.
5. FIGUEIREDO, Nébia Maria Almeida de (org). Ensinando a cuidar da criança. São Caetano do Sul, SP: Difusão Enfermagem, 2003.
6. FIGUEIREDO, Nébia Maria Almeida de (org). Administração de medicamentos: revisando uma prática de enfermagem. São Caetano do Sul, SP: Difusão Enfermagem, 2003.
7. STUART, Gail Wiscarz; LARAIA, Michele Teresa; [tradução da 4. ed. original e] revisão técnica Márcia Lisboa. Enfermagem Psiquiátrica. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso Editores, 2002.
8. BARROS, Sônia Maria Oliveira de. Enfermagem obstétrica e ginecológica: guia para a prática assistencial. 2. ed. São Paulo: Roca, 2009.

CONHECIMENTOS TÉCNICOS ESPECÍFICOS Cargo: TNM-I – TÉCNICO EM INFORMÁTICA:

1. Algoritmos e Estruturas de Dados.
2. Uso de Editores de Texto e Planilhas eletrônicas.
3. Implantação, manutenção e operação de redes de comunicação de dados.
4. Manutenção corretiva e preventiva de software, hardware e infraestrutura de rede.
5. Noções de Instalação e administração de sistemas operacionais.
6. Instalação e administração de programas aplicativos.
7. Noções de Segurança na utilização de recursos computacionais.
Configuração de equipamentos.

Sugestão Bibliográfica:

1. ASCENCIO, Ana F. G. e CAMPOS, Edilene A. V. Fundamentos da Programação de Computadores - Algoritmos, Pascal e C/C++. São Paulo: Prentice-Hall, 2002.
2. CRUZ, Adriano Joaquim de Oliveira; Algoritmos; 1997. Disponível on-line em <http://equipe.nce.ufrj.br/adriano/c/apostila/algoritmos.htm>.
3. MORIMOTO, Carlos E; Redes: Guia Prático; GDH Press e Sul Editores, 2008. Disponível (parcialmente) on-line em <http://www.hardware.com.br/livros/redes/>
4. MORIMOTO, Carlos E.; Hardware, o Guia Definitivo; GDH Press e Sul Editores; 2007. Disponível on-line em <http://www.hardware.com.br/livros/hardware/>
5. de OLIVEIRA, Adilson; Conhecendo BrOffice.org Calc 2.0; SANEPAR. 2005. Disponível on-line em http://www.broffice.org/?q=apostila_comunidade
6. de OLIVEIRA, Adilson; Conhecendo BrOffice.org Writer 2.0; SANEPAR. 2005. Disponível on-line em http://www.broffice.org/?q=apostila_comunidade

CONHECIMENTOS TÉCNICOS ESPECÍFICOS

Cargo: TNM-I - TÉCNICO EM LABORATÓRIO:

1. Aspectos sobre biossegurança em geral.
2. Conhecimentos gerais de procedimentos de segurança, equipamentos e vidraria em laboratório.
3. Identificação e utilização de equipamentos de laboratório (autoclave, balanças, banho-maria, centrífugas, destiladores, estufas, microscópios, pHmetro e outros).
4. Métodos de controle de infecção, desinfecção e esterilização, assepsia médico-cirúrgica e controle de doenças transmissíveis.
5. Técnicas de coleta de amostras laboratoriais.
6. Sistema Único de Saúde: Legislação, princípios e diretrizes.
7. Soluções: Tipos e preparo. Unidades de peso e de volume. Porcentagens, diluições e pesagens.
8. Microscopia de luz comum. (Princípios de funcionamento, utilização e preparo de lâminas).

Sugestão Bibliográfica:

1. ALMEIDA, P.G.V. Química Geral – Práticas Fundamentais: UFV, 2007.
2. AMABIS, J. M. e MARTHO, G.R. Biologia das Células. Vol. 1. Rio de Janeiro. Moderna, 2007.
3. BELLATO, C.R. et. Al. Laboratório de Química Analítica. Viçosa: UFV, 2001.
4. Guia de bolso: Doenças infecciosas e parasitárias
http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/doen_infecciosas_guia_bolso_8ed.pdf
5. O sistema único de saúde <http://www.conass.org.br/publicacao/index.html>
6. Saúde Brasil 2009 – Uma análise da situação de saúde e da agenda nacional e internacional de prioridades em saúde
http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/29_11_10_saude_brasil_web.pdf
7. Unidades de Medir <http://www.ipem.sp.gov.br/publicacao.asp>

CONHECIMENTOS TÉCNICOS ESPECÍFICOS

Cargo: TNM-I – TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE

1. Licenciamento Ambiental.
2. Sistema de Gestão Ambiental.
3. Gestão de recursos hídricos.
4. Qualidade da água, poluição hídrica e tecnologias de tratamento de águas e efluentes para descarte ou reuso.
5. Gerenciamento de resíduos sólidos.

6. Drenagem e manejo ambiental.
7. Controle de emissões atmosféricas.
8. Unidades de conservação. Áreas de preservação permanente e reserva legal.
9. Caracterização e recuperação de áreas degradadas.
10. Legislação ambiental (leis, decretos, resoluções CONAMA): Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA; Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH. Deliberações normativas da COPAM MG.

SUGESTÃO BIBLIOGRÁFICA:

1. Barros, R.T.V. *et al.* Saneamento. Manual de saneamento e proteção ambiental para os municípios. v.2. Belo Horizonte: Escola de Engenharia da UFMG, 1995.
2. Héller, L. ; de Pádua, V. L. (coord.) Abastecimento de água para consumo humano.. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2006.
3. Cavalcanti, Y., Melo, C., Almeida J. R. Gestão ambiental: planejamento, avaliação, implantação, operação, verificação, RJ: Ed. THEX, Triangulo, 2004.
4. Cunha, S. B.; Guerra, A.T. (org.). A Questão Ambiental: diferentes abordagens. RJ: Bertrand Brasil, 2003.
5. Dálmeida, M. L. O., Vilhena, A. (coord.). Lixo municipal: manual de gerenciamento integrado. 2 ed., São Paulo: IPT/CEMPRE, 2000.
6. Fendrich, Roberto; Oliynik. Rogério (trad.). Manual de utilização das águas pluviais. Rio de Janeiro: ABES2003.
7. FUNASA. Fundação Nacional de Saúde. Manual de saneamento. 3. ed. Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 2006.
8. Pereira Neto, J. T., Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos: aspectos técnicos e operacionais. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2007.
9. Philippi Jr., A. (editor). Saneamento, saúde e ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável. Barueri, SP: Manole, 2005.
10. Righetto, Antônio Marozzi. Manejo de Águas Pluviais Urbanas. PROSAB. 2009
10. Sanchez, L.E. Avaliação de Impacto Ambiental: conceitos e métodos. SP: Oficina de Textos, 2008.
11. Tucci, C. E. M. Gestão de águas pluviais urbanas. Saneamento para todos; v.4. Brasília: Ministério das Cidades, 2006.
12. von Sperling, M. Princípios do tratamento biológico de águas residuárias. v.1. Introdução à qualidade das águas e ao tratamento de esgotos 3. ed. Belo Horizonte: Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental, UFMG, 2005.
13. von Sperling, M. Princípios do tratamento biológico de águas residuárias.v.2. Princípio do Tratamento Biológico de Águas Residuárias 3. ed. Belo Horizonte: Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental, UFMG, 2005.

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

Técnico Em Educação I e TNS-I (Advogado, Arquiteto, Assistente Social, Bacharel em Economia Doméstica, Biólogo, Bioquímico, Dentista, Enfermeiro, Engenheiro de Segurança do Trabalho, Engenheiro Agrimensor, Engenheiro Civil, Engenheiro Sanitarista/Ambiental, Farmacêutico, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Médico Angiologista, Médico Auditor, Médico Cirurgião-Geral, Médico Cirurgião Plástico, Médico Clínico Geral, Médico Dermatologista, Médico do Trabalho, Médico Gastroenterologista, Médico Ginecologista/Obstetra, Médico Hematologista, Médico Infectologista, Médico Neurologista, Médico Neuropediatra, Médico Ortopedista,

Médico Otorrinolaringologista, Médico Pediatra, Médico Psiquiatra, Médico Reumatologista, Médico Urologista, Médico Veterinário, Nutricionista e Psicólogo).

LÍNGUA PORTUGUESA (todos os cargos de nível superior):

1. Compreensão e produção de textos.
2. Texto e fatores de textualidade.
3. Articulação sintática (coordenação e/ou subordinação), semântica (relações lógicas) e discursiva (operadores argumentativos).
4. Mecanismos de coesão textual.
5. Relações de sentido: homonímia, polissemia, sinonímia, antonímia, hiponímia, hiperonímia.
6. Relações sintáticas de concordância, regência e colocação.
7. Estrutura, formação e emprego de palavras.
8. Emprego dos sinais de pontuação.
9. Variação linguística: variedades da língua portuguesa.
10. Ortografia.

Sugestão Bibliográfica:

1. CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.
2. KOCH, Ingedore. A coesão textual. São Paulo: Contexto, 2002.
3. VAL, Maria da Graça da Costa. Redação e textualidade. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
3. BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
4. SAVIOLI, F. P. e FIORIN, J. L. Lições de texto: leitura e redação. 2. ed. São Paulo: Ática, 1977.

RACIONÍCIO LÓGICO QUANTITATIVO (todos os cargos de nível superior):

O candidato deverá demonstrar competência para utilizar o raciocínio lógico-quantitativo (entendimento da estrutura lógica de situações-problema), bem como aplicar conteúdos matemáticos na vida prática, com relação aos seguintes pontos:

1. Noções básicas de lógica: conectivos, tautologia e contradições, implicações e equivalências, afirmações e negações, argumento, silogismo, validade de argumento.
2. Gráficos e tabelas: análise, interpretação e utilização de dados apresentados em tabelas ou gráficos.
3. Operações de adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação.
4. Razões e proporções, regras de três simples e compostas, porcentagem, juros simples e compostos.
5. Expressões algébricas e fatoração.
6. Funções linear e afim. Equações de 1º e 2º graus, gráficos. Sistemas de equações de 1º grau.
7. Polígonos, circunferência e círculo; cálculo de áreas e perímetros.
8. Pesos e medidas.
9. Sistemas monetário e métrico.
10. Média aritmética.
11. Progressões aritméticas e geométricas.

Sugestão de Bibliografia:

1. SÉRATES, Jonofon, Raciocínio Lógico, 8. Ed., Brasília, Editora Jonofon, 1998.
2. ALENCAR FILHO, Edgar, Iniciação à lógica matemática, Ed. Nobel, São Paulo, 2003.
3. BASTOS, Cleverson e KELLER, Vicente, Aprendendo lógica, Ed. Vozes, Petrópolis, 2002.
4. BARRETO FILHO, Benigno e SILVA, Cláudio Xavier, Matemática, Ensino médio, Vol. único, Ed. FTD, 2000.
5. BENZECRY, Vera, RANGEL, Kleber, Como desenvolver o raciocínio lógico, Ed. Rio, 2004.
6. DANTE, Luiz Roberto, Matemática: contexto e aplicações, vol. 1 a 3, Ed. Ática, 2003.
7. GIOVANNI, Jose Ruy e CASTRUCCI, Benedito e GIOVANNI JR, José Ruy, A conquista da matemática 5a a 8a série, ED. FTD, São Paulo, 2002.
8. GARDNER, Martin, Divertimentos matemáticos, Ed. Ibrasa, São Paulo, 1998
9. IEZZI, Gelson, DOLCE, Oswaldo e DEGENSZAJN, David, PERIGO, Roberto e LMEIDA, Nilze, Matemática: Ciência e aplicações, Vol. 1 a 3, Ed. Atual, São Paulo, 2004
10. MORETTIN, Pedro e BUSSAB, Wilton. Estatística básica, Ed. Saraiva, São Paulo, 2003.

CONHECIMENTOS GERAIS (Todos os cargos de nível superior):

1. A nova configuração econômico-política mundial e o papel do Brasil.
2. Intolerância e xenofobia na Europa atual.
3. A nova sociedade: homossexualidade e o casamento.
4. As Revoluções democráticas na África islâmica.
5. Internet, Novas tecnologias e democratização da informação.
6. O Brasil atual: do país do futuro à potência do presente.
7. As relações Sociedade Natureza e os impactos ambientais.
8. Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ubá.

Sugestão de bibliografia:

1. Jornais: Folha de São Paulo; O Globo; Estado de Minas.
2. Revistas: Veja; Isto é; Carta Capital.
3. Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ubá. Disponível em:
<http://www.uba.mg.gov.br/upload/legislacao/183.pdf>

CONHECIMENTOS TÉCNICOS ESPECÍFICOS

Cargo: TÉCNICO EM EDUCAÇÃO I:

1. A educação básica brasileira.
2. A relação família-escola.
3. O currículo nas escolas.
4. A avaliação educacional.
5. A gestão democrática na escola.
6. Fracasso e sucesso escolar.
7. Formação de Professores.

SUGESTÃO BIBLIOGRÁFICA:

1. BRASIL, Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<http://www.prolei.inep.gov.br>>. Acesso em: 13 abr. 2010.
2. BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. Referenciais curriculares Nacionais para a Educação Infantil: volumes 1 e 2. Disponível

- em: <
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12579%3Aeducacao-infantil&Itemid=859>. Acesso em: 20 abr. 2010.
3. BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais de 1ª a 4ª série: volume 1, Introdução. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2010.
 4. CADERNOS DE PESQUISA. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Autores Associados. v. 37, n. 130, jan./abr., 2007. Disponível em: <www.scielo.br> Acesso em: 15 mar. 2011.
 5. CASTRO, Jane Margareth e REGATTIERI (Orgs.). Interação escola família. Subsídios para práticas escolares. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001877/187729por.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2010
 6. CURY, Carlos Roberto Jamil. A gestão democrática na escola e o direito à educação. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/website/documentos/edicoes_revistas/revista_RBPAE_ed23_n3.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2010.
 7. CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação básica como direito. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0100-15742008000200002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 20 mar. 2010.
 8. LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem e prática pedagógica bem-sucedida: mediações do projeto político-pedagógico na escola. In: _____. Avaliação da Aprendizagem. Componente do ato pedagógico. São Paulo; Cortez, 2011, p. 59-144.
 9. MOREIRA, Antônio Flavio Barbosa. Políticas de Currículo: repercussões nas práticas. Disponível em: <http://www.fae.ufmg.br/endipe/livros/Livro_6.PDF>. Acesso em: 15 mar. 2011.
 10. ZAGO, Nadir. O fracasso no contexto da relação família-escola. Disponível em: <http://www.fae.ufmg.br/endipe/livros/Livro_6.PDF>. Acesso em: 15 mar. 2011.
 11. SILVA, L. C., NOGUEIRA, M. A. Indisciplina ou violência na escola? Uma distinção possível e necessária. In: GONÇALVES, L. A. O & TOSTA, S. P. A síndrome do medo contemporâneo e a violência na escola. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 15-62.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Cargo: TNS-I – ADVOGADO:

1. Direito Constitucional e Teoria da Constituição.
2. Princípios fundamentais do Estado brasileiro.
3. Organização do Estado brasileiro (Título III da Constituição Federal de 1988).
4. Organização dos poderes do Estado brasileiro: Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário (Título IV da Constituição Federal de 1988).
5. Controle de constitucionalidade da lei e dos atos administrativos.
6. Princípios fundamentais da Administração Pública. Contratos administrativos.
7. Tributação e orçamento na ordem constitucional brasileira (Título VI da Constituição Federal de 1988).
8. Atuação do Estado na ordem econômica e financeira (Título VII da Constituição Federal de 1988).
9. Direitos e garantias fundamentais dos trabalhadores na ordem constitucional brasileira.
10. Responsabilidade civil do Estado e das pessoas jurídicas de Direito Público.

Sugestão Bibliográfica:

1. BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Direito Constitucional. São Paulo. Malheiros. 2010.

2. SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo. Malheiros. 2011.
3. MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. São Paulo. Atlas. 2011.
4. FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. São Paulo. Saraiva. 2011.
5. GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro, vols. II e III. São Paulo. Saraiva. 2011.
6. MELLO, Celso Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. São Paulo. Malheiros. 2011.
7. PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. Direito Administrativo. São Paulo. Atlas. 2011.
8. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Cargo: TNS-I – ARQUITETO:

1. O Projeto Arquitetônico e Urbanístico: representação técnica de projetos arquitetônicos e urbanísticos; programas de necessidades; dimensionamento, organização do arranjo interno e layout; controle térmico, acústico e luminoso das edificações.
2. Acessibilidade nas construções e no meio urbano: adequação do espaço, mobiliário e equipamentos urbanos; NBR 9050/04; Decreto nº 5.296/04.
3. Ordenação do Solo Urbano: zoneamento de uso de solo; índices urbanísticos; sistema viário, uso e ocupação do solo; projetos urbanísticos e de reestruturação urbana; impactos ambientais urbanos; planejamento urbano no Brasil; plano diretor.
4. Legislação urbanística e ambiental: instrumentos de intervenções urbanísticas e ambientais; limitações e restrições à propriedade; função social da propriedade; instrumentos jurídico-urbanísticos do Estatuto da Cidade; servidão urbanística, desapropriações, limitações administrativas.
5. Parcelamento do Solo Urbano: aspectos urbanísticos e legais do parcelamento do solo urbano.
6. Noções dos projetos complementares: noções de comportamento e desempenho estrutural das edificações; instalações elétricas e hidrossanitárias; especificação de serviços e materiais; instalação de elevadores; sistemas de segurança nas edificações; prevenção contra incêndio.
7. Viabilidade técnico-financeira de projetos arquitetônicos, urbanísticos e complementares: memoriais descritivos; cadernos de encargos; orçamento; composição de custos; técnicas de gerenciamento de atividades e recursos; acompanhamento e fiscalização, controle e programação de obras; licitação de obras públicas.
8. Patrimônio Histórico Cultural e Ambiental: noções de preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental; tombamento e inventário.
9. Computação gráfica: conhecimento de AutoCAD 2 D e 3D.
10. Exercício profissional: ética profissional; atribuições profissionais; contratos; direitos autorais.

SUGESTÃO BIBLIOGRÁFICA:

1. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS ESCRITÓRIOS DE ARQUITETURA. ASBEA. Manual de Escopo de Projetos e Serviços de Arquitetura. Disponível em: < <http://www.manuaisdeescopo.com.br/>> Acesso em 17 de agosto de 2011.
2. SOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS ESCRITÓRIOS DE ARQUITETURA. ASBEA. Manual de Escopo de Serviços para Coordenação de Projetos. Disponível em: < <http://www.manuaisdeescopo.com.br/>> Acesso em 17 de agosto de 2011.

3. BRASIL. Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, 1937.
4. BRASIL. Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional de Meio ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 1981.
5. BRASIL. Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993. Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.
6. BRASIL. Lei n. 4.771, de 15 de setembro de 1965. Institui o Código Florestal.
7. BRASIL. Lei n. 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano.
8. BRASIL. Lei n. 9785 de 29 de janeiro de 1999. Altera o Decreto-Lei n. 3.365, de 21 de junho de 1941 (desapropriação por utilidade pública) e as leis nos 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (registros públicos) e 6.766, de 19 de dezembro de 1979 (parcelamento do solo urbano).
9. BRASIL. Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
10. BRASIL. Estatuto da Cidade. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.
11. BRASIL. Resolução n. 1.010, de 22 de agosto de 2005. Dispõe sobre a regulamentação da atribuição de títulos profissionais, atividades, competências e caracterização do âmbito de atuação dos profissionais inseridos no Sistema Confea/Crea, para efeito de fiscalização do exercício profissional.
12. CAMBIAGHI, Silvana. Desenho universal: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas. São Paulo: Senac, 2007
13. CHING, Francis. Representação gráfica em Arquitetura. São Paulo: Bookman, 2011.
14. CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. Lisboa: Edições 70, 2000.
15. CORBELLA, Oscar; YANNAS, Simo. Em busca de uma arquitetura sustentável para os trópicos. Conforto Ambiental. São Paulo: Revan, 2009.
16. CRÉDER, Hélio. Instalações hidráulicas e sanitárias. São Paulo: LTC, 2006.
17. CRÉDER, Hélio. Instalações elétricas. São Paulo: LTC, 2007.
18. FROTA, Anésia B.; SCHIFFER, Sueli R. Manual de conforto térmico. São Paulo: Studio Nobel, 2006.
19. JUNIOR, Camillo; BATISTA, Abel. Manual de prevenção de combate a incêndios. São Paulo: SENAC, 2007.
20. KÖNIGSBERGER, Jorge; ALMEIDA, Lízia Manhães. O arquiteto e as leis: manual jurídico para arquitetos. São Paulo: PINI, 2003.
21. LAMAS, José Manuel R.G. Morfologia urbana e desenho da cidade. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.
22. MARTINEZ, Alfonso Corona. Ensaio sobre o projeto. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.
23. MASCARÓ, Juan Luís. Loteamentos urbanos. LOCAL???: Masquatro, 2005. MATTOS, Aldo Doria. Como preparar orçamentos de obras. São Paulo: PINI, 2006.
24. MONTENEGRO, Gildo A. Desenho arquitetônico. 4ª edição revista e atualizada. São Paulo: Edgard Blucher, 2001.
25. NBR 9050 /2004. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.
26. PANERAI, Philippe. Análise urbana. Brasília: Universidade de Brasília, 2006.

27. PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ. Lei Complementar n. 99, de 17 de janeiro de 2008. Institui o Plano Diretor do Município de Ubá/MG. < www.uba.mg.gov.br >
28. PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ. Lei Complementar n. 030, de 11 de julho de 1995. Institui normas de urbanismo e edificações para o Município de Ubá e dá outras providências.
29. PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ. Lei Complementar n. 123, de 13 de julho de 2010. Institui normas de parcelamento do solo para o município de Ubá e dá outras providências.
30. REBELLO, Yopanan. Bases para o projeto estrutural na Arquitetura. São Paulo: Ziguarte, 2008.
31. SILVA, José Afonso da. Direito urbanístico. São Paulo: Malheiros, 2010.
32. SOUZA, Marcelo Lopes de. Mudar a cidade. Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão. São Paulo: Bertrand Brasil, 2002.
33. VARGAS, Heliana C.; CASTILHO, Ana Luisa H. Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados. Barueri, São Paulo: Manole, 2006. 280 p.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Cargo: TNS-I – ASSISTENTE SOCIAL:

1. Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos em Serviço Social.
2. A Questão Social e o Serviço Social.
3. Política de Saúde e Saúde Mental no Brasil.
4. Processo de Trabalho em Serviço Social.
5. Família e Serviço Social.
6. Planejamento e Avaliação de Projetos Sociais.

SUGESTÃO BIBLIOGRÁFICA:

1. ANTUNES, Ricardo. Dimensões da crise e as metamorfoses do mundo do trabalho. Revista Serviço Social & Sociedade: *O Serviço Social no século XXI*. São Paulo n. 50, ano XVII, p. 78 - 86, 1996.
2. ARMANI, Domingos. Como elaborar projetos? Guia prático para elaboração e gestão de Projetos Sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004.
3. BRASIL. Resolução Conselho Nacional de Assistência Social nº. 145/04 de 15 de outubro de 2004. Política Nacional de Assistência Social; Coletânea de Leis, 4ª edição, CRESS 6ª Região. Gestão Expresso Geraes 2005/2008.
4. BRASIL. Lei 8.662 de 13 de março de 1993. Lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social. Coletânea de Leis, 4ª edição, CRESS 6ª Região. Gestão Expresso Geraes 2005/2008.
5. BRASIL. Lei 10.216 de 6 de abril de 2001. Política Nacional de Saúde Mental. Dispõe sobre a proteção das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Coletânea de Leis, 4ª edição, CRESS 6ª Região. Gestão Expresso Geraes 2005/2008. p.100-102.
6. BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de. Reforma sanitária e projeto ético-político do Serviço Social. In: BRAVO, Maria Inês Souza, et al. (orgs). 3 ed. Saúde e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2007. p.25 – 47.
7. IAMAMOTO, Marilda Villella. Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008.
8. MIOTO, Regina Célia Tamasso. Família e políticas sociais. In: BOSCHETTI, Ivanete, et al. (orgs). Política social no capitalismo: tendências contemporâneas. São Paulo : Cortez, 2008. p. 130 – 148.

9. NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Revista Serviço Social & Sociedade: O Serviço Social no século XXI*. São Paulo n. 50, ano XVII, p. 87 - 132, 1996.
10. VASCONCELOS, Eduardo Mourão. Serviço Social e Interdisciplinaridade: o exemplo da saúde mental. In: *Saúde Mental e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2002. p.35-67.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Cargo: TNS-I – BACHAREL EM ECONOMIA DOMÉSTICA:

1. O consumidor e o sistema econômico
2. Estratégias de marketing e o consumidor
3. Questões ambientais e o comportamento do consumidor
4. Crédito ao consumidor
5. Investimentos financeiros: riscos e vantagens
6. Contratos, seguros, pecúlios e pensões
7. Políticas públicas de garantia da Segurança Alimentar
8. Código de Defesa do Consumidor
9. Educação do consumidor
10. Administração do orçamento familiar

SUGESTÃO BIBLIOGRÁFICA:

1. BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. 2 ed ver, Brasília: Ministério da Saúde, 2003
2. CORREA, H. R. Código de defesa do consumidor (A Lei Explicada). Belo Horizonte: ASALUX, S.D. 70p.
3. DAMIANO TEIXEIRA, K. M. A administração de recursos na família. Quem? Como? Por quê? Viçosa, MG: Editora UFV, 2005.
4. GADE, C. Psicologia do Consumidor. São Paulo: EPU, 1998. 186p
5. LAZZARINI, M. Direitos do consumidor de A a Z. São Paulo: Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. 1997, 136p
6. LEFTWICH, R. H. O sistema de preços e a alocação de recursos. 8. ed. São Paulo: Livraria Pioneira, 2004. 399p.
7. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. LEI Nº 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000. <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm>
8. RIBEMBOIM, J. (Org.) Mudando os padrões de consumo - textos para o século XXI. Brasília: MMA, IBAMA, 1997. 147p
9. RIOS, J. O.; LAGO, A. L. O.; LAZZARINA, A.; LIMA, D. S. P.; SALAZAR, JR. J. R.; DOLCI, M. I. R. L. Código de defesa do consumidor ao seu alcance - anotado e exemplificado pelo IDEC. São Paulo: Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, 1997. 160p
10. SILVA, N. M. da. Educação do Consumidor. Viçosa, MG: Editora UFV, 2006.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Cargo: TNS-I – BIÓLOGO:

1. Agroecologia.
2. Bases da ecologia.

3. Biodiversidade e conservação.
4. Biologia celular e molecular.
5. Biotecnologia.
6. Bioquímica.
7. Contaminação ambiental, contaminação biológica, controle e remediação.
8. Meio ambiente: atividades econômicas e o impacto ambiental causado.
9. Microbiologia.
10. Noções gerais de botânica.
11. Parasitologia.
12. Problemas ambientais e biomonitoramento.
13. Técnicas em biologia celular e molecular.

Sugestão Bibliográfica:

1. Bancos Comunitários de Sementes
http://www.prefiraorganicos.com.br/media/49859/cartilha_agricultores_aduboverde2.pdf
2. O olho do consumidor: Produto orgânico
http://www.prefiraorganicos.com.br/media/14005/o_olho_do_consumidor.pdf
3. Produtos orgânicos: Sistemas participativos de garantia
http://www.prefiraorganicos.com.br/media/33369/cartilha_sistemas_participativos_de_garantia.pdf
4. Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento
http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_publicacao/20_publicacao07062011094521.pdf
5. Caminhos para a Sustentabilidade
http://www.mma.gov.br/estruturas/168/_publicacao/168_publicacao15102009043958.pdf
6. Organismos Bentônicos: Biomonitoramento de Qualidade de Águas
<http://www.cnpma.embrapa.br/download/LivroBentonicos.pdf>
7. Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos
http://www.mma.gov.br/estruturas/sqa_p2r2_1/_publicacao/106_publicacao06102009024951.pdf
8. Programa Nacional de Educação Ambiental
http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/pronea3.pdf
9. Carta dos Direitos dos usuários da Saúde
http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/cartilha_integra_direitos_2006.pdf
10. Mais Saúde – Direito de todos
http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/mais_saude_diretrizes.pdf
11. ALBERTS, B. et al. Fundamentos da Biologia Celular. 2ed. Porto Alegre. Artmed, 866p. 2006.
12. BARBOSA, H. R. e TORRES, B. B. Microbiologia básica. São Paulo. Atheneu. 196p. 2005.
13. BEGON, M. et. Al. Ecologia: de indivíduos a ecossistemas. 4 ed. Porto Alegre. Artmed. 752p. 2007.
14. BERG, J. M; TYMOCZKO, J. L; STRYER, L. Bioquímica. 6 ed. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan. 1000p. 2008.
15. Biotecnologia – Fundamentos
http://www.bteduc.bio.br/publicacoes_livros.asp
16. NEVES, D P. Parasitologia Humana. 11 ed. São Paulo. Atheneu. 494p. 2005.
17. RAVEN, P. H.; EVERT, R. F.; EICHHORN, S. E. Biologia Vegetal. 6 ed. Rio de Janeiro. Ed. Guanabara Koogan 728p. 2001.
18. RICKLEFS, R. E. A economia da natureza. 5 ed. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan. 503p. 2001.

19. SILVA JUNIOR, E. A. da Manual de Controle Higiênico-Sanitário em Serviços de Alimentação. São Paulo. Varela. 623p. 2007.
20. TAIZ, L. e ZEIGER, E. Fisiologia Vegetal. 3 ed. Porto Alegre. Artmed, 719p. 2004.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Cargo: TNS-I – BIOQUÍMICO:

1. Conhecimentos básicos: Química analítica, Química orgânica, Físico química, Bioquímica, Parasitologia, Microbiologia e Imunologia, Boas Práticas de laboratório, Biossegurança.
2. Conhecimentos específicos Farmacêutico: Farmacologia/ Farmacodinâmica, Farmacotécnica e tecnologia farmacêutica e de cosméticos, Farmacognosia, Toxicologia, Controle de Qualidade, Química Farmacêutica, Deontologia e Legislação Farmacêutica.
3. Conhecimentos específicos Farmacêutico/ Bioquímico: Análises toxicológicas, fisicoquímicas, biológicas, microbiológicas e bromatológicas, Fundamentos de Biologia Molecular; Boas Práticas no laboratório de análises clínicas.

Sugestão Bibliográfica:

1. BASSETT, J.; DENNEY, R.C.; JEFFERY, G.H. & MENDHAN, J, Vogel: Análise inorgânica quantitativa, 4ª Ed., Editora Guanabara S.A., Rio de Janeiro; 1981.
2. SOLOMONS, T W G; FRYHLE, G B. Química Orgânica. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2001.
3. ATKINS, P; JONES, L. Princípios de Química. Porto Alegre: Bookmam, 2001.
4. ALLINGER, N L; CAVA, M P; JONGH, D C; LEBEL, N A; STEVES, C L. Química Orgânica. 1. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1975.
5. Princípios de Bioquímica, de Anita Marzzoco e Bayardo B. Torres, Ed. Guanabara-Koogan.
6. COX, J.; LENINGHER, A.L. Principios de bioquímica. 3ed. Sarvier, 2002.
7. Neves, David Pereira. Parasitologia humana. Atheneu. 10 ed. São Paulo, 2004.
8. TRABULSI, Luiz Rachid; ALTERTHUM, Flavio. (ed.). Microbiologia. 4. ed. São Paulo: Atheneu, 2004.
9. TORTORA, Gerad J.; FUNKE, Berdell R.; CASE, Christine L. Microbiologia. 8. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2005.
10. ABBAS, Abul K.; IICHTMAN, Andrew H. Imunologia celular e molecular. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
11. Hiroyuki, H.M., JMancini Filho, J. Manual de Biossegurança. Editora Manole, 1ª edição, 2002.
12. GILMAN, A. G.; GOODMAN, L. S. & GILMAN, A. As bases Farmacológicas da Terapêutica. 10ª. ed., McGraw Hill. New York, USA, 2003.
13. Farmacopéia Brasileira. 4 ed., São Paulo: Editora Ateneu.
14. GOODMAN, L.S. & GILMAN A.G. As bases farmacológicas da terapêutica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
15. Katzung, B.G. Farmacologia básica & clínica. 8.ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2003.
16. Korolkovas, Andrejus / GUANABARA KOOGAN Química Farmacêutica.
17. NELLY, M.; SILVIO, M, S., CLÁUDIA, G.S.O.C. Assistência Farmacêutica para Gerentes Municipais. Organização mundial de Saúde/OPAS, 2003.
18. Oga, Seizi et al. Fundamentos de toxicologia. 2.ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2003.
19. Prista, L. N. Tecnologia farmacêutica Vol. I, II e III, 3.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

20. Prista, L. N.; Alves, A.C.; Morgado, R. Técnica farmacêutica e farmácia galénica. 4.ed. Volumes I, II e III. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1992.
21. REMINGTON., Farmácia., 17ª ed., Buenos Aires: Editora Média Panamericana, 1985.
22. CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. A Organização Jurídica da profissão farmacêutica. 3ª ed. Brasília: CFF, 2001.
23. Conselho Federal de Farmacia – Legislação- <http://www.cff.org.br>
24. DEVLIN, T.M. Manual de bioquímica com correlações clínicas . São Paulo: Blücher. 1998.
25. GAW, A.; COWAN, R.A.; O'REILLY, D.St. J.; STEWART, M.J.; SHEPHERD, J. Bioquímica Clínica. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.
26. KONEMAN, E. W.; ALLEN, S. D.; DOWELL JR., V. R.; SOMMERS, H. M. Diagnóstico Microbiológico: texto e atlas colorido. 2 ed. São Paulo: Panamericana, 1993.
27. TORTORA, G. J.; FUNKE, B. R.; CASE, C. L. Microbiologia. 8 ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.
28. Rey, L. BASES DA PARASITOLOGIA MÉDICA - Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 1992.
29. FERREIRA, A., W. ÁVILA, S.L. Diagnóstico laboratorial das principais doenças infecciosas e auto-imunes. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1996.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Cargo: TNS-I – DENTISTA/ODONTÓLOGO:

1. Dentística Restauradora
2. Anestesiologia
3. Radiologia
4. Semiologia
5. Noções de Endodontia
6. Cirurgia com ênfase em exodontias
7. Farmacologia.

SUGESTÃO BIBLIOGRÁFICA:

1. Lindhe, J.; Karring, T.; Lang N.P. Tratado de Periodontia Clínica e Implantodontia Oral. Guanabara Koogan, 4ª edição, 2005.
2. WANNMACHE Lenita, FERREIRA Maria Beatriz C. FARMACOLOGIA CLÍNICA PARA DENTISTAS - 2ª EDIÇÃO. Editora GUANABARA KOOGAN. ISBN: 8527705338.
3. Estética :Restaurações Diretas em Dentes Anteriores Fraturados Autor: Luiz Narciso Baratieri Edição:2ª /1998 Páginas: 397Livraria Editora Santos, Quintessence.
4. BARATIERI, Luiz Narciso. Dentística: procedimentos preventivos e restauradores. 2 ed. Rio de Janeiro:Livraria Editora Santos,Quintessence 1989,509 pag.
5. WEINE, Franklin S. TRATAMENTO ENDODÔNTICO. SANTOS EDITORA. ISBN 8572881131. 862p. 5ª edição.
6. ANDRADE, E.D. de. Terapêutica medicamentosa em odontologia. Editora Artes Médicas, 2ª edição, 2006, 216 pag.
7. HIRATA, R. Tips- Dicas em Odontologia Estética. Editora Artes Médicas; 2011; 576 pag.
8. Periodontia- Um conceito clínico preventivo- Badeira Marcos. Editora Guanabara Koogan; 2ª edição; 450 pag.
9. Cirurgia Oral e Maxilo-facial Contemporâneo-Larry J. Peterson, Edward Ellis, James R. Hupp, Myton R. Tucker. Editora Guanabara Koogan; 2ª edição; 702 pag.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Cargo: ENFERMEIRO

1. Fundamentos de Enfermagem.
2. Ética e Legislação Profissional.
3. Enfermagem na Saúde do Adulto e Idoso.
4. Enfermagem na Saúde da Criança e Adolescente.
5. Enfermagem na Saúde da Mulher.
6. Enfermagem na Saúde Mental e Psiquiatria.
7. Cuidados de Enfermagem no Preparo e Administração de Medicamentos.
8. Biossegurança e Controle de Infecções.
9. Cuidados de Enfermagem em Lesões de Pele.

Sugestão Bibliográfica:

1. BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. Manual de Procedimentos Para Vacinação. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. 316 p. <Disponível em: www.saude.gov.br/svs>. Acesso em: 30 de junho de 2011.
2. BRUNNER, L. S.; SUDDARTH, D. S. Tratado de Enfermagem Médico cirúrgica. 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.
3. COFEN. Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Resolução COFEN 311/2007. <Disponível em: www.portalcofen.gov.br/2007>. Acesso em: 30 de junho de 2011.
4. BOLICK, Dianna... [et al.]; tradução, Carlos Henrique Cosendey; revisão técnica, Maria Isabel Sampaio Carmagnani. Segurança e controle de infecção-Enfermagem Prática. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso Editores, 2000.
5. FIGUEIREDO, Nébia Maria Almeida de (org). Ensinando a cuidar da criança. São Caetano do Sul, SP: Difusão Enfermagem, 2003.
6. FIGUEIREDO, Nébia Maria Almeida de (org). Administração de medicamentos: revisando uma prática de enfermagem. São Caetano do Sul, SP: Difusão Enfermagem, 2003.
7. STUART, Gail Wiscarz; LARAIA, Michele Teresa; [tradução da 4. ed. original e] revisão técnica Márcia Lisboa. Enfermagem Psiquiátrica. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso Editores, 2002.
8. BARROS, Sônia Maria Oliveira de. Enfermagem obstétrica e ginecológica: guia para a prática assistencial. 2. ed. São Paulo: Roca, 2009.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Cargo: TNS-I – ENGENHEIRO AGRIMENSOR:

1. Levantamento Topográfico Digital: Uso de Estações Totais e Rastreadores de Satélite.
2. Processamento de dados relativo levantamento topográficos digitais.
3. Desenho Topográfico Digital.
4. Parcelamento territorial urbano e rural.
5. Técnicas utilizadas para a geração de mapeamento cartográfico.
6. Georreferenciamento de informações cartográficas.
7. Legislação tributária.
8. Planta ou tabela de valores genéricos.
9. Cadastro técnico rural.
10. Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR.
11. Sistema público de registro de terras e o georreferenciamento de imóveis rurais.
12. Atualização do cadastro.

13. Levantamentos planimétricos.
14. Levantamentos altimétricos.
15. Nivelamento geométrico de precisão.
16. Erros nas observações angulares e lineares.
17. Representação do relevo e sistematização de terrenos.
18. Normas técnicas para levantamentos topográficos.
19. Cálculo de distâncias.
20. Cálculo de azimutes e rumos.
21. Cálculo de ângulos.
22. Cálculo de áreas.
23. Cálculo de volumes.
24. Cálculo de cortes e aterros.
25. Alturas e balanceamento de cortes e aterros.
26. Transporte de coordenadas no Elipsóide.
27. Sistema Geodésico Brasileiro – SGB.
28. Projeções planas.
29. Projeções cônicas.
30. Projeções cilíndricas.
31. Carta Internacional do mundo ao milionésimo.
32. Sistema de Projeção UTM.
33. Operações com coordenadas UTM e Aplicações.

SUGESTÃO BIBLIOGRÁFICA:

1. ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 13.133 – Execução de Levantamento Topográfico. Rio de Janeiro, 1994. 35 p.
2. ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 14.166 – Rede de Referência Cadastral Municipal - Procedimento. Rio de Janeiro, 1998. 23 p
3. Bakker, M. P. R. Cartografia – Noções Básicas. DHN. Rio de Janeiro, 1965.
4. CASACA, J. M. Matos, J. L. Dias, J. M. B. Topografia Geral. Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., Rio de Janeiro, 208p. 2007
5. COMASTRI, J.A. & GRIPP, J.J. Topografia aplicada - medição, divisão e demarcação. UFV: Imprensa Universitária, 1980. 203p.
6. COMASTRI, J. & TULLER. Topografia - altimetria. Viçosa, Universidade Federal de Viçosa, 1980.
7. Gripp Jr. , J. e Silva, A. S. Representações Cartográficas: Projeções Planas, Cônicas e Cilíndricas. Notas de Aulas da UFV. Viçosa, 1994.
8. INCRA – Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais, 2ª edição. 2010.
9. LOCH, C. & CORDINI, J. Topografia contemporânea: Planimetria. Florianópolis: Editora da UFSC, 321 p. 2000.
10. LOCH, C. & ERBA, D.A. Cadastro Técnico Multifinalitário – Rural e Urbano. Cambridge, MA: Lincoln Institute of Land Policy, 2007. 142 p.
11. MONICO, J. F. G.. *Posicionamento pelo GNSS: Descrição, Fundamentos e Aplicações*. 2 Ed. Editora Unesp, 480p. 2008.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Cargo: TNS-I – ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO:

1. Segurança e Saúde no Trabalho: conceitos, evolução histórica no Brasil, aspectos legais, sociais, econômicos e humanos; Diplomas legais vigentes no Brasil: Constituição da República Federativa do Brasil (1988); Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); Normas

Regulamentadoras (NR) do Ministério do Trabalho e Emprego, aprovadas pela Portaria MTb 3.214, de 08/06/1978 e suas alterações; Normas técnicas referentes à segurança e Saúde no Trabalho vigentes na Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e na Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Higiene do Trabalho (FUNDACENTRO).

2. Acidente do trabalho: conceito de acidente do trabalho; causas de acidentes do trabalho; protocolos oficiais de registro, análise e comunicação de acidente do trabalho; NBR 14280; Estatística de Acidente do Trabalho; cálculo de índices de acidentes do trabalho; custos do acidente; métodos e técnicas de investigação e análise de acidentes; prevenção de acidentes do trabalho; Equipamentos de proteção individual e coletiva (EPI/EPC); medidas técnicas e administrativas de prevenção de acidentes.

3. Gerenciamento de riscos: Conceito; classificação quanto aos agentes (físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e de acidentes); insalubridade, periculosidade; situação de risco grave e iminente; técnicas de identificação e análise de riscos; avaliação e controle de riscos profissionais; responsabilidade civil e criminal dos profissionais de segurança do trabalho.

4. Segurança do trabalho referente a: ferramentas manuais portáteis; máquinas e equipamentos; motores e bombas; equipamentos de pressão; soldagem e corte; fornos; caldeiras e vasos sob pressão.

5. Programas de segurança do trabalho: Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA); Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO); Programa de Condições e Meio-Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção (PCMAT); Programa de Proteção Respiratória (PPR); Programa de Conservação Auditiva (PCA); Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR); Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP).

6. Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário (NTEP) e Fator Acidentário Previdenciário (FAP).

7. Elementos de gestão de segurança e saúde ocupacional: Diretrizes OIT e OHSAS 18001/2007. Princípios; elementos de sistema de gestão; requisitos gerais do sistema de gestão; programa básico para melhoria das condições de trabalho; liderança pelo exemplo – papel dos supervisores.

8. Conhecimento sobre a composição, funcionamento e atribuições dos Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT) e da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA); elaboração de mapas de riscos.

9. Conhecimento sobre especificação, utilização, controle, conservação, inspeção e manutenção de equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC); normas e procedimentos para inspeção de equipamentos de combate a incêndio.

10. Ruídos e vibrações: Fundamentos e controle; ondas acústicas; efeitos do ruído e vibrações no homem; instrumentos para medições e análises de ruídos e vibrações no homem; isolamento de ruído e redução de vibração; acústica de ambientes.

11. Segurança industrial e saúde: Permissão para trabalhos perigosos; manipulação, transporte e armazenagem de produtos químicos e perigosos; explosivos e explosões; segurança no trabalho de soldagem; calor e frio; iluminação; prevenção e combate a incêndios;

equipamentos de proteção coletiva (EPC's); equipamentos de proteção individual (EPI's); ventilação industrial.

12. Noções básicas de Biossegurança.

13. Segurança em instalações e serviço em eletricidade.

14. Segurança na indústria da construção civil.

15. Fundamentos de controle de emergência: acidentes ampliados; proteção contra incêndios e explosões; plano de controle de emergência (PCE); plano de ajuda mútua (PAM).

16. Noções de primeiros socorros.

SUGESTÃO DE BIBLIOGRAFIA

1. ARAÚJO, Giovanni Moraes. Legislação de Segurança e Saúde Ocupacional: Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego. Gerenciamento Verde Editora e Livraria Virtual. 7ª edição. Rio de Janeiro. 2009.
2. ARAÚJO, Giovanni Moraes. Segurança na Armazenagem, Manuseio e Transporte de Produtos Perigosos. Gerenciamento Verde Editora e Livraria Virtual. 2ª edição. Rio de Janeiro. 2005.
3. ARAÚJO, Giovanni Moraes e REGAZZI, Rogério Dias. Perícia e Avaliação de Ruído e Calor Passo a Passo. 2ª edição. Rio de Janeiro 2002.
4. BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: 16 de ago. de 2011.
5. BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943. Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: <http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/10/1943/5452.htm>. Acesso em: 16 de ago. de 2011.
6. BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. Saúde e Segurança Ocupacional. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/conteudoDinamico.php?id=39>. Acesso em 16 ago.2011.
7. BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Portaria nº 25, de 29 de dezembro de 1994. Disponível em: http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BE914E6012BEA44A24704C6/p_19941229_25.pdf. Acesso em: 16 ago. 2011.
8. MANUAIS DE LEGISLAÇÃO ATLAS. Segurança e Medicina do Trabalho. 68ª edição. São Paulo: ATLAS. 2011.
9. SEGURANÇA E TRABALHO ON-LINE. NBR 14280: Cadastro de acidentes do trabalho – Procedimento e classificação. Disponível em: http://www.segurancaetrabalho.com.br/download_2/acidentes-do-trabalho-NBR14280.zip. Acesso em: 16 ago. 2011.
10. SHERIQUE, Jaques. Aprenda como Fazer. Editora LTr. São Paulo. 2005.
11. SOUZA, João José Barrico e PEREIRA, Joaquim Gomes. Manual de Auxílio na Explicação e Aplicação da NR-10. Editora LTr. 2005.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Cargo: TNS-I – ENGENHEIRO CIVIL:

1. Materiais de construção civil: Componentes de alvenaria – tijolos cerâmicos e blocos vazados; Concreto armado – dosagem, amassamento, lançamento e cura; Argamassas para revestimento – chapisco, reboco e emboço; Aço para concreto armado – tipos de aço e classificação.
2. Tecnologia das edificações: Estudos preliminares. Anteprojetos e projetos. Projetos em AutoCad. Canteiro de obras; Alvenarias de vedação e alvenarias estruturais; Formas para concreto armado; Sistema de formas de madeira; Cobertura das edificações; Telhados cerâmicos – suporte e telhas.
3. Abastecimento de água: Demanda e consumo de água; Estimativa de vazões; Adutoras; Estações elevatórias.
4. Esgotamento sanitário: Sistemas estáticos para a disposição de esgotos; Rede coletora.
5. Drenagem pluvial: Estimativa de contribuições; Galerias e canais.
6. Instalações hidráulico-sanitárias: Projeto e dimensionamento de instalações prediais de água fria; Projeto e dimensionamento de instalações prediais de esgotos sanitários; Projeto e dimensionamento de instalações prediais de águas pluviais; Projeto e dimensionamento de instalações prediais de combate a incêndio.
7. Resistência dos materiais: Tensões, deformações, propriedades mecânicas dos materiais, torção, flexão, cisalhamento, linha elástica, flambagem, critérios de resistência.
8. Concreto Armado: Materiais, normas, solicitações normais, flexão normal simples, cisalhamento, controle da fissuração, aderência, lajes maciças e nervuradas, punção, torção, deformações na flexão, pilares.
9. Teoria das Estruturas: Morfologia das estruturas, carregamentos, idealização. Estruturas isostáticas planas e espaciais. Estudo de cabos. Princípio dos Trabalhos Virtuais. Cálculo de deslocamentos em estruturas isostáticas;
10. Geotecnia: Mecânica dos solos; Geologia de Engenharia; Fundações; Obras de terra, Contensões e Estabilidade de Taludes.

SUGESTÃO BIBLIOGRÁFICA:

1. BORGES, A.C. Prática das Pequenas Construções. Vol. 1. São Paulo: Edgard Blücher. 2002.
2. BARROS, R.T.V. CHERNICHARO, C.A.L. HELLER, L. VON SPERLING, M. Manual de Saneamento e Proteção Ambiental para os Municípios. Vol. 1: Saneamento. Belo Horizonte: UFMG, 1995.
3. BAUER, F. L. A. Materiais de Construção. Vol 1 e 2. São Paulo. Editora Ltc. 1999.
4. HACHICH, W. Et Al. Fundações: Teoria e Prática. 2 Ed. São Paulo: Pini, 1998. 751 p.
5. PINTO, Carlos de Sousa. Curso Básico de Mecânica dos Solos (3ª Edição – Com exercícios resolvidos) – Editora Oficina de Texto. 2006.
6. SUSSEKIND, J. C. Curso de Concreto Armado, Vols. 1.e 2, Porto Alegre: Globo. 1980.
7. SÜSSEKIND, J. C Curso de Análise Estrutural – Vol. 1, 2 e 3. São Paulo: USP. 1976.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Cargo: TNS-I - ENGENHEIRO SANITARISTA/AMBIENTAL

1. Diretrizes nacionais para o saneamento básico. Lei 11.445/ 2007.
2. Qualidade da água. Sistemas de tratamento e abastecimento de água
3. Poluição hídrica. Sistemas de coleta e tratamento de águas servidas para descarte ou reuso.
4. Gerenciamento de resíduos sólidos.
5. Drenagem e manejo das águas pluviais urbanas:
6. Controle de emissões atmosféricas.
7. Sistema de gestão ambiental.

8. Gestão de recursos hídricos.
9. Caracterização e recuperação de áreas degradadas.
10. Legislação ambiental (leis, decretos, resoluções CONAMA): Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA; Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH. Deliberações normativas da COPAM MG.

SUGESTÃO BIBLIOGRÁFICA:

1. Héller, L. de Pádua, V. L. (coord.) Abastecimento de água para consumo humano.. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
2. Cavalcanti, Y., Melo, C., Almeida J. R. Gestão ambiental: planejamento, avaliação, implantação, operação, verificação, RJ: Ed. THEX, Triângulo, 2004.
3. Dálmeida, M. L. O. Vilhena, A. (coord.). Lixo municipal: manual de gerenciamento integrado. 2 ed., São Paulo: IPT/CEMPRE, 2000.
4. Fendrich, Roberto; Oliynik. Rogério (trad.). Manual de utilização das águas pluviais. Rio de Janeiro: ABES2003.
5. FUNASA. Fundação Nacional de Saúde. Manual de saneamento. 3. ed. Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 2006.
6. Jordão, E. P., Pessoa, C. A. Tratamento de Esgotos Domésticos. 4. ed. Belo Horizonte: Segrac Editora, 2005.
7. LIMA, L.M.Q. Tratamento de lixo e biorremediação. São Paulo: Hemus Editora, 2004
8. Pereira Neto, J. T., Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos: aspectos técnicos e operacionais. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2007.
9. Philippi Jr., A. (editor). Saneamento, saúde e ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável. Barueri, SP: Manole, 2005.
10. Rezende, S. C., Heller, L. O saneamento no Brasil: políticas e interfaces. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008..
11. Righetto, Antônio Marozzi. Manejo de Águas Pluviais Urbanas. PROSAB. 2009
12. Sanchez, L.E. Avaliação de Impacto Ambiental: conceitos e métodos. SP: Oficina de Textos, 2008.
13. Tucci, C. E. M. Gestão de águas pluviais urbanas. Saneamento para todos; v.4. Brasília: Ministério das Cidades, 2006.
14. Tsutiya, M.T. Coleta e transporte de esgoto sanitário. São Paulo: Departamento de Engenharia Hidráulica e Sanitária da Escola Politécnica da USP. 2 ed. 2000.
15. Tsutiya, M. T. Abastecimento de Água. São Paulo: Departamento de Engenharia Hidráulica e Sanitária da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. 2004.
16. von Sperling, M. Princípios do tratamento biológico de águas residuárias. v.1. Introdução à qualidade das águas e ao tratamento de esgotos 3. ed. Belo Horizonte: Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental, UFMG, 2005.
17. von Sperling, M. Princípios do tratamento biológico de águas residuárias.v.2. Princípio do Tratamento Biológico de Águas Residuárias 3. ed. Belo Horizonte: Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental, UFMG, 2005.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Cargo: TNS-I - FARMACÊUTICO

1. Conhecimentos básicos
 - 1.1. Química analítica
 - 1.2. Química orgânica
 - 1.3. Físico química
 - 1.4. Bioquímica
 - 1.5. Parasitologia

- 1.6. Microbiologia e Imunologia
- 1.7. Boas Práticas de laboratório
- 1.8. Biossegurança

2. Conhecimentos específicos

- 2.1. Farmacologia/ Farmacodinâmica
- 2.2. Farmacotécnica e tecnologia farmacêutica e de cosméticos
- 2.2. Farmacognosia
- 2.3. Toxicologia
- 2.4. Controle de Qualidade
- 2.5. Química Farmacêutica
- 2.6. Deontologia e Legislação Farmacêutica

Sugestão Bibliográfica:

1. BASSETT, J.; DENNEY, R.C.; JEFFERY, G.H. & MENDHAN, J, Vogel: Análise inorgânica quantitativa, 4ª Ed., Editora Guanabara S.A., Rio de Janeiro; 1981.
2. SOLOMONS, T W G; FRYHLE, G B. Química Orgânica. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2001.
3. ATKINS, P; JONES, L. Princípios de Química. Porto Alegre: Bookmam, 2001.
4. ALLINGER, N L; CAVA, M P; JONGH, D C; LEBEL, N A; STEVES, C L. Química Orgânica. 1. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1975.
5. Princípios de Bioquímica, de Anita Marzzoco e Bayardo B. Torres, Ed. Guanabara-Koogan.
6. COX, J.; LENINGHER, A.L. Principios de bioquímica. 3ed. Sarvier, 2002.
7. Neves, David Pereira. Parasitologia humana. Atheneu. 10 ed. São Paulo, 2004.
8. TRABULSI, Luiz Rachid; ALTERTHUM, Flavio. (ed.). Microbiologia. 4. ed. São Paulo: Atheneu, 2004.
9. TORTORA, Gerad J.; FUNKE, Berdell R.; CASE, Christine L. Microbiologia. 8. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2005.
10. ABBAS, Abul K.; LICHTMAN, Andrew H. Imunologia celular e molecular. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
11. Hiroyuki, H.M., JMancini Filho, J. Manual de Biossegurança. Editora Manole, 1ª edição, 2002.
12. GILMAN, A. G.; GOODMAN, L. S. & GILMAN, A. As bases Farmacológicas da Terapêutica. 10ª. ed., McGraw Hill. New York, USA, 2003.
13. Farmacopéia Brasileira. 4 ed., São Paulo: Editora Ateneu.
14. GOODMAN, L.S. & GILMAN A.G. As bases farmacológicas da terapêutica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
15. Katzung, B.G. Farmacologia básica & clínica. 8.ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2003.
16. Korolkovas, Andrejus / GUANABARA KOOGAN Química Farmacêutica.
17. NELLY, M.; SILVIO, M, S., CLÁUDIA, G.S.O.C. Assistência Farmacêutica para Gerentes Municipais. Organização mundial de Saúde/OPAS, 2003.
18. Oga, Seizi et al. Fundamentos de toxicologia. 2.ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2003.
19. Prista, L. N. Tecnologia farmacêutica Vol. I, II e III, 3.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian,1995.
20. Prista, L. N.; Alves, A.C.; Morgado, R. Técnica farmacêutica e farmácia galénica. 4.ed. Volumes I, II e III. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1992.
21. REMINGTON., Farmácia., 17ª ed., Buenos Aires: Editora Média Panamericana,1985.
22. CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. A Organização Jurídica da profissão farmacêutica. 3ª ed. Brasília: CFF, 2001.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Cargo: TNS-I – FISIOTERAPEUTA:

1. Fisiologia do reparo tecidual. Fisiologia e mecanismo da dor.
2. Fisiologia linfática. Drenagem manual.
3. Análise da marcha e treinamento para utilização de órteses e próteses.
4. Análise postural e tratamento das deformidades da coluna vertebral.
5. Fisioterapia geral: avaliação cinético-funcional. Efeitos fisiológicos, indicações e contra-indicações para: laser termoterapia; (ultrassom, diatermia de ondas curtas, infra-vermelho e crioterapia); fototerapia (infra-vermelho); cinesioterapia (aplicada às clínicas médicas); eletroterapia (TENS e FES) mecanoterapia e hidroterapia.
6. Fisioterapia aplicada às patologias traumato – ortopédicas (patologias e técnicas terapêuticas).
7. Fisioterapia aplicada à neurologia nas seguintes condições: traumatismo craniano.
8. Traumatismo raquimedular; polineuropatias; tumores do SN; doenças neuromusculares; doenças desmielinizantes; distúrbios do movimento; síndrome de Down; miopatias. Alzheimer e hemiplegia.
9. Fisioterapia aplicada às patologias respiratórias (doenças pulmonares obstrutivas crônicas, manobras de higiene brônquica não invasivas, flutter, espirometria de incentivo e exercícios respiratórios).
10. Fisioterapia na saúde do trabalhador: conceito de ergonomia, doenças ocupacionais relacionadas ao trabalho e práticas preventivas no ambiente de trabalho.

Sugestão Bibliográfica:

1. APLEY, A.G.; SOLOMON, L. Ortopedia e fraturas em medicina e reabilitação. 6.ed. São Paulo: Atheneu. 2002.
2. AZEREDO, C. A. C. Fisioterapia respiratória moderna. São Paulo: Manole, 2000.
3. BARBOSA, L.G. Fisioterapia preventiva nos distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho: DORTs: a fisioterapia do trabalho aplicada. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.
4. DÂNGELO, J.G. e FATTINI, C.A. Anatomia básica dos sistemas orgânicos. São Paulo: Atheneu, 2000.
5. DELIBERATO, P. C. P. Fisioterapia preventiva: fundamentos e aplicações. São Paulo: Manole, 2002.
6. GUCCIONE, A. A. Fisioterapia geriátrica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.
7. GUYTON, A.C. Tratado de fisiologia médica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 11.ed. Atheneu, 2000.
8. HOPPENFELD, S. Propedêutica Ortopédica: coluna e extremidades. Rio de Janeiro: Atheneu, 1999.
9. IRWIN, S. e TECKLIN, J. Fisioterapia cardiopulmonar. São Paulo: Manole, 2006.
10. KAPANDJI, I. A. Fisiologia articular. Volumes 1, 2, e 3. São Paulo: Manole, 2001.
11. KENDALL, F. P. Músculos provas e funções. São Paulo, Manole, 5. ed. 2007.
12. KISNER, C. e COLBY, L. A. Exercícios terapêuticos: fundamentos e técnicas. Barueri: Manole, 2004.
13. KITCHEN, S. Eletroterapia: prática baseada em evidências. 11. ed. São Paulo: Manole.2003.
14. LIPPERT, L.S. Cinesiologia clínica para fisioterapeutas. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara. Koogan. 2003.

15. MACHADO, A.B.M. Neuroanatomia funcional. São Paulo: Atheneu, 2002.
16. MAGEE, D. J. Avaliação músculo-esquelética. 4ªed. São Paulo: Manole, 2005.
17. O'SULLIVAN, S. B. e SCHMITZ, T. J. Fisioterapia: avaliação e tratamento. Barueri: Manole, 2004.
18. ROBISON, A. J. e SNYDER-MACKLER, L. Eletrofisiologia clínica e teste eletrofisiológico. São Paulo, Artmed, 2001.
19. SCANLAN, L. C., WILKINS, R. L., STOLLER, J. C. Fundamentos da terapia respiratória de Egan. 7ª ed. São Paulo. Editora Manole. 2000.
20. STARKEY, C. Recursos terapêuticos em fisioterapia. 2.ed. São Paulo: Manole. 2001.
21. UMPHRED, D. Reabilitação neurológica. 4. ed. Barueri: Manole. 2004.
22. WEST, J. B. Fisiopatologia pulmonar moderna. São Paulo: Manole, 5. ed, 1996.
23. O'Sullivan S B, Schmitz T J. Fisioterapia: Avaliação e Tratamento. 4ª ed. São Paulo: Manole, 2004.
24. Fonseca L F, Lima C L A. Paralisia Cerebral. 2ª ed. Rio de Janeiro: 2008.
25. Umphred D A. Reabilitação Neurológica. 5ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
26. Magee J D. Avaliação Musculoesquelética. 4ª ed. São Paulo: Manole, 2003.
27. Hebert S, Xavier R. Ortopedia e Traumatologia: Princípios e Prática. 3ª ed. São Paulo: Artmed. 2003.
28. Kisner C, Colby LA. Exercícios terapêuticos: fundamentos e técnicas. 5ª ed. São Paulo: Manole, 2005.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Cargo: TNS-I – FONOAUDIÓLOGO:

FONOAUDIÓLOGO

1. Audiologia

1.1. Abordagem fonoaudiológica nos casos de surdez.

1.2. Tipos de perdas auditivas.

1.3. Reabilitação auditiva.

2. Voz

2.1. Conceito e classificação: voz normal e voz patológica.

2.2. Desenvolvimento da laringe.

2.3. Estrutura do aparelho fonador: anatomia, histologia e fisiologia.

2.4. Tipos de disfonias, avaliação e tratamento.

2.5. Atuação fonoaudiológica na voz profissional.

3. Linguagem

3.1. Desenvolvimento da linguagem infantil: normal e patológico.

3.2. Alterações da linguagem oral.

3.3. Afasias, disartrias e alterações neurológicas de fala e linguagem.

4. Motricidade Orofacial

4.1. Anatomia e fisiologia.

4.2. Funções do sistema estomatognático e suas alterações.

4.3. Alterações de fala.

5. Disfagia

5.1. Classificação e conduta.

6. Saúde Coletiva

6.1. Aleitamento materno.

6.2. Audiologia do trabalho: ruído.

6.3. Fonoaudiologia e terceira idade.

6.4. Trabalho interdisciplinar em saúde.

7. Fonoaudiologia Educacional

7.1. Distúrbios da aprendizagem da linguagem escrita: prevenção, diagnóstico e intervenção fonoaudiológica.

7.2. Relação psicomotricidade e aprendizagem.

Sugestão Bibliográfica:

1. Barbosa, T. & Rodrigues C. & Capellini, S. & Mousinho R. Temas em dislexia. São Paulo: Artes Médicas, 2009.
2. Behlau, M. A voz do especialista. Volume I. São Paulo: Revinter: 2005.
3. Behlau, M. A voz do especialista. Volume II. São Paulo: Revinter. 2008.
4. Behlau, M & Pontes, P. Avaliação e tratamento das disfonias. São Paulo: Lovise, 1995.
5. Ciasca, S. Distúrbios de Aprendizagem: uma proposta de avaliação interdisciplinar. 3ª edição. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.
6. Gesell, A. & Amatruda, C. Diagnóstico do desenvolvimento: avaliação e tratamento do desenvolvimento neuropsicológico do lactente e na criança pequena: o normal e o patológico. São Paulo: Atheneu, 3ª edição.
7. Jakubovicz, R. & Cupello, R. Introdução à afasia: elementos para diagnóstico e terapia. 6ª edição. Rio de Janeiro: 1996.
8. Marchesan, I. Q. Fundamentos em fonouadiologia: aspectos clínicos da motricidade oral. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998.
9. Meur, A. & Staes, L. Psicomotricidade: educação e reeducação: níveis maternal e infantil. São Paulo: Manole, 1989.
10. Silva, P. & David, R.H.F. Cadernos do Fonoaudiólogo: Linguagem: volume 1. São Paulo: Lovise, 2006.
11. Zorzi, J.L. & Capellini, S. Dislexia e outros distúrbios de Aprendizagem: letras desafiando a aprendizagem. São José dos Campos: Pulso, 2008.
12. Zorzi, J. L. Aprender a escrever. Porto alegre: Artmed, 1998.
13. Zorzi, J.L. A intervenção fonoaudiológica nas alterações da linguagem infantil. Rio de Janeiro: Revinter, 1999.
14. Pinho, S.M.R. Fundamentos em fonouadiologia: tratando os distúrbios da voz. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998.
15. Golffeld, M. Fundamentos em fonouadiologia: linguagem. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998.
16. Frota, S. Fundamentos em fonouadiologia: audiologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998.
17. Filho, O.L [editor]. Tratado de Fonoaudiologia. Ribeirão Preto: Tecmedd, 2005. 2ª edição.
18. Mitre, E.I. Conhecimentos essenciais para entender bem a inter-relação Otorrinolaringologia e Fonoaudiologia. São José dos Campos: Pulso, 2003.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Cargo: TNS-I – MÉDICO ANGIOLOGISTA:

1. Choque. Hemodinâmica e Fisiopatologia da doença Arterial e da doença Venosa.
2. Métodos não Invasivos em Angiologia.
3. Aorto-Arteriografia.
4. Flebografia.
5. Anticoagulantes.
6. Vasodilatadores.
7. Insuficiência Arterial Aguda das Extremidades.
8. Embolia Arterial Periférica.
9. Traumatismos Vasculares.
10. Tratamento Clínico da Insuficiência Crônica arterial Periférica.

11. Tromboangeite Obliterante.
12. Arteriosclerose.
13. Doença de Raynaud e Doenças Vasoespásticas das Extremidades.
14. Fisiopatologia da Formação de Aneurismas.
15. Hemodinâmica e Fisiopatologia das Fístulas Artério Venosas.
16. Tratamento Cirúrgico da Hipertensão Reno Vascular.
17. Hipertensão Reno Vascular: Fisiopatologia. Varizes de Membros Inferiores: Quadro Clínico, Diagnóstico, Fisiopatologia e Tratamento.
18. Trombose Venosa Profunda.
19. Síndrome Pós-Flebitica.
20. Amputação de Membros Inferiores.
21. Dissecção da Aorta.
22. Coagulopatias e Tumores Vasculares.

SUGESTÃO BIBLIOGRÁFICA:

1. MAFEI, F. H. A. Doenças Vasculares Periféricas Vol. I e II. Ed. Guanabara Koogan. 2008. 2194p.
2. MELLO, N. A. Angiologia. Ed. Guanabara Koogan. SP.1ª Ed. 336p.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Cargo: TNS-I – MÉDICO AUDITOR:

1. Auditoria em saúde: conceito, histórico, objetivos.
2. Contextualização nos processos de gestão dos serviços de saúde.
3. Princípios básicos e fundamentos do processo de auditoria.
4. A saúde como direito do cidadão e dever do estado.
5. Políticas de saúde.
6. Ética e Legislação.
7. Auditoria Hospitalar.
8. Auditoria Médica nos Planos e Seguros de Saúde.
9. Perícia e Auditoria Médica.
10. A Visão do Consultor em Auditoria Médica.
11. Medicina de Grupo e Auditoria na cobrança de Honorários Médicos.
12. Auditoria em Materiais e Medicamentos.
13. Auditoria em Equipamentos Médicos Hospitalar.
14. Auditoria no SUS - Sistema Único de Saúde.
15. Metodologia de pesquisa aplicada a Auditoria Médica.

Sugestão Bibliográfica:

1. CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução n. 1931/09. Aprova o Código de Ética Médica.
2. CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução n. 1614/01. Trata de responsabilidade do Médico no exercício de auditoria.
3. BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.
4. Brasil Sistema Único de Saúde: Lei nº. 8.080 de 19/09/90 E Lei nº. 8.142 de 28/12/90. Brasil. .Norma Operacional da Assistência a Saúde/SUS – NOAS-SUS de 2002.
5. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Sistema Nacional de Auditoria. Auditoria do SUS : orientações básicas. Brasília : Ministério da Saúde, 2011.

<http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/index.cfm/?portal=pagina.visualizarArea&codArea=11>

6. BRASIL, Ministério de Saúde Departamento Nacional de Auditoria do SUS. Orientações Técnicas sobre Auditoria na Assistência Ambulatorial e Hospitalar. Brasília, 2005.

<http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/index.cfm/?portal=pagina.visualizarArea&codArea=11>

7. Manual Técnico Operacional do Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS – SIGTAP versão WEB Volume I - 61 Páginas.

8. Brasil. Ministério da Saúde/ Secretaria de Atenção à Saúde. MANUAL TÉCNICO OPERACIONAL DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES HOSPITALARES. ORIENTAÇÕES TÉCNICAS. Versão 01.2011. 119 Páginas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Cargo: TNS-I – MÉDICO CIRURGIÃO GERAL

1. Cuidados pré e pós operatório.
2. Atendimento ao trauma.
3. Abdome agudo não traumático.
4. Cirurgia de hérnias.
5. Cirurgia do esôfago, estômago e intestino delgado.
6. Cirurgia Fígado, vias biliares e pâncreas.
7. Cirurgia coloproctológica.
8. Controle metabólico hemodinâmico do paciente cirúrgico.
9. Cuidados com feridas e cicatrização.
10. Cirurgia em situações especiais- Grávida e Idoso.
11. Conduta em cirurgia de urgência.

Sugestão Bibliográfica:

1. TOWNSEND, SABISTON. Tratado de Cirurgia. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara Koogan, 18ª Ed., 2008.
2. LÁZARO, A. Hérnias. Rio de Janeiro, Ed. Roca, 2ª Ed., 2006.
3. SAAD, R., VIANA SALES, R., RORIZ, W., MAIA, AM. Tratado de Cirurgia do CBC. Rio de Janeiro, Ed. Atheneu, 2009
4. FAHEL, E. SAVASSI-ROCHA, PR. Abdome Agudo Não –Traumático. Rio de Janeiro, Ed. Medbook, 2008.
5. Colégio Americano de Cirurgiões. Suporte avançado de vida no trauma (SAVT/ATLS): manual do curso para alunos. 8º ed. Chicago: EUA; 2008.
6. BIROLINI, D. Condutas em Cirurgia de Urgência. Rio de Janeiro, Ed. Atheneu, 1ª Ed., 2003.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Cargo: TNS-I – MÉDICO CIRURGIÃO PLÁSTICO:

1. Anatomia e fisiologia da pele e anexos.
2. Traumatismos de Extremidades.
3. Queimaduras.
4. Reconstrução das diferentes regiões da cabeça e pescoço.
5. Cicatrização das feridas - Quelóides e cicatrizes hipertróficas.
6. Tumores cutâneos (benignos e malignos).
7. Microcirurgia - Princípios gerais.
8. Anestesia em cirurgia plástica.

9. Úlceras de pressão e úlceras neurovasculares.
10. Cirurgia plástica no tratamento de lesões da mama.

Sugestão Bibliográfica:

1. LIMA, E. e col. - Tratamento de Queimaduras - ATHENEU, Rio de Janeiro, 2004.
2. FRANCO, T.- Princípios de Cirurgia Plástica, ATHENEU, Rio de Janeiro, 2002.
3. CARREIRÃO, S., LIVRO DA SBCP, Cirurgia Plástica, São Paulo, Editora Atheneu, 2005.
4. TOWNSEND, SABISTON. Tratado de Cirurgia. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara Koogan, 18ª Ed., 2008.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Cargo: TNS-I – MÉDICO CLÍNICO GERAL:

1. Infecções Respiratórias.
2. Tuberculose.
3. Doença pulmonar obstrutiva crônica.
4. Asma.
5. Tromboembolia Venosa.
6. Hipertensão arterial sistêmica.
7. Insuficiência cardíaca congestiva.
8. Arritmias cardíacas e morte súbita.
9. Síndrome coronariana aguda.
10. Choque.
11. Alcoolismo.
12. Cirrose hepática.
13. Diarréia.
14. Doença Úlcerosa Péptica.
15. Hemorragia Digestiva.
16. Pancreatite.
17. Hepatites virais.
18. Doença intestinal inflamatória.
19. Doenças da vesícula e das vias biliares.
20. Infecção do trato urinário.
21. Insuficiência renal aguda e crônica.
22. Distúrbios do equilíbrio hidro-eletrolítico e ácido-básico.
23. Litíase Renal.
24. AIDS.
25. Doenças sexualmente transmissíveis.
26. Febre de origem indeterminada.
27. Parasitoses intestinais.
28. Dengue.
29. Anemias.
30. Demência e depressão.
31. Síncope.
32. Cefaléias.
33. Doença cerebrovascular.
34. Diabetes mellitus.
35. Doenças da Tireóide.
36. Distúrbios nutricionais.
37. Dislipidemia.
38. Lombalgia.

39. Artrite reumatóide.
40. Lúpus Eritematoso Sistêmico.
41. Gota.
42. Reações medicamentosas.
43. Acidentes por Animais Peçonhentos.
44. Intoxicações Exógenas.

SUGESTÃO BIBLIOGRÁFICA:

1. Harrison - Medicina Interna (dois volumes), A Fauci; Braunwald, D. Kasper, Hauser, Longo, Jameson e Loscalzo, Editora McGraw-Hill, 17ª Edição, 2009.
2. Cecil Tratado de Medicina Interna, L. Goldman, D. Ausiello, Editora Elsevier, 23ª Edição, 2009.
3. Current Medical Diagnosis and Treatment 2011, S J McPhee & M A Papadakis, Editora McGraw-Hill.
4. Projeto Diretrizes AMB CFM. Disponível em: http://www.projetodiretrizes.org.br/novas_diretrizes_sociedades.php Sociedade Brasileira de Clínica Médica.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Cargo: TNS-I – MÉDICO DERMATOLOGISTA:

1. Anatomia, fisiologia e imunologia da pele.
2. Semiologia e métodos complementares em dermatologia.
3. Dermatoses eritemato-escamosas.
4. Doenças vésico-bolhosas.
5. Discromias.
6. Eczemas.
7. Doenças infecciosas em dermatologia.
8. Afecções dos anexos cutâneos.
9. Farmacodermias.
10. Doenças autoimunes de interesse dermatológico.
11. Oncologia cutânea.
12. Terapêutica dermatológica.

SUGESTÃO BIBLIOGRÁFICA:

1. Azulay RD, Azulay DR. Dermatologia. 5 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2008.
2. Burns T, Breathnach S, Cox N, et al. Rook's textbook of dermatology. 8th ed. New Jersey: Wiley-Blackwell; 2010.
3. Rezza CG, Sá BCS, Neves RI. Atlas de dermatoscopia aplicada. São Paulo: Martinari; 2004.
4. Sampaio SAP, Rivitti EA. Dermatologia. 3ª ed. São Paulo: Artes Médicas; 2007.
5. Sociedade Brasileira de Dermatologia. Rotinas de Diagnóstico e Tratamento da Sociedade Brasileira de Dermatologia. Gen/AC. 2010.
6. Wolff K, Goldsmith LA, Katz SI, et al. Fitzpatrick's Dermatology in General Medicine. 7th ed. New York: MacGraw Hill; 2008.
7. Brasil. Ministério da Saúde. Guia de bolso para doenças infecciosas e parasitárias. 8 ed.revista. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. [Acesso 21 ago 2011]. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/doen_infecciosas_gui_a_bolso_8ed.pdf.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Cargo: TNS-I – MÉDICO DO TRABALHO:

1. Aspectos Essenciais da Medicina do Trabalho: Histórico. Noções de Saúde e Ambiente. Aspectos Éticos do Exercício da Medicina o Trabalho. Conceituação de Saúde Ocupacional.
2. Engenharia de Segurança do Trabalho: Interface com a Medicina do Trabalho. A Norma Regulamentadora nº. 9. Definições de Limite de Tolerância. Riscos Ocupacionais.
3. Normas Regulamentadoras da Portaria nº. 3214 de 08/06/1978 do Ministério do Trabalho e Emprego – Brasil.
4. Fisiologia do Trabalho e Ergonomia: Histórico. Anatomia e Fisiologia Muscular, da Respiração, da Circulação, Sistema Auditivo e Visual. Antropometria. Trabalho Estático e Dinâmico. Biotipo e Trabalho.
5. Legislação e Perícias do Trabalho: Consolidação das Leis Trabalhistas. Proteção da Saúde do Trabalho da Mulher e do Menor. Insalubridade e Periculosidade. Responsabilidade Civil e Penal do Ato Pericial.
6. Patologias Ocupacionais: Histórico. Doenças Ocupacionais, Relação Específica entre o Trabalho e a Gênese das Doenças.
7. Toxicologia Ocupacional: Agentes Tóxicos. Vias de Penetração. Absorção e Metabolismo. Doenças Causadas por Agentes Tóxicos. Limites de Tolerância.

SUGESTÃO DE BIBLIOGRAFIA

1. BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Normas Regulamentadoras. Disponíveis em http://www.mte.gov.br/legislacao/normas_regulamentadoras/default.asp. Acesso em 02/04/2008.
2. BRASIL. Ministério da Saúde. Doenças Relacionadas ao Trabalho. Manual para Procedimentos para os Serviços de Saúde. Disponível em http://www.ims.uerj.br/espmedtrab/doenca_trabalhador.pdf ou <http://www.anamt.org.br/legislacao.php>. Acesso em 02/04/2008/.
3. MENDES, René. Patologia do trabalho. 2 Volumes. São Paulo: Atheneu. 2006.
4. ATLAS. Manual de Legislação Atlas. Segurança e Medicina do Trabalho. São Paulo: Atlas. 2007.
5. COUTO, Hudson de Araújo. Ergonomia Aplicada ao Trabalho. Belo Horizonte: Ergo. 1995.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Cargo: TNS-I – MÉDICO GASTROENTEROLOGISTA:

1. Patologias da cavidade oral.
2. Patologias do esôfago.
3. Patologias do estômago e do duodeno.
4. Patologias do jejuno e do íleo.
5. Patologias anorretais.
6. Patologias do fígado e das vias biliares.
7. Patologias do pâncreas.
8. Doenças sistêmicas com manifestações gastroenterológicas.

Sugestão Bibliográfica:

1. Tratado das Enfermidades Gastrintestinais e Pancreáticas. Joaquim Prado. São Paulo: Ed. Roca, 2008. ISBN 8572417710.
2. Gastroenterologia Essencial - 4a edição - Renato Dani, Maria do Carmo Friche Passos. Rio de Janeiro: ed. Guanabara-Koogan, 2011. ISBN 978-85277-1834-9.

3. SOBED - Endoscopia Digestiva Diagnóstica e Terapêutica. Rio de Janeiro: Ed. Revinter, 2005 ISBN 85-7309-905-4.
4. Tratado de Hepatologia. Ângelo Alves Mattos. Rio de Janeiro: Ed. Rubio,2010. ISBN 978-85-7771-055-3.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Cargo: TNS-I – MÉDICO GINECOLOGISTA/OBSTETRA:

1. Contracepção e planejamento familiar.
2. Assistência ao ciclo grávido-puerperal; parto normal, parto cirúrgico e suas complicações.
3. Intercorrências clínicas e obstétricas do ciclo gravídico-puerperal.
4. Avaliação da maturidade e vitalidade fetal. Prematuridade.
5. Puberdade normal e patológica.
6. Patologias benignas dos órgãos genitais; endometriose.
7. Doenças sexualmente transmissíveis e infecções pélvicas.
8. Uroginecologia e disfunções do assoalho pélvico.
9. Oncologia ginecológica. Cirurgia ginecológica e complicações.
10. Endocrinologia ginecológica e infertilidade conjugal.

SUGESTÃO BIBLIOGRÁFICA:

1. REZENDE, J. Obstetrícia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan - 11^a. edição, 2010.
2. CHAVES NETO, H; MOREIRA DE SÁ, RA. Obstetrícia Básica. São Paulo: Atheneu - 2^a. edição, 2008.
3. BITTAR, R E ZUGAIB, M. Protocolos assistenciais da Clínica Obstétrica da FMUSP. São Paulo: Atheneu - 3^a. edição, 2007.
4. QUEENAN, J. Gestação de alto risco - Diagnóstico e tratamento baseados em evidências. Ed Artmed.
5. BEREK, J S. Novak - Tratado de Ginecologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan - 14^a edição.
6. HALBE, H W. Tratado de Ginecologia (3 vols). Editora ROCA, 2009.
7. PINOTTI, JA; BAGNOLI, VR; HALBE, HW; FONSECA, AM. Ginecologia Endócrina - Manual de Normas. Editora Roca.
8. TE LINDE, R W.; ROCK, J A.; JONES, H W. Te Linde`s Operative Gynecology. Editora Lippincott Williams & Wilkins Publishers - 10^a. edição, 2008.
9. BARACAT, EC; RODRIGUES DE LIMA, G; SARTORI, MGF. Cirurgia Vaginal e Uroginecologia. São Paulo: Editora Artes Médicas, 2001.
10. BENT, A E; OSTERGARD, D R.; CUNDIFF, G W.; SWIFT, S E. Ostergard / Uroginecologia e Disfunções do Assoalho Pélvico. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan.
11. PALMA, P & NETTO JR, N R. Uroginecologia Ilustrada. Editora ROCA, 2005.
12. Tratado de Mastologia da SBM (2 vols). Ed.Revinter, 2010.
13. CRISPI, CP. O Tratado de Videoendoscopia e Cirurgia Minimamente Invasiva em Ginecologia. Editora Revinte - 2^a edição, 2007.
14. PASSOS, MRL. Atlas de DST e Diagnostico Diferencial. Editora Revinter - 1^a edição, 2002.
15. BARBARA S. APGAR, GREGORY L BROTZMAN, MARK SPITZER. Colposcopia - Princípios e Prática - Atlas e Texto. Editora Revinter – 2^a edição.
16. GIUSEPPE DE PALO, SANTIAGO DEXEUS, W CHANEN. Patologia e Tratamento do Trato Genital Inferior. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan – 1^a edição, 2007.
17. PASTORE, A R. Ultrassonografia em Ginecologia e Obstetrícia. Editora Revinter – 2^a edição,

18. ZUGAIB, M; PEDREIRA, DAL; BRIZOT, ML; BUNDUKI, V. Medicina Fetal. Rio de Janeiro: editora Atheneu – 2ª edição, 1998.
19. CREASMAN, W; DISAIA, PJ. Clinical Gynecologic Oncology. Editora: Mosby (Elsevier) - 6ª edição, 2001.
20. DECHERNEY, AH & NATHAN, L. Obstetrícia e Ginecologia: Diagnóstico e Tratamento. Rio de Janeiro: McGraw-Hill Interamericana do Brasil Ltda – nona edição.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Cargo: TNS-I – MÉDICO HEMATOLOGISTA:

1. Anemias e Hemoglobinopatias.
2. Linfomas.
3. Displasias Plasmocitárias.
4. Leucemias.
5. Síndromes Mieloproliferativas.
6. Hemostasia.
7. Distúrbios Plaquetários.
8. Distúrbios da Coagulação.
9. Terapia Transfusional.

SUGESTÃO BIBLIOGRÁFICA:

1. Hematologia Fundamentos e Prática, 1ª Edição, Atheneu – São Paulo, 2001 – Zago Ma, Passeto Falcão R. , Pasquini , R. et al.
2. Williams. Hematology. 15th edition.
3. Projeto Diretrizes CFM / AMB

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Cargo: TNS-I – MÉDICO INFECTOLOGISTA:

1. Antimicrobianos.
2. Imunobiológicos.
3. Infecções por bactérias.
4. Infecções por vírus.
5. Infecções por fungos.
6. Infecções por protozoários.
7. Infecções por helmintos.
8. Infecções em Serviços de Saúde.
9. Infecção pelo HIV/ Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (Aids).

Sugestão Bibliográfica:

1. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretária de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e Aids. Recomendações para Terapia Antirretroviral em Adultos Infectados pelo HIV: 2008/ Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Programa Nacional de DST e Aids. 7a Ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.
2. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e Aids. Recomendações para Profilaxia da Transmissão Vertical do HIV e Terapia Antirretroviral em Gestantes: manual de bolso/ Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Programa Nacional de DST e Aids. – Brasília : Ministério da Saúde, 2010. 172 p.

3. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretária de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e Aids. Recomendações para Terapia Antirretroviral em Adultos Infectados pelo HIV: 2008. Suplemento IV - Manejo da Falha Terapêutica Critérios de Indicação de Etravirina para Pacientes Experimentados em Terapia Antirretroviral/ Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Programa Nacional de DST e Aids. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.
4. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretária de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e Aids. Recomendações para Terapia Antirretroviral em Adultos Infectados pelo HIV: 2008. Suplemento III - Tratamento e prevenção / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Programa Nacional de DST e Aids. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.
5. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Manual de Recomendações para o Controle da Tuberculose no Brasil. Programa Nacional de Controle da Tuberculose. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.
6. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Guia prático de tratamento da malária no Brasil / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.
7. BRAUNWALD, E; FAUCI, AS.; LONGO, DL.; JAMESON, J.L.; HAUSER, S.L.; KASPER, D.L. Harrison Medicina Interna . 17ª ed. Artmed, 2009.
8. MANDELL, Gerald L.; BENNETT, John E.; Dolin, Rafael. Mandell, Douglas, and Bennett's Principles and Practice of Infectious Diseases. London: Churchill Livingstone, 2009.
9. REY, L. Parasitologia. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.
10. TAVARES, W. Antibióticos e Quimioterápicos para o clínico. Rio de Janeiro: Atheneu, 2009.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Cargo: TNS-I – MÉDICO NEUROLOGISTA:

1. Neuroanatomia, neurofisiologia e farmacologia do sistema nervoso.
2. Semiologia neurológica.
3. Cefaléias.
4. Crises epilépticas e epilepsias.
5. Demências.
6. Distúrbios do movimento.
7. Doenças neuromusculares.
8. Doenças cerebrovasculares.
9. Doenças desmielinizantes.
10. Infecções do sistema nervoso.
11. Tumores do sistema nervoso.
12. Transtornos do sono.
13. Trauma envolvendo o sistema nervoso central e/ou periférico.
14. Transtornos da aprendizagem.
15. Principais exames complementares utilizados em neurologia: eletroencefalograma, eletroneuromiografia, potenciais evocados, polissonografia, líquido, neuroimagem.

SUGESTÃO BIBLIOGRÁFICA:

1. Neuroanatomia Funcional. Ângelo B. M. Machado. 2ª edição. Rio de Janeiro: Atheneu, 2000, 363p.
2. DeJong O exame neurológico. William W Campbell; tradução Fernando Diniz Mundim. 6ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007, 563p.
3. Neurologia de Netter. H. Royden Jones, Jr.; tradução Jussara Burnier, Paulo César Ramos Porto Mendes. 1ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2006, 1008p.
4. Neurologia, segunda edição, série blueprints. Frank W. Drislane et al. Trad. Tales Henrique Ulhoa. Rio de Janeiro: Revinter, 2008, 228p.
5. Diagnóstico diferencial em neurologia. John Patten; tradução Raimundo Rodrigues Santos. 2ª edição. Rio de Janeiro: Revinter, 2000, 437p.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Cargo: TNS-I – MÉDICO NEUROPEDIATRA:

1. Neuroanatomia, neurofisiologia e farmacologia do sistema nervoso.
2. Semiologia neurológica.
3. Desenvolvimento neuropsicomotor.
4. Transtornos da aprendizagem.
5. Cefaléias na infância e adolescência.
6. Crises epilépticas e epilepsias na infância e adolescência.
7. Encefalopatia crônica não progressiva.
8. Síndromes involutivas.
9. Distúrbios do movimento na infância e adolescência.
10. Doenças neuromusculares na infância e adolescência.
11. Doenças cerebrovasculares na infância e adolescência.
12. Tumores do sistema nervoso na infância e adolescência.
13. Infecções do sistema nervoso na infância e adolescência.
14. Transtornos do sono na infância e adolescência.
15. Principais exames complementares utilizados em neurologia infantil: eletroencefalograma, eletroneuromiografia, potenciais evocados, polissonografia, líquido, neuroimagem.

SUGESTÃO BIBLIOGRÁFICA:

1. Neuroanatomia Funcional. Ângelo B. M. Machado. 2ª edição. Rio de Janeiro: Atheneu, 2000, 363p.
2. DeJong O exame neurológico. William W Campbell; tradução Fernando Diniz Mundim. 6ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007, 563p.
3. Neurologia de Netter. H. Royden Jones, Jr.; tradução Jussara Burnier, Paulo César Ramos Porto Mendes. 1ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2006, 1008p.
4. Neurologia infantil. Aron J. Diament, Saul Cypel, Umbertina Conti Reed. 5ª edição Rio de Janeiro: Atheneu, 2009, 1904p.
5. Condutas em neurologia infantil da UNICAMP. Maria Valeriana M. de Moura Ribeiro e Lisiane Seguti Ferreira. 2ª edição. Rio de Janeiro, Revinter, 2009, 496p.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Cargo: TNS-I – MÉDICO ORTOPEDISTA:

Conhecimento em Doenças metabólicas ósseas, Infecções ósseas, ortopedia pediátrica, distúrbios de desenvolvimento, Tumores ósseos, Distúrbios vasculares periféricos, traumatologia ortopédica, Estrutura e função normais dos tecidos músculo esqueléticos +

Terminologia ortopédica, anatomia, patologias da coluna, princípios gerais e métodos específicos de tratamento, Semiologia das lesões traumáticas do aparelho locomotor., Osteoartrite, Patologias ortopédicas dos membros superiores e inferiores, Lesões comuns em atletas, Amputações, Anatomia dos vasos e nervos. Anatomia cirúrgica: vias de acesso.

SUGESTÃO BIBLIOGRÁFICA:

1. Canale S.T e cols. Cirurgia Ortopédica de Campbell - Volumes 1 e 2 Ed. 10ª ed Manole.
2. Ortopedia e Traumatologia -Princípios e Prática – Sizinio Hebert e cols 4ª ed.
3. Tachdjian M.O Ortopedia Pediátrica - Diagnóstico e Tratamento 1º Ed.
4. Rockwood C.A. e cols. Fraturas em Adultos – Rockwood 5ª Ed.
5. Tratamento cirúrgico do trauma ortopédico. Stammers James P e cols ED Artmed 2010.
6. Barros Filho TEP, Lech O. Exame físico em ortopedia. São Paulo: Sarvier. 2ª ed.
7. Cirurgia da Mão - Lesões Não Traumáticas Freitas Pardini e cols 2º Ed.
8. Browner J, Levine e Trafton. Skeletal trauma. Philadelphia: Saunders/Manole. 3a Ed.
9. ORTOPEDIA PEDIÁTRICA Sociedade Brasileira De Ortopedia e Traumatologia Editora : REVINTER 1º Ed.
10. TRAUMATOLOGIA ORTOPÉDICO Sociedade Brasileira De Ortopedia e Traumatologia Ed REVINTER 1º Ed.
11. SBOT - VIAS DE ACESSO EM ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA Lourenço, Paulo Roberto Barbosa/ Cohen, Moisés/ Franco, José Sérgio/ Mattar Júnior, Rames/ Murphy, G Editora : ELSEVIER BRASIL 1º Ed.
12. EXAME FÍSICO ORTOPÉDICO ILUSTRADO Evans, Ronald EDITORA MANOLE 2º Ed.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Cargo: TNS-I –MÉDICO OTORRINOLARINGOLOGISTA:

1. Embriologia e anatomia: conjunto crânio facial, orelha externa, média, interna, cavidades nasal e paranasais, boca e faringe, laringe e microcirúrgica da base do crânio.
2. Fisiologia: da orelha externa, média e interna, nariz e cavidades paranasais, boca, faringe, anel linfático de Waldeyer, laringe e deglutição.
3. Microbiologia, fisiopatologia, diagnóstico, abordagem e tratamento das doenças da orelha externa, média, interna, cavidade nasal, seios paranasais, boca, faringe e laringe.
4. Exames complementares e de imagem em otologia, otoneurologia, audiologia, rinologia, bucofaringologia e cabeça e pescoço.
5. Corpos estranhos nasais e Tumores nasais e paranasais. Endoscopia nasal e laríngea.
6. Anatomia cirúrgica e técnicas operatórias em otologia, rinologia, bucofaringologia, cabeça e pescoço, plástica e base do crânio.
7. Antibióticos, antifúngicos, antiviróticos, anti- inflamatórios, anti-histamínicos, descongestionantes nasais, corticosteroides e anestésias em otorrinolaringologia.
8. Emergências em otorrinolaringologia.
9. Tumores benignos e malignos das glândulas salivares.
10. A relação médico- paciente.
11. PAIR: legislação, abordagem e diagnóstico.
12. Doenças sistêmicas e sua inter-relação com alterações otorrinolaringológicas.
13. Neoplasias em otorrinolaringologia – diagnóstico e tratamento.
14. Massas cervicais, diagnóstico clínico, estadiamento e diagnóstico diferencial.

Sugestões Bibliográficas:

Tratado de Otorrinolaringologia da Sociedade Brasileira de Otorrinolaringologia. Volumes I a V.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Cargo: TNS-I – MÉDICO PEDIATRA:

1. O recém-nascido: conceitos e cuidados básicos.
2. Políticas Nacionais de atenção à saúde da criança e estatuto da criança e do adolescente.
3. Imunizações.
4. Abordagem da criança com doença cardiovascular.
5. Abordagem da criança com doença neurológica.
6. Abordagem da criança com doença respiratória.
7. Abordagem da criança com doença hematológica.
8. Abordagem da criança com doença reumatológica.
9. Abordagem da criança com doença gastrointestinal.
10. Abordagem da criança com doença endócrina e metabólica.

SUGESTÃO BIBLIOGRÁFICA:

1. LEÃO, E; Mota J A.C; Correa, Edison J; Viana, M. B. Pediatria Ambulatorial. Editora CoopMed, Belo Horizonte, 2005, 4ª. Edição.
2. FERREIRA, FERNANDA DE O; PENNA, FRANCISCO J; HAASE, VITOR G. Aspectos biopsicossociais - da saúde na infância e adolescência. 1ª. Ed. Coopmed, 2009.
3. BEHRMAN, R.E; KLIEGMAN, R.M; JENSON, HB. Nelson: Tratado de Pediatria Vol.1 e 2. 18ª. Ed. Elsevier, 2009.
4. COSTA VAZ, F. A.; RAMOS, J. L. A.; OKAY, Y.; MARCONDES, E. A. Pediatria Básica – Tomo I - Pediatria Geral e Neonatal. 9ª. Ed. Sarvier, 2003.
5. COSTA VAZ, F. A.; RAMOS, J. L. A.; OKAY, Y.; MARCONDES, E. A. Pediatria Básica – Tomo II - Pediatria Clínica Geral. 9ª. Ed. Sarvier, 2003.
6. COSTA VAZ, F. A.; RAMOS, J. L. A.; OKAY, Y.; MARCONDES, E. A. Pediatria Básica: Tomo III - Pediatria Clínica e Especializada. 1ª. Ed. Sarvier, 2004.
7. Brasil. Ministério da Saúde. Manual de Recomendações para o Controle da Tuberculose no Brasil. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de Controle da Tuberculose, 2010
8. Brasil. Ministério da Saúde. III Diretrizes Brasileiras para tuberculose. Jornal Brasileiro de Pneumologia, v.35, n.10, 2009
9. BRASIL. Ministério da Saúde. Acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil. Série Cadernos de Atenção Básica no. 11. Normas e manuais técnicos no. 173, Brasília, DF. 2002
10. BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes para o controle da sífilis congênita. Brasília, DF. 2005.
11. IV Diretrizes Brasileiras do Manejo da Asma. J. Bras. Pneumol 32, Supl 7, 2006.
12. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e Aids. Recomendações para Terapia Antirretroviral em Crianças e Adolescentes Infectados pelo HIV: manual de bolso/ Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Programa Nacional de DST e Aids. – Brasília, 2009.
13. BRASIL. Ministério da Saúde. Imunobiológicos especiais e suas indicações, Brasília, DF. 2006.
14. BRASIL. Ministério da Saúde. Recomendações para profilaxia da transmissão vertical do HIV e terapia anti - retroviral . Brasília, DF, 4ª ed - 2007.
15. BRASIL. Ministério da Saúde Manual de Vigilância Epidemiológica de efeitos adversos pósvacinação. Brasília, MS 2007.
16. Brasil. Ministério da Saúde. Estatuto da Criança e do Adolescente / Ministério da Saúde. – 3. ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008. 96 p

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Cargo: TNS-I – MÉDICO PSIQUIATRA:

1. Psicopatologia.
2. Delirium, demência, transtornos amnésicos e outros transtornos cognitivos.
3. Transtornos relacionados ao uso de álcool e substâncias psicoativas.
4. Esquizofrenia.
5. Outros transtornos psicóticos.
6. Transtornos do humor.
7. Transtornos fóbicos-ansiosos: fobia específica, social e agorafobia. Transtorno de pânico, transtorno de ansiedade generalizada.
8. Transtornos de adaptação e transtorno de estresse pós-traumático.
9. Transtornos da personalidade.
10. Retardo mental.
11. Transtornos de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH).
12. Interconsulta psiquiátrica.
13. Transtornos Mentais causados por uma condição médica geral.
14. Emergências psiquiátricas.
15. Psicoterapias.
16. Psicofarmacologia e Psicofarmacoterapia.
17. Psiquiatria Forense: Documentos Médico- Legais. Responsabilidade Penal e Capacidade Civil.
18. Epidemiologia dos transtornos psiquiátricos. Bioestatística aplicada à psiquiatria.
19. Diagnóstico Sindrômico e Diagnóstico Nosológico. Classificação em Psiquiatria: CID-10 e DSM-IV-TR.

Sugestão Bibliográfica:

1. TALBOTT, J. , HALES, R., YUDOFKY, S. Tratado de Psiquiatria. 1ª reimpressão. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
2. KAPLAN, HI. & SADOCK, B. Compêndio de Psiquiatria. 9ª edição. Porto Alegre: Artes Médicas, 2007.
3. GABBARD, GO. Psiquiatria Psicodinâmica na Prática Clínica. 4ª edição. Porto Alegre: Artmed 2006.
4. DALGALARRONDO, PAULO. Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais. 2ª. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2008.
5. CHALUB, M., TABORDA, J. G. & ABDALLA FILHO, E. Psiquiatria Forense. Porto Alegre, Artes Médicas, 2004.
6. CHENIAUX JR, ELIE, Manual de Psicopatologia. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.
7. REVISTA BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA - todos os suplementos publicados desde janeiro de 1999.
8. BRASIL MA, BOTEGA NJ. PEC – PROGRAMA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA. Título de Especialista em Psiquiatria. Provas 2000-2003. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.
9. BRASIL MA, BOTEGA NJ, HETEM LA. PEC – PROGRAMA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA. Título de Especialista em Psiquiatria. Provas 2004-2005. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.
10. BRASIL MA, BOTEGA NJ, HETEM LA. PEC – PROGRAMA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA. Título de Especialista em Psiquiatria. Provas 2006-2008. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

11. BOTEGA NJ. Prática psiquiátrica no hospital geral. 2ª. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
12. REIS DE OLIVEIRA I, SENA EP. Manual de Psicofarmacologia Clínica. 2º ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan,2006.
13. CLASSIFICAÇÃO DE TRANSTORNOS MENTAIS E DO COMPORTAMENTO DA CID-10. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
14. DSM-IV-TR. Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais. 4ª ed. rev. Porto Alegre: Artmed, 2002.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Cargo: TNS-I – MÉDICO REUMATOLOGISTA:

1. Artrite reumatóide.
2. Artrites infecciosas e reativas.
3. Artrites microcristalinas.
4. Doença mista do tecido conjuntivo e síndromes de superposição.
5. Doenças osteometabólicas.
6. Enfermidades reumáticas da criança e do adolescente.
7. Esclerose sistêmica e síndromes relacionadas.
8. Espondiloartrites.
9. Lúpus eritematoso sistêmico e Síndrome dos anticorpos antifosfolípidos.
10. Mecanismos de ação e efeitos colaterais das drogas utilizadas em reumatologia.
11. Miopatias inflamatórias.
12. Osteoartrite, doenças da coluna vertebral e síndromes dolorosas regionais.
13. Síndrome da fibromialgia.
14. Síndrome de Sjogren.
15. Vasculites sistêmicas.

SUGESTÃO BIBLIOGRÁFICA:

1. Rheumatology, 4ª Edição; Editores: Marc Hochberg e outros.
2. Primer on the Rheumatic Diseases, 13ª Edição; Editores: H. Klippel e outros.
3. Reumatologia: Diagnóstico e Tratamento, 3ª Edição, 2008; Editores: Marco Antonio P. Carvalho, Cristina Costa Duarte Lanna e Manoel Bértolo.
4. Current Rheumatology, Diagnosis & Treatment, 2ª Edição; Editores: John Imboden, David Hellmann e John Stone.
5. Consensos e diretrizes sobre diagnóstico e tratamento da AMB/SBR.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Cargo: TNS-I – MÉDICO UROLOGISTA:

1. DST.
2. ITU.
3. Litíase Urinária.
4. Uropatia Obstrutiva.
5. Hiperplasia Prostática.
6. Incontinência Urinária.
7. Tumores Urológicos.
8. Urgências Urológicas.

Sugestão Bibliográfica:

1. WEIN, A.J. et al. Campbell-Walsh Urology e-dition, 9th Edition. Saunders Elsevier, 2007.

2. SOCIEDADE BRASILEIRA DE UROLOGIA. Tumores Prostáticos. I Congresso Brasileiro – Câncer de Próstata. I Encontro de Consenso Nacional – HPB – Hiperplasia Protástica Benigna. São Paulo: BG Cultural, 1998.
3. BORRELLI M., GÓES G. M. DE, ET ALL. Urgências Urológicas. Rio de Janeiro – RJ.
4. SOCIEDADE BRASILEIRA DE UROLOGIA. Diretrizes de Tratamento do Câncer Urológico I. Rio de Janeiro: Editora DOC, 2009.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Cargo: TNS-I – MÉDICO VETERINÁRIO:

1. Introdução à anestesiologia veterinária. Medicação pré-anestésica. Anestesia local. Anestesia intravenosa. Anestesia inalatória. Anestesia com respiração controlada. Ressuscitação cardio-pulmonar. Anestesia em pacientes especiais.
2. Traumatologia. Odontologia veterinária. Infecção em cirurgia. Distrofias e paratopias cirúrgicas. Aspectos clínico-cirúrgicos de neoplasias, cistos e corpos estranhos. Afecções cirúrgicas do sistema digestório. Afecções cirúrgicas do olho. Anatomia obstétrica. Gestação. Parto normal. Puerpério. Distocias. Operações obstétricas.
3. Tópicos gerais de relevância em terapêutica de ruminantes e eqüídeos. Fluidoterapia. Principais distúrbios nutricionais e metabólicos. Afecções da glândula mamária em vacas e novilhas. Neonatologia. Doenças de bezerros e potros. Enfermidades da pele e anexos, dos olhos, ouvidos e dos sistemas respiratório, cardiovascular, digestório, urinário, locomotor e nervoso. Plantas tóxicas e intoxicações mais frequentes. Acidentes ocasionados por animais peçonhentos.
4. Orientação pediátrica. Noções de nutrição. Desidratação e fluidoterapia. Dermatologia. Afecções dos ouvidos. Noções de oftalmologia. Sistema cardiovascular. Afecções respiratórias. Afecções gastrintestinais e seu controle clínico. Afecções do sistema urinário. Endocrinopatias mais comuns. Afecções do sistema nervoso. Intoxicações. Principais doenças infecto-contagiosas.
5. Introdução ao estudo das infecções parasitárias. Estudo dos principais gêneros e espécies que causam doenças de interesse econômico e social nos animais de importância zootécnica. Conceituação, sinonímia, história, distribuição geográfica, incidência no Brasil e na América, hospedeiro, agentes etiológicos, fontes de infecção, vias de eliminação, vias de transmissão, susceptibilidade, influência de fatores não relacionados diretamente à cadeia epidemiológica, principais sinais e lesões, diagnóstico, tratamento e controle.
6. Introdução às doenças. Estudo das principais doenças bacterianas de interesse econômico e social que afetam os animais domésticos: conceito, etiologia, epidemiologia, patogenia, diagnóstico, tratamento, controle e profilaxia.
7. Introdução. Estudo das principais doenças virais e micoplásmicas que afetam os animais domésticos no Brasil e no mundo. Etiologia. Distribuição geográfica, ocorrência no ser humano e nos animais, sintomatologia, fonte e mecanismo de transmissão. Papel dos animais na epidemiologia da doença. Diagnóstico, tratamento, controle e prevenção.
8. Introdução à inspeção de produtos de origem animal. RIISPOA - Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal. Característica do leite produzido no Brasil. Enfermidades relacionadas a leite e derivados. Inspeção de leite durante a produção. Inspeção de leite durante o armazenamento e transporte. Inspeção de leite durante o beneficiamento. Introdução aos sistemas de controle de qualidade de produtos de origem animal. Inspeção de derivados de leite: creme, manteiga, leites desidratados, leites fermentados, queijos e outros produtos lácteos. Resíduos de antibióticos em leite e derivados. Novos tópicos de interesse em inspeção de produtos lácteos. Inspeção de mel e produtos

apícolas. Aditivos em produtos de origem animal. Resíduos de pesticidas em produtos de origem animal. Fungos e micotoxinas em produtos de origem animal.

9. Introdução à inspeção de carnes. Classificação de estabelecimentos de carnes. Cortes de carne, rendimento e tipificação de carcaça. Insensibilização e métodos de sacrifício. Fluxograma de abate e exigências regulamentares de instalações e equipamentos. Inspeção nos anexos de matança. Controle de qualidade no abate de bovinos e suínos. Higiene de estabelecimentos de carnes e produtos cárneos. Inspeção de produtos cárneos industrializados. Matadouro e sua utilidade pública. Princípios e diretrizes da inspeção sanitária da carne. Inspeção ante mortem. Inspeção post mortem. Principais afecções e julgamento sanitário de carcaças e peças. Inspeção e controle de qualidade no abate e processamento de aves e ovos. Inspeção e controle de qualidade de pescado. Resíduos químicos em produtos de origem animal. Novos tópicos de interesse em inspeção de carnes.

10. Organosênese e aspectos morfo-funcionais dos órgãos genitais dos animais domésticos. Endocrinologia da reprodução. Puberdade e ciclo estral. Fecundação, gestação, parto e puerpério. Patologia da reprodução na fêmea. Exames ginecológicos. Ultra-sonografia dos órgãos genitais. Controle reprodutivo de rebanhos. Tecnologia de embriões. Fecundação 'in vitro'. Novas biotécnicas aplicadas à reprodução animal. Aspectos morfo-funcionais dos órgãos genitais masculinos. Fisiologia da reprodução no macho. Patologia da reprodução no macho. Procedimentos para a avaliação andrológica. Avaliação do potencial reprodutivo de machos. Inseminação artificial e outras biotécnicas aplicadas à reprodução animal.

Sugestão Bibliográfica:

1. MASSONE F. Anestesiologia Veterinária. Ed. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 3 ed., 1998.
2. FOSSUM, T.W. Cirurgia de Pequenos Animais. Roca, São Paulo, 2002. 1335p.
3. FUBINI, S.L. & DUCHARME, N.G. Farm Animal Surgery. St Louis, 2009. 607p.
4. JACKSON, P.G.G. Obstetrícia Veterinária. 2ed. Roca. São Paulo, 2006. 344p.
5. RADOSTITS, O. M., Blood D. C. e Gay, C. C. Clínica Veterinária. Um tratado de doenças dos bovinos, ovinos, suínos, caprinos e eqüinos. 9 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002, p1737.
6. NELSON, R.W., COUTO, C.G. Fundamentos de medicina interna de pequenos animais. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998.
7. BOWMAN, DWIGHT, D. Parasitologia Veterinária de Georgis – Rio de Janeiro, RJ :Manole. 8ª ed. 422 p. 2006.
8. . P. J. QUINN & B. K. MARKEY. Microbiologia Veterinária e Doenças Infeciosas. Artmed, 2005. 512 pág.
9. FLORES, E.F. Virologia Veterinária. Editora UFSM, 2007, 888p.
10. BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa nº 51, de 18/09/2002.
11. Diário Oficial da União, Brasília, n. 183, seção I, p. 13-22, 20 set. 2002.
12. PINTO, P.S.A. Inspeção e Higiene de Carnes. Viçosa: Editora UFV, 2008, 320 pág.
13. HAFEZ, E.S.E. Reprodução Animal, Editora Manole, 1988, 720p.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Cargo: TNS-I – NUTRICIONISTA:

1. Planejamento e avaliação de cardápios para Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN).
2. Prevenção e controle das principais doenças veiculadas por alimentos.
3. Procedimentos de higienização de alimentos em Unidades de Alimentação e Nutrição (UAN).

4. Técnicas de pré-preparo, preparo e distribuição de carnes; cereais e leguminosas; hortaliças e frutas; sobremesas, sucos e lanches.
5. Procedimentos de higienização de áreas, equipamentos e utensílios em UAN.
6. Principais sistemas de controle da qualidade sanitária dos alimentos: descrição, planejamento e implementação.
7. Avaliação da qualidade sanitária dos alimentos: critérios, padrões e especificações.
8. Leis, Decretos e Portaria importantes que envolvem os produtos e processos no controle higiênico-sanitário de alimentos.
9. Recepção e estocagem de gêneros alimentícios e outros materiais.
10. Cuidados na preservação dos alimentos.
11. Relação de substâncias químicas de uso domissanitário permitidas.
12. Um check-list de cuidados diários do profissional de UAN.
13. Análise dos perigos em pontos críticos de controle.
14. Requisitos fundamentais para implantar o método APPCC em cozinhas e garantir os critérios de segurança no controle higiênico-sanitário dos alimentos.
15. O Programa 5S.
16. Evolução gerando segurança higiênico-sanitário e qualidade nutricional para os alimentos.
17. Fatores importantes que contribuem para surtos de doenças de origem alimentar.
18. Ergonomia e saúde no trabalho (principais pontos).
19. Administração de custos em UAN.
20. Gestão de pessoas e segurança no trabalho.
21. Planejamento físico em UAN (dimensionamento do ambiente e equipamentos).

SUGESTÃO BIBLIOGRÁFICA:

1. HAZELWOOD & MCLEAN. Manual de higiene para manipuladores de alimentos, Editora Varela, 1996, 140p.
2. MAHAN, Kathlen, MENDELSON, Marie Krause, STUMP, Sylvia Escot. Alimentação, Nutrição e Dietoterapia, Editora Roca, 11ª Edição, 2005, 1244p.
3. ORNELLAS, Lieselotte, KAJISHIMA, Schizuko, VERRUMA-BERNARDI, Marta Regina. Técnica dietética: seleção e preparo dos alimentos. Atheneu: São Paulo, 8ª. Edição, 2007, 296p.
4. PHILIPPI, Sônia Tucunduva. Pirâmide dos alimentos: fundamentos básicos da nutrição, Editora Manole, 1ª. Edição, 2007, 408p.
5. TEIXEIRA, Suzana Maria Ferreira Gomes, OLIVEIRA, Zélia Milet Cavalcanti, REGO, Josedira Carvalho, BISCONTINI, Telma Maria Barreto. Administração Aplicada às Unidades de Alimentação e Nutrição. Atheneu: São Paulo, 2000, 232p.
6. ABERC, Manual ABERC de práticas de elaboração e serviço de refeições para coletividades, 8ª ed., São Paulo, 2003. 288p.
7. PROENÇA, R.P.C. Inovação tecnológica na produção de alimentação coletiva, 2 ed. Florianópolis: Insular, 2000. 136p.
8. SILVA FILHO, R.A.S. Manual básico para planejamento e projeto de restaurantes e cozinhas industriais, São Paulo: Varela, 1996. 232p.
9. Segurança e medicina do trabalho. 30ª edição. São Paulo: Atlas S.A., 1996. 499p.
10. GERMANO, M.L., GERMANO, M.I.S. Higiene e vigilância sanitária de alimentos, São Paulo: Editora Varela, 2001. 692p.
11. KIMURA, A.Y. Planejamento e administração de custos em restaurantes industriais. São Paulo, Editora Varela, 2003. 94p.
12. www.anvisa.gov.br
13. www.cvs.saude.sp.gov.br
14. www.saude.gov.br
15. www.acessolivre.capes.gov.br

16. www.nap.edu
17. CVS nº 06 de 10/03/1999
18. RDC 216 de 15/09/2004

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Cargo: TNS-I – PSICÓLOGO:

1. Psicologia Social-Comunitária.
2. Intervenção psicossocial.
3. Psicoterapia individual e grupal.
4. Psicopatologia e saúde mental.
5. Psicodiagnóstico.
6. Ética Profissional.

Sugestão Bibliográfica:

1. BOCK, Ana Mercês Bahia; GONÇALVES, Maria das Graças M.; FURTADO, Odair (Orgs.). Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. São Paulo: Cortez, 2001. (Parte I: Fundamentos teóricos da Psicologia Sócio-Histórica).
2. Campos, Regina Helena de Freitas. Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia. Vozes: Rio de Janeiro. 2010.
3. COIMBRA, Cecília e LEITAO, Maria Beatriz Sá. Das essências às multiplicidades: especialismo psi e produções de subjetividades. *Psicol. Soc.* [online]. 2003, vol.15, n.2, pp. 6-17.
4. NEIVA, Kathia Maria Costa. Intervenção Psicossocial: aspectos teóricos, metodológicos e experiências práticas. São Paulo: Vetor, 2010. (Parte I: Aspectos teóricos e metodológicos da Intervenção Psicossocial).
5. BENJAMIN, Alfred. Entrevista de ajuda. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
6. YALOM, Irvin. Psicoterapia de Grupo: Teoria e Prática. Porto Alegre: Artmed, 2006. (Capítulos 1, 2, 3 e 4).
7. DALGALARRONDO, Paulo. Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais. Porto Alegre: Artes Médicas. 2008.
8. CAPONI, Sandra. Biopolítica e medicalização dos anormais. *Physis* [online], vol.19, n.2, pp. 529-549, 2009.
9. CUNHA, Jurema (Org.). Psicodiagnóstico V. Porto Alegre: Artmed, 2000. (Capítulos 1, 2, 3, 4 e 11).
10. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Código de ética profissional do Psicólogo. Resolução CPF n.10/2005.